



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA**

UMBERTO DE ANDRADE FILHO

**NA CONTRAMÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: OS EFEITOS
MULTIPLICADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MATO GROSSO DO SUL**

Dourados-MS
2024

UMBERTO DE ANDRADE FILHO

**NA CONTRAMÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: OS EFEITOS
MULTIPLICADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso

Dourados-MS
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**

AUTOR: Umberto de Andrade Filho

**NA CONTRAMÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: OS EFEITOS
MULTIPLICADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO
MUNICÍPIO DE DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL**

**EN LA DIRECCIÓN OPUESTA A LA DESINDUSTRIALIZACIÓN: LOS
EFECTOS MULTIPLICADORES DE LA INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCIÓN
CIVIL EN EL MUNICIPIO DE DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL**

**AGAINST THE DEINDUSTRIALIZATION: THE MULTIPLIER EFFECTS OF
THE CONSTRUCTION INDUSTRY IN THE MUNICIPALITY OF DOURADOS
– MATO GROSSO DO SUL**

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. LISANDRA PEREIRA LAMOSO

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – Presidente.
Profa. Dra. Claudia Marques Roma – PPGG/UFGD.
Profa. Dra. Ana Paula Camilo Pereira – UEMS.
Prof. Dr. Geovane Silveira da Silveira – UEMS.

Dourados, 16 de fevereiro de 2024.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A554n Andrade Filho, Umberto De
NA CONTRAMÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: OS EFEITOS MULTIPLICADORES
DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MATO
GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Umberto De Andrade Filho. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Lisandra Pereira Lamoso.
Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Industrialização. 2. Construção Civil. 3. Políticas Públicas. 4. Financiamento imobiliário. I.
Lamoso, Lisandra Pereira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Agradecimentos

Embora escrever a dissertação tenha sido uma tarefa individual, muitas pessoas contribuíram para sua finalização.

Agradeço à professora e orientadora Lisandra Pereira Lamoso, que de fato conduziu esta pesquisa e me orientou com maestria. Além de ter me acompanhado em diversos eventos científicos, me ajudou indicando materiais que foram fundamentais para a dissertação. Com senso acolhedor, carinho, delicadeza e rigor científico, concedeu-me a liberdade que exige escrever uma dissertação, ao mesmo tempo em que foi decisiva ao apontar os caminhos por onde poderia conduzir a escrita dessa pesquisa. Obrigado professora Lisandra, pela pessoa e intelectual que é e que foi ao me orientar nesta pesquisa, sem a dedicação da senhora não seria possível chegar até aqui.

Agradeço aos professores da banca de qualificação realizada em junho de 2023: Claudia Marques Roma e Giovane Silveira da Silveira. A leitura séria, seguida da arguição detalhada de ambos, foi fundamental para o direcionamento da dissertação.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação em Geografia da UFGD com os quais cursei as disciplinas do mestrado: Edvaldo Moretti, Cláudia Marques Roma, Charlei Aparecido da Silva e Lisandra Pereira Lamoso. Todas as aulas que tive com vocês foram do mais alto nível, sempre com espaço para dialogar com os alunos, mas mantendo o compromisso com o rigor acadêmico. Igualmente agradeço à Erika que trabalha como secretária do programa, a qual me atendeu sempre que precisei resolver qualquer questão.

Agradeço aos colegas de turma pela solidariedade durante as disciplinas, os quais não irei nominar, para não cometer a injustiça de esquecer alguém.

Agradeço as instituições que se colocaram a disposição para fornecer dados e tirar dúvidas metodológicas acerca dos dados, sem a boa vontade e colaboração dos servidores a dissertação não chegaria aos resultados expostos.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de demanda social, a partir do financiamento consegui me dedicar integralmente a pesquisa.

Agradeço aos amigos e familiares que estiveram ao meu lado durante a elaboração da dissertação, em especial: Rosimeire, Kyara, Adriel, Cássio, Erik, Alexandre, Anderson, João entre outras pessoas especiais que ajudaram de alguma maneira durante esse percurso.

Quem costuma vir de onde eu sou
Às vezes não tem motivos pra seguir!
Então levanta e anda, vai, levanta e anda
Vai, levanta e anda
Mas eu sei que vai, que o sonho te traz
Coisas que te faz prosseguir!

Emicida, 2013

Resumo

O trabalho de dissertação que se apresenta surge da hipótese norteadora de que a dinâmica econômica de Dourados, associada às políticas públicas de habitação implementadas nos últimos 15 anos, são elementos que estimularam a expansão da Construção Civil, o que resultou em um aumento da industrialização na contramão do que acontece com os dados nacionais. Dito isso, propomos investigar o desempenho da dinâmica econômica do setor da Construção Civil em Dourados e seus efeitos multiplicadores nos indicadores quantitativos relacionados aos comércios e aos empregos formais no período de 2010 a 2020. Para isto, a pesquisa realizou revisão bibliográfica de trabalhos relacionados à indústria, políticas públicas, comércio, cidades médias, emprego e trabalho, também utilizamos dados secundários obtidos através de instituições públicas acerca dos temas investigados, com o objetivo de caracterizar a dinâmica do setor durante o recorte temporal estudado. Concluímos que o setor da Construção Civil aumentou sua participação na dinâmica econômica de Dourados durante o período, os subsetores industriais ganharam protagonismo, em especial Construção de Edifícios, as políticas públicas habitacionais contribuíram para o dinamismo do setor, os bancos públicos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. foram pilares fundamentais para a expansão, ocorreu uma significativa diversificação da gama de serviços prestados ao setor, no entanto, notamos que o mesmo desempenho não se refletiu na oferta de empregos formais devido suas particularidades.

Palavras-chave: Industrialização; Construção Civil; Efeitos multiplicadores; políticas públicas.

Resumen

El trabajo de tesis que se presenta surge de la hipótesis rectora de que la dinámica económica de Dourados, asociada a las políticas públicas de vivienda implementadas en los últimos 15 años, son elementos que estimularon la expansión de la Construcción Civil, lo que resultó en un aumento de la industrialización en sentido contrario a lo que sucede con los datos nacionales. Dicho esto, nos proponemos investigar el desempeño de la dinámica económica del sector de la Construcción Civil en Dourados y sus efectos multiplicadores sobre los indicadores cuantitativos relacionados con el comercio y el empleo formal en el período de 2010 a 2020. Para ello, la investigación realizó una revisión bibliográfica de trabajos relacionados con la industria, las políticas públicas, el comercio, las ciudades medianas, el empleo y el trabajo, también se utilizaron datos secundarios obtenidos a través de instituciones públicas sobre los temas investigados, con el objetivo de caracterizar la dinámica del sector durante el periodo de tiempo estudiado. Se concluye que el sector de la Construcción Civil aumentó su participación en la dinámica económica de Dourados durante el período, los subsectores industriales ganaron protagonismo, especialmente la Construcción de Edificios, las políticas públicas de vivienda contribuyeron al dinamismo del sector, los bancos públicos Caixa Econômica Federal y Banco do Brasil S.A. fueron pilares fundamentales para la expansión, hubo una diversificación significativa de la gama de servicios prestados al sector, Sin embargo, notamos que el mismo desempeño no se reflejó en la oferta de empleos formales debido a sus particularidades.

Palabras clave: Industrialización; Construcción; Efectos multiplicadores; políticas públicas.

Abstract

The dissertation work that is presented arises from the guiding hypothesis that the economic dynamics of Dourados, associated with the public housing policies implemented in the last 15 years, are elements that stimulated the expansion of Civil Construction, which resulted in an increase in industrialization in the opposite direction of what happens with the national data. That said, we propose to investigate the performance of the economic dynamics of the Civil Construction sector in Dourados and its multiplier effects on quantitative indicators related to trade and formal employment in the period from 2010 to 2020. For this, the research carried out a bibliographic review of works related to industry, public policies, commerce, medium-sized cities, employment and work, we also used secondary data obtained through public institutions about the topics investigated, with the objective of characterizing the dynamics of the sector during the time frame studied. We conclude that the Civil Construction sector increased its participation in the economic dynamics of Dourados during the period, the industrial subsectors gained prominence, especially Building Construction, the public housing policies contributed to the dynamism of the sector, the public banks Caixa Econômica Federal and Banco do Brasil S.A. were fundamental pillars for the expansion, there was a significant diversification of the range of services provided to the sector, However, we noticed that the same performance was not reflected in the supply of formal jobs due to its particularities.

Keywords: Industrialization; Construction; Multiplier effects; public policies.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
O PAPEL DA INDÚSTRIA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	17
1.1 – A industrialização no Brasil a partir dos anos noventa.	19
1.2 - O comportamento da indústria no Mato Grosso do Sul.	24
1.3 - O Desenvolvimento industrial em Dourados.	29
PROGRAMAS HABITACIONAIS COMO FATORES DE EXPANSÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS	37
2.1 A participação de políticas públicas na expansão da construção civil.	37
2.1.1 As políticas habitacionais no município de Dourados de 2010 a 2020.	46
2.2– A expansão da indústria da construção civil no período de 2010 a 2020.	51
2.3 - Os bancos públicos como principais agentes financiadores do setor imobiliário. .	58
O COMÉRCIO VAREJISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS	63
3.1 - Comércio varejista brasileiro: transformações após anos 1990.	65
3.2 - O comércio como atividade produtiva estruturante do espaço urbano.	68
3.3 - Características do comércio varejista relacionado à construção civil em Dourados.	69
O EMPREGO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM DOURADOS	77
4.1 - Transformações no mercado de trabalho brasileiro.	80
4.2 - O papel da cidade e da construção no mercado de trabalho brasileiro.	83
4.3 – Desempenho do Emprego Formal no setor da Construção Civil em Dourados.	86
CONCLUSÕES	99
Referências Bibliográficas.....	102

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB - Agência de Habitação.
BNH - Banco Nacional de Habitação.
CANs - Colônias Agrícolas Nacionais.
CF - Constituição Federal.
CNAE - Classificação Nacional de Atividade Econômicas.
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial.
FAS - Fundo de Assistência Social.
FDS - Fundo do Desenvolvimento Social.
FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
JUCEMS – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul.
SEMADE – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.
SFH - Sistema de Financiamento Habitacional.
SFI - pelo Sistema de Financiamento Imobiliário.
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.
PAR - Programa de Arrendamento Residencial.
PIB – Produto Interno Bruto.
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
SCN - Sistema de Contas Nacionais.
SEPAC - Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
MS – Mato Grosso do Sul.
UBS - Unidades Básicas de Saúde.
VAB - Valor Adicionado Bruto.

Introdução

No ano de 2021, nosso Trabalho de Conclusão de Curso versou sobre a caracterização das indústrias no Município de Dourados no período de 2007 a 2018. Nesta pesquisa, constatamos que o setor da Construção Civil apresentou um crescimento expressivo quando comparado aos demais setores industriais. Decidimos por pesquisar “Os efeitos da Construção Civil no processo de industrialização do Município de Dourados-MS durante o período de 2010 a 2020”. A pesquisa nos estimulou a propor a continuidade da investigação como dissertação de mestrado, trabalho que ora se apresenta.

Ao longo da sua história foi alvo de diversos planos e programas governamentais estruturantes que reconfiguraram sua dinâmica socioespacial. Dourados foi considerada uma das oito Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) pelo governo de Getúlio Vargas durante a década de 1940, que tinha como objetivo governamental a expansão das fronteiras econômicas. Nas décadas seguintes, o município tornou-se o principal eixo demográfico e econômico na porção Sul do Mato Grosso do Sul, atrás apenas da capital, Campo Grande, conforme dados obtidos pelo IBGE (2021).

Dourados tornou-se centro especializado na produção de *commodities* de soja-milho para demanda internacional, desempenhando papel importante na região ao ofertar bens educacionais, de saúde, serviços, comércio atacadista e varejista de bens especializados a população dos municípios ao seu entorno.

O trabalho que apresentamos disserta sobre o município de Dourados, destacando a dinâmica econômica do setor da Construção Civil durante os anos de 2010 e 2020. Investigamos a dinâmica das indústrias do setor, o papel das políticas públicas habitacionais e dos bancos públicos na oferta de crédito ao financiamento imobiliário, o desempenho dos comércios e dos postos de empregos formais, com o objetivo de compreender os efeitos do setor da Construção Civil no processo de industrialização de Dourados e seus desdobramentos nas atividades comerciais e na geração de empregos. O setor da Construção Civil, de acordo com o IBGE, é formado por dois grupos. Um grupo de atividades relacionadas ao setor industrial e outro de serviços. O primeiro é compreendido como a Indústria da Construção, que engloba a Construção de Edifícios, Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para Construção. Já o setor de

Serviços da Construção contempla as atividades relacionadas à incorporação de empreendimentos imobiliários, corretores imobiliários, serviços de conservação e manutenção, demolição, drenagem e preparação de terrenos, obras de acabamento e outras atividades relacionadas ao planejamento e montagem de instalações industriais.

A dissertação é composta, além dessa Introdução, por quatro capítulos, sendo eles: I - O papel da indústria como motor do desenvolvimento econômico brasileiro; II - Programas habitacionais como fatores de expansão da construção civil no Município de Dourados; III - O comércio varejista da construção civil no município de Dourados e o IV - O emprego no setor da construção civil em Dourados, encerrando com a Conclusão.

Durante a leitura, será possível observar que todos os quatro capítulos contam com revisão bibliográfica sobre o tema debatido em cada um deles. A estrutura foi pensada para que a construção de cada capítulo apresente informações relacionadas ao tema que compõe o debate científico acerca das temáticas e colaboram para evidenciar as particularidades e semelhanças existentes em Dourados.

No primeiro capítulo, investigamos o desempenho da indústria no cenário nacional, estadual e municipal para compreender as particularidades existentes em cada escala de análise. O conjunto de informações apresentado permite constatar que o município de Dourados não passa pelo processo de desindustrialização que ocorre em cenário nacional. Para isso, consultamos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e dados da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (SEMADE/MS), os quais nos possibilitaram compreender o desempenho da indústria da construção civil no município de Dourados e fundamentaram as conclusões.

No segundo capítulo, investigamos o papel das políticas públicas e programas habitacionais, no período do recorte temporal estudado, para caracterizar as principais transformações ocorridas nas últimas décadas sobre as habitações populares em escala nacional e local. Para fundamentar os resultados, contamos com informações fornecidas pela Agência de Habitação do Mato Grosso do Sul (AGEHAB/MS) e consultamos dados do Banco Central do Brasil (BC) sobre os financiamentos imobiliários anuais em Dourados durante os anos de 2010 a 2020. A partir dos dados, conseguimos observar que os programas habitacionais distribuíram mais de 4 mil unidades com demanda social, reduzindo assim o déficit habitacional, garantindo o direito constitucional à moradia para diversas famílias, através do Programa Minha Casa Minha Vida que foi

criado em 2009 e suas primeiras unidades foram distribuídas em 2010 no município de Dourados. Além de servir como importante estímulo econômico, também foi possível observar o papel dos bancos públicos como motor da dinâmica do setor.

No terceiro capítulo, investigamos o desempenho do comércio relacionados ao setor da construção civil em Dourados. Para formulação dos resultados obtidos no capítulo, realizamos pesquisa bibliográfica sobre a atividade comercial, produção do espaço urbano e cidades médias; utilizamos dados concedidos pela Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) afim de caracterizar e espacializar o desempenho dos comércios relacionados ao setor da construção civil. A entidade é uma autarquia estadual sob gestão do governo do estado que é responsável pelo cadastramento e registro de empresas pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), além de fiscalizar o exercício das atividades comerciais no Mato Grosso do Sul.

Com base no critério de classificação do CNAE 2.0, referente às atividades comerciais relacionadas ao varejo da construção, solicitamos acesso aos dados correspondentes a quantidade de empresas com cadastros ativos anualmente, no período de 2010 a 2020, para a JUCEMS das seguintes atividades econômicas: 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral; 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico; 4120-4/00 - Construção de edifícios; 4613-3/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens; 4679-6/99 - Materiais de construção em geral; 46.79-6 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de mais materiais de construção em geral; 4743-1/00 - Comércio varejista de vidros.

Após o acesso às informações, realizamos o processo de georreferenciamento dos endereços com o objetivo de criar *shapefiles* dos estabelecimentos na planta urbana do município nos anos de 2010, 2015 e 2020 a fim de espacializar o setor no tecido urbano.

No quarto e último capítulo, dissertamos sobre a evolução e transformações ocorridas sob a questão emprego enquanto atividade econômica e social nas últimas décadas e buscamos caracterizar o desempenho do mercado de trabalho formal no município de Dourados durante o período investigado para compreender os efeitos da expansão do setor no mercado de trabalho formal.

Para a investigação consultamos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que é organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para averiguar o desempenho do mercado de trabalho formal no município de Dourados entre os anos de 2010 e 2020. Em um primeiro momento, caracterizamos o desempenho do mercado de trabalho formal apenas nos subsetores da Indústria da Construção Civil que o CNAE 2.0 disciplina.

Em um segundo momento, ampliamos as subclasses para atividades correlacionadas ao setor da Construção Civil incluindo serviços no município para averiguar o desempenho do setor, para isso, coletamos dados sobre vínculos, gênero, escolaridade, idade e média salarial do trabalhadores das seguintes subclasses: Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente; Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; Construção de edifícios; Construção de instalações esportivas e recreativas; Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado; Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos; Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção; Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção; Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção; Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção; Impermeabilização em obras de engenharia civil; Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; Instalação e manutenção elétrica; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores; Obras de acabamento em gesso e estuque; Obras de alvenaria; Obras de fundações; Obras de terraplenagem; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Outras obras de acabamento da construção; Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens; Representantes comerciais e agentes do

comércio de madeira, material de construção e ferragens; Serviços de confecção de armações metálicas para a construção; Serviços de pintura de edifícios em geral; e Serviços especializados para construção não especificados anteriormente para dimensionar o comportamento do mercado de trabalho formal.

Por fim, temos a conclusão onde caracterizamos os principais efeitos multiplicadores que a indústria da Construção Civil promoveu em Dourados durante os anos de 2010 e 2020.

Capítulo I

O PAPEL DA INDÚSTRIA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Consideramos que o processo de industrialização é motor de desenvolvimento das forças produtivas no território, visto que os setores industriais têm o potencial de impulsionar direta e indiretamente cadeias produtivas locais, regionais, nacionais e internacionais com potencialidades multiplicadoras no desenvolvimento de atividades econômicas em outros setores, tanto para a agricultura quanto para os serviços. Além de contribuir para a diversificação produtiva, o setor industrial contribui na geração de empregos formais, organização sindical e maior disponibilidade de benefícios complementares aos funcionários como planos de saúde e vale alimentação, quando as relações de trabalho são, predominantemente, formalizadas.

Partimos do pressuposto teórico de que

O processo de industrialização, como constituição de forças produtivas materiais modernas e avançadas que promovem transformações profundas na produtividade social, é o cerne do processo histórico e social de desenvolvimento de uma nação soberana. (Brandão, 2019, p. 265).

Com isso, podemos estabelecer que o setor industrial deve ser considerado como estratégico para o desenvolvimento econômico¹, de acordo com trabalhos científicos dispostos a analisar o curso histórico do desenvolvimento industrial brasileiro, durante o século XX, o Brasil conseguiu desenvolver um robusto parque industrial no território nacional figurando entre as economias mais dinâmicas e emergentes no cenário global.

O período foi caracterizado pela matriz econômica desenvolvimentista que projetou grandes obras de infraestrutura e incentivou a burguesia industrial de bens de capitais na região Sudeste, contudo, os grandes projetos foram financiados pelo endividamento externo² e orquestrados por meio do regime político ditatorial governado pelas forças armadas durante 1964 a 1985.

¹ Adotamos a definição de Lamoso (2013), a autora estabelece que “O desenvolvimento econômico ocorre em função de transformações de ordem econômica, social e cultural, permeadas por uma especialização produtiva que deriva da maior divisão social do trabalho. Possui estreita relação com o aumento da produção de riqueza e com o funcionamento do mercado”. (p. 410).

² Esta estratégia foi prejudicada pelo constante refinanciamento das dívidas e a crescente alta de juros dos empréstimos tomados no período estrangularam as contas públicas no Brasil. Para mais detalhes sobre o tema consultar Brandão (2020) e Pereira Junior (2022).

Durante o desenvolvimento do complexo industrial na região Sudeste, que provocou uma integração entre os “arquipélagos econômicos”³ coube às demais regiões do território um papel secundário. Na região Centro-Oeste, desenvolveu-se uma estrutura produtiva direcionada ao abastecimento de proteínas animais e grãos para o consumo nos grandes centros urbanos, que foram formados na esteira do desenvolvimento industrial.

No entanto, cabe ressaltar que “(...) ao passar cerca de trinta anos adotando um modelo substantivo tecnologicamente subordinado, a industrialização esbarrou nos limites da histórica vulnerabilidade externa da economia periférica brasileira” (Fernandes, 2021, p. 13).

Goldenstein e Seabra (1982), ao investigarem a divisão territorial do trabalho e economia agrário-exportadora do país, retratam que

A existência do “arquipélago econômico”, significa a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava, também a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo. Esses mercados regionais de consumo tinham proporções e, portanto, significados diferentes, em razão das relações de produção dominantes. Levaram a indústria às principais cidades do país, principalmente aquelas que possuíam uma infraestrutura relacionada com a importação e distribuição das mercadorias. (Goldenstein e Seabra, 1982, p. 29).

Em paralelo ao processo de especialização produtiva regional cresceu, simultaneamente, a desigualdade regional. As desigualdades sociais fazem parte do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Conforme aponta Brandão (2019, p. 262) “o sistema econômico configurado ao longo do século XX, alcançou integração comercial e produtiva, distribuída desigual e seletivamente no país”.

Fernandes (2021) destaca que o processo de desenvolvimento industrial brasileiro é caracterizado como subdesenvolvimento e destaca que para a superação do subdesenvolvimento ou da industrialização periférica torna-se necessário rupturas com os eventuais padrões de configuração produtiva, baseados em exploração de recursos naturais e divisão social do trabalho com fácil substituição técnica. Em outras palavras, a autora ressalta que

superar o subdesenvolvimento e as disparidades regionais a ele associadas implica questionar a divisão regional de trabalho baseada em intensidade de

³ Expressão de Goldenstein e Seabra (1982).

conhecimento, (...) demandas historicamente reprimidas (infraestrutura de urbanização, saneamento, moradia, saúde e educação) podem inspirar políticas regionais à semelhança da proposta de estratégias orientadas por missão. (Fernandes, 2021, p. 16).

1.1 – A industrialização no Brasil a partir dos anos noventa.

A partir da década de 1990, os direitos políticos foram retomados pela sociedade civil e a democracia foi restabelecida no país. Durante o período democrático, foram adotadas orientações ortodoxas para a política macroeconômica brasileira, tal movimento foi resultado de orientações políticas neoliberais que surgiram e vigoraram anos antes na Europa e Estado Unidos.

Medeiros (2021), ao investigar os fatores que contribuíram para o processo de desindustrialização que ocorreu no Brasil após os anos de 1990, chama atenção para as mudanças adotadas no direcionamento da nova política macroeconômica, o autor destaca que

As mudanças iniciadas nos anos de 1990 colocaram em segundo plano os setores produtivos e priorizaram o setor financeiro, levando inúmeras consequências: abandono de políticas setoriais; liberdade para o Banco Central estabelecer juros; redução das barreiras de importações industriais; liberalização dos fluxos internacionais de capital. A principal consequência estrutural foi o processo de desindustrialização nas cadeias de bens de produção e de bens intermediários, levando à regressão da integração industrial, à redução dos investimentos, à dificuldade de se atingir taxas elevadas de crescimento, e de se elevar a renda. Aumentou a dependência de importações industriais e o país deixou de disputar os graus mais elevados e médios de valor no comércio mundial. (Medeiros, 2021, p. 367).

Tal processo foi marcado pela abertura econômica, baixo crescimento, perda de capacidade de atuação e articulação do Estado, financeirização dos processos produtivos e valorização cambial. Nesse cenário, o complexo industrial do país passou por intensa perda de competitividade interna e externa, conseqüentemente, apresentou queda de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, principalmente nos setores de bens de produção e consumo que possuem maior demanda de mão-de-obra qualificada e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), conforme apontam Calixtre e Fagnani (2018).

Diante do cenário de transição da política macroeconômica heterodoxa para ortodoxa “ocorreu um processo de perda de participação e desindustrialização na estrutura produtiva mais complexa e completa, efetivada pela desnacionalização de muitas linhas de produção” (Brandão, 2020, p. 15).

Como parte da reestruturação produtiva e econômica do país ao longo da década de 1990, formulou-se o chamado tripé macroeconômico, cujas diretrizes foram: controlar a inflação, taxa de câmbio flutuante e metas de superávit fiscal primário. Assim, o Estado perdeu seu protagonismo no planejamento do setor produtivo, deixando o processo ao encargo de agentes privados nacionais e transnacionais e, com a maior abertura econômica, também acentuou o processo de privatização.

Analisando esse cenário Medeiros (2021) destaca que,

Permanecem no país muitos setores produtores de bens finais (especialmente bens de consumo), mas com deficiências crescentes nas cadeias que produzem para estas, os bens intermediários e maquinário industrial. Assim, aumenta significativamente a dependência de importações para o suprimento interno de bens intermediários e de maquinários e equipamentos, impactando na balança comercial e no mercado de trabalho. As formações voltadas a ciência, tecnologia e inovação vão perdendo campo, pois o país aos poucos, vai se tornando apenas usuário de tecnologias importadas. (Medeiros, 2021, p. 371-2).

Vasconcelos e Matos (2019) e Medeiros (2021) ao analisarem os impactos da política cambial adotada diante da nova política macroeconômica e seus reflexos na balança comercial do país, percebem o aumento das importações de insumos aos diversos setores indústrias.

Em termos macroeconômicos se acentua a armadilha cambial, pois o câmbio mais favorável às exportações encarece as importações cada vez mais fundamentais ao funcionamento básico da economia. Enquanto o câmbio favorável às importações reduz a competitividade das exportações, hoje fundamentais à formação de reservas e à manutenção do (fraco) crescimento nacional. (Medeiros, 2021, p. 374).

Pereira Junior (2022) também explica que,

(...) isso provocou transformações na estrutura industrial, que repercutiu no processo produtivo e no mercado de trabalho (...) mudanças mais efetivas foram demarcadas pela expansão dos serviços, que se tornou a atividade mais relevante para o dinamismo econômico nacional, e pelo novo papel das *commodities* agrícolas e minerais, que passaram a desempenhar uma função hegemônica para as exportações. (Pereira Junior, 2022, p.358).

O processo de desindustrialização, no âmbito nacional, aprofundou a dependência externa por insumos e produtos industrializados que até então eram produzidos no país. Diante desse cenário, “a indústria brasileira assume seu caráter complementar e subordinado aos circuitos e redes de produção internacional” (Pereira Junior, 2022, p. 361).

No espectro nacional, quando observamos o desempenho da indústria, podemos constatar que a desindustrialização atingiu o Brasil na década de 1990 e perdurou durante as décadas seguintes. “Com isso, o país deixa de disputar os graus mais

elevados (e mesmo médios) da escala de valor agregado do comércio mundial. Ocorreu uma perda de densidade das cadeias produtivas (...)” (Medeiros, 2021, p. 372).

Esse cenário de liberalização e financeirização econômica retratado impactaram tanto o desempenho produtivo de empresas nacionais como também os empregos nacionais nessa virada de século, Pochmann (2010) destaca que

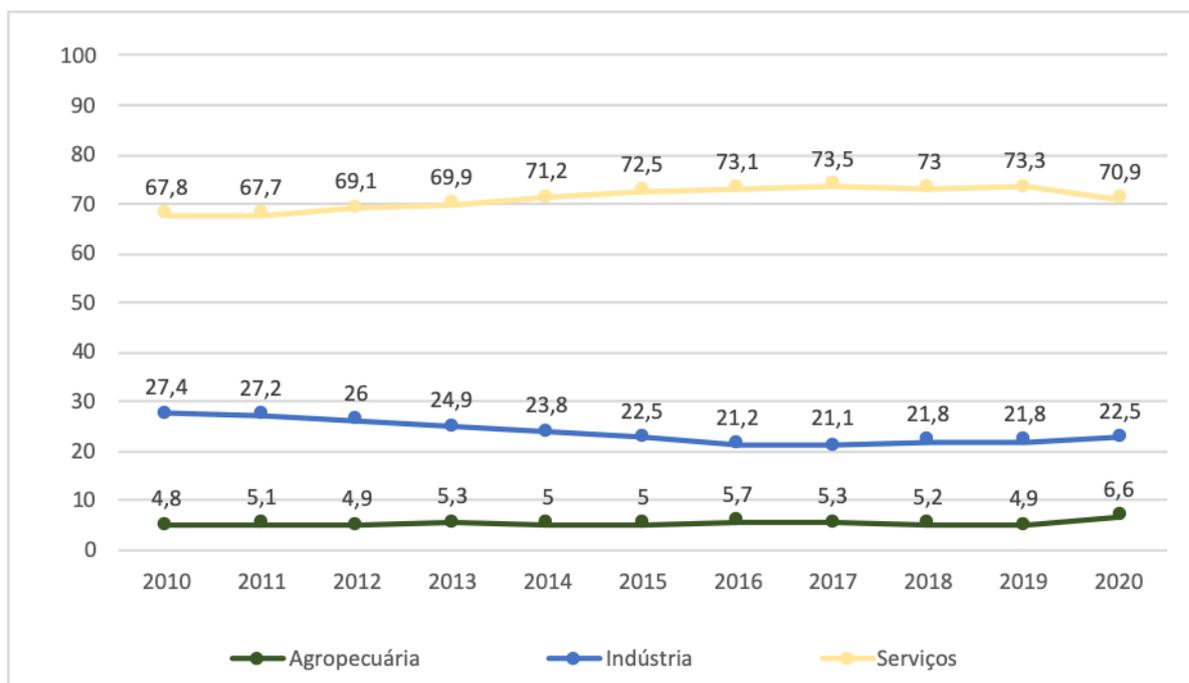
(...) a interrupção do projeto de desenvolvimento nacional impôs o retrocesso às conquistas dos trabalhadores, em meio ao esforço de geração de maior excedente ao processo de financeirização de riqueza. Para isso, o Estado social foi reformulado, com avanço de políticas antisíndicas e de flexibilização do mercado de trabalho (...). (Pochmann, 2010, p. 16).

Ao investigar a expansão regional do processo de desindustrialização no território brasileiro durante a primeira década do século XXI, Vasconcelos e Matos (2019, p. 8) ressaltam que “a participação do Brasil no comércio internacional foi pautada pelo crescimento das exportações de produtos básicos e de uma regressão nos níveis de participação dos produtos manufaturados na pauta”.

No entanto, devido a presença de desigualdades regionais, os eventos não ocorrem de maneira homogênea e tal generalização torna-se insuficiente quando modificamos a escala de análise sobre o processo de industrialização e desindustrialização. Para argumentar sobre essa desigualdade, iniciaremos abordando a participação das atividades econômicas no PIB.

De acordo com a classificação adotada pelo IBGE, as atividades econômicas que compõem o produto interno bruto (PIB) brasileiro são divididas entre agropecuária, indústria e serviços, além da carga de impostos acrescidos durante o ano. O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia soma no total produzido (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – BRASIL - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (%) de 2010 a 2020.

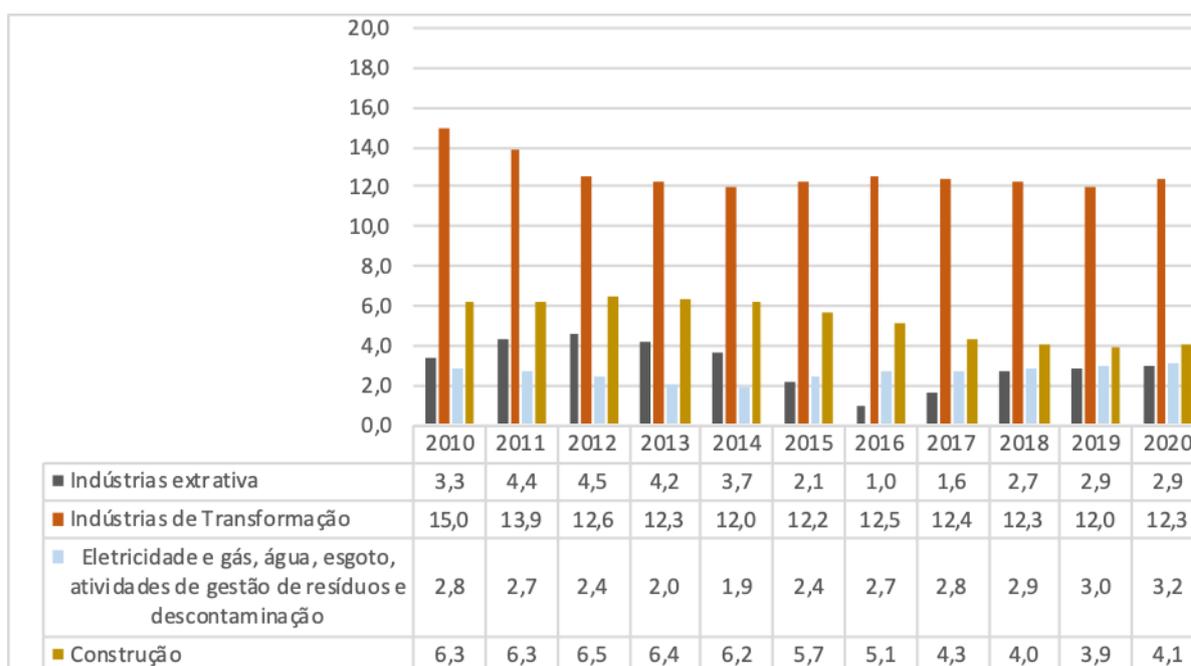


Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN).
Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O gráfico 1 apresenta o protagonismo do setor de serviços na economia nacional. Ele é responsável por cerca de 70% do VAB, seguido pelo desempenho do setor industrial, que é responsável por, aproximadamente, 25% e, por fim, temos a agropecuária que representou 5% do VAB entre 2010 e 2020.

De acordo com a base de dados do Sistema de Contas Nacionais (SNC), a atividade industrial divide-se em quatro grupos gerais: indústrias extrativas; indústrias de transformação; eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; construção.

Gráfico 2 – BRASIL - Participação das atividades industriais no valor adicionado bruto (%) de 2010 a 2020.



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN).
Organizado por Umberto de Andrade Filho.

No Gráfico 2, observa-se a participação dos setores industriais na composição do VAB nacional. A indústria de transformação foi o setor com maior participação, mesmo apresentando perda de competitividade no período, responsável por cerca de 12%; a indústria da construção também perdeu participação no período, ela foi responsável por aproximadamente 5%; a indústria extrativa também perdeu participação e ficou responsável por aproximadamente 3%; o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação ampliou sua participação, ela foi responsável por aproximadamente 3% entre 2010 e 2020.

A perda de participação da indústria da construção, que está registrada nas estatísticas na escala nacional, para o Brasil, não foi um fenômeno que se repetiu no Mato Grosso do Sul⁴. O estado apresentou outra dinâmica. Mato Grosso do Sul⁵.

Diante desse cenário, cabe o cuidado na análise de escalas específicas. Concordamos com a leitura de Lamoso (2022) quando estabelece que o

⁴ O desmembramento do estado de Mato Grosso foi idealizado no ano de 1977 pelo terceiro presidente do regime militar, Ernesto Geisel. A divisão ocorreu, efetivamente, em janeiro de 1979, com o estabelecimento do novo governo estadual. Para mais informações sobre a história de Mato Grosso do Sul, consultar: www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/.

⁵ Mato Grosso do Sul é o 6º maior estado em área territorial com 357.147.995 km² dividido em 79 municípios (Ver Mapa 1), a população estimada para 2021 é de 2.839.188 pessoas, conforme dados obtidos pelo IBGE.

desenvolvimento é um processo que tem curso em espaços definidos, em tempos históricos definidos, portanto, é dinâmico no espaço e no tempo.

Em outro momento, a mesma autora estabelece outronexo explicativo sobre a complexidade ao analisar os fenômenos industriais que podem gerar diferentes respostas de acordo com o território em questão.

Um mesmo fenômeno de desindustrialização pode representar resultados diferentes quando ocorre em territórios diferentes, pois cada país tem uma capacidade de resposta aos desafios que lhe são postos pelo curso do desenvolvimento econômico. (Lamoso, 2013, p. 426).

Em termos macrorregionais, também há variação dos processos de industrialização e desindustrialização. De acordo com Monteiro Neto (2021), na região Centro-Oeste, as estruturas industriais estão diretamente relacionadas à expansão do setor agroexportador que foi orientado por políticas e investimentos em infraestrutura realizados no passado recente. O setor industrial da agricultura brasileira recebeu diversos incentivos governamentais, por meio de políticas públicas, com intuito de expansão de produtividade e competitividade durante os últimos cinquenta anos.

No próximo item, apresentaremos alguns dados sobre o estado, para contextualizar as condições regionais da indústria da construção civil em Dourados.

1.2 - O comportamento da indústria no Mato Grosso do Sul.

O estado de Mato Grosso do Sul não possui um acúmulo histórico de implantação de unidades industriais, pelo contrário, durante o século XX, como aponta Gomes (2016) a economia do estado foi predominantemente apoiada na pecuária extensiva que constituiu o processo de ocupação e povoamento. A autora também destaca que

A partir da década de 1970, temos o início do processo de desconcentração industrial no Brasil, que iria espalhar no Mato Grosso do Sul somente no final dos anos 1990. Entretanto, o estabelecimento de pólos de desenvolvimento no estado, se insere na tentativa de concretizar o processo de descentralização da indústria, em vias de estabelecer um desenvolvimento mais abrangente do país. (Gomes, 2016, p. 84).

Ao estudar a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento Econômico proposta pelo geógrafo francês François Perroux, Souza (2010) propõe analisar a relação entre o Estado e a indução da atividade industrial no Mato Grosso do Sul e ele disserta que

[...] o pólo de desenvolvimento é o centro econômico dinâmico de uma determinada região, país ou continente, e seu crescimento se faz sentir sobre a área que o cerca, considerando-se que o pólo emana forças de um

lugar/espço para o centro e reflexos do centro para o lugar/espço. (SOUZA, 2010, p. 12).

O mesmo autor destaca que “o conceito de pólo de desenvolvimento foi guinado a uma posição de destaque na definição das estratégias de desenvolvimento regional e nacional” (Souza, 2010, p. 27). Com isso, o conceito emerge como instrumento disciplinar de desconcentração industrial para redução de desigualdades regionais com objetivo de estimular a industrialização e dinamizar as potencialidades produtivas da região polarizada, por meio da indução direta do Estado. Em um segundo momento, ao investigar algumas políticas e programas governamentais direcionadas ao Mato Grosso do Sul durante a última quadra do século XX, o autor aponta que

[...] a criação desses pólos objetivava, por um lado, fomentar o desenvolvimento econômico de uma área e, por outro, constituir-se em alternativa para a desconcentração planejada, notadamente das metrópoles. Nos dois casos, complementares entre si, a implantação de distritos industriais nesses pólos era considerada pelos tecnoburocratas do planejamento como principal instrumento, atuando como unidade motriz em determinada área de influência (Souza, 2010, p. 65-6).

No estado de Mato Grosso do Sul, como aponta Souza (2010) e Gomes (2016), quatro cidades foram definidas como pólos e possuem distritos industriais, sendo elas: Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas. A administração dos três primeiros distritos citados é feita pelo governo estadual e o último é administrado pelo governo municipal.

Além da participação direta na execução de programas especiais de desenvolvimento e da criação de áreas industriais planejadas nas cidades-pólos, os sucessivos governos sul-mato-grossenses participaram indiretamente do processo industrial com uma série de leis e decretos, que concedem incentivos tributários aos empresários relocados, instalados ou que pretendem se instalar em seu território. (Souza, 2010, p. 89).

Silva e Gomes (2016) ao investigarem os impactos dos incentivos fiscais no processo de industrialização do estado de Mato Grosso do Sul no início do século XXI, destacam que

[...] a política de incentivos fiscais redefiniu as atividades industriais em algumas regiões do estado, sob a influência da industrialização paulista, cujas fábricas encontraram, em Mato Grosso do Sul, condições favoráveis para se instalar, sobretudo, com base nos incentivos fiscais e mão de obra barata [...] (Silva e Gomes, 2016, p. 160).

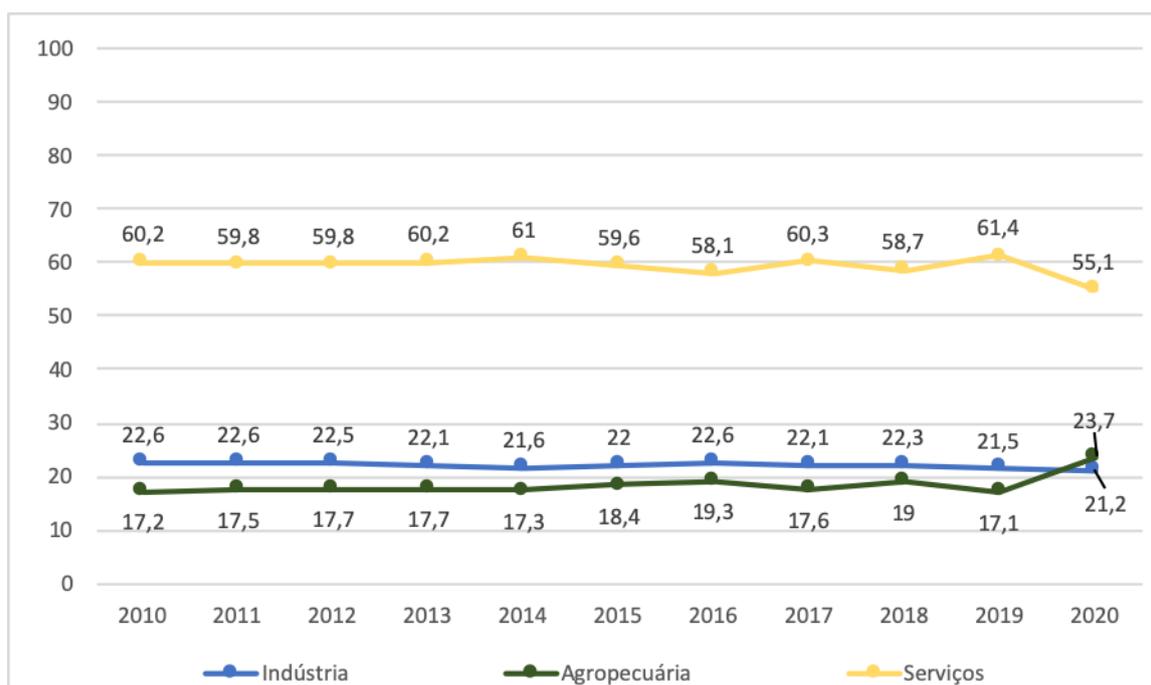
Referente aos setores industriais incentivados pelo estado diante dos benefícios fiscais, os autores escrevem que

No estado de Mato Grosso do Sul, setores industriais beneficiados com a política de incentivos são: o setor de processamento de soja, a bovinocultura de corte, a avícola de corte, a suinocultura de corte, o setor de beneficiamento

do leite e derivados, o processamento de couro, o setor têxtil, as indústrias de construção, as indústrias e açúcar e álcool e as indústrias de madeira e mobiliário, entre outros. (Silva e Gomes, 2016, p. 166).

Os autores concluem que os incentivos fiscais serviram como instrumento catalisador de unidades industriais em municípios do interior do estado e contribuíram para maior presença industrial em municípios menores que não possuem uma dinâmica econômica fortemente marcada pela atividade industrial. Dessa forma, eles também serviram para ampliar a quantidade de emprego e renda nos municípios interioranos. Além disso, os incentivos foram capazes de manter a participação do valor adicionado bruto praticamente constante, sem quedas significativas desde 2010. Isso, considerando a expansão do agronegócio, com a valorização das commodities agrícolas e minerais, das quais o estado também é um centro produtor.

Gráfico 3 – MATO GROSSO DO SUL - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (%) de 2010 a 2020.



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN).
Organizado por Umberto de Andrade Filho.

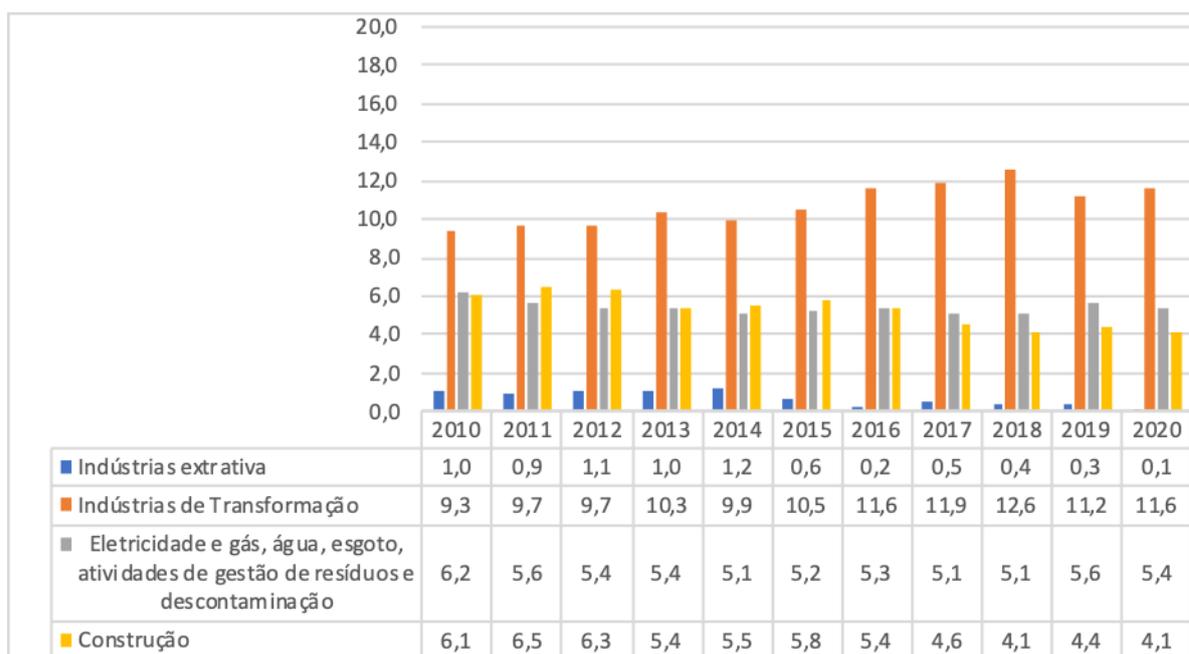
Observamos no Gráfico 3 que, quando comparado aos dados da escala nacional, também há uma maior predominância do setor de serviços na composição do VAB estadual⁶, no entanto, em menor porcentagem quando comparado aos dados nacionais,

⁶ Oliveira e Martins Junior (2016, p. 238) ressaltam que “[...] em Mato Grosso do Sul, a economia produtora de riqueza e mantenedora das estruturas administrativas advém do setor de serviços, em

constatamos maior participação da agropecuária na composição dos valores, a participação do setor industrial se assemelha, relativamente, com a participação percentual da escala nacional.

No Gráfico 4, nota-se uma expansão da indústria de transformação no período, no entanto, o estado mantém índices menores em comparação com a escala nacional; o setor de indústrias extrativas perde participação na composição do VAB e quase desaparece no estado; o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação sofreu leve queda na participação, mas manteve-se relativamente estável e em taxa superior quando comparado com os índices nacionais; já o setor da construção demonstrou desempenho semelhante ao da escala nacional, com perda de dois pontos na participação percentual do VAB estadual. Para os objetivos desta pesquisa, chamamos a atenção para a expressão da indústria de construção, que tem mantido certa regularidade, entre 4 e 6% ao longo do período.

Gráfico 4 – MATO GROSSO DO SUL - Participação das atividades industriais no valor adicionado bruto (%) de 2010 a 2020.



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN).
Organizado por Umberto de Andrade Filho.

particular o comércio [...] todavia, a pecuária, a produção de soja, a agroindústria e extração de minérios representam papel de destaque no glossário econômico local, exercendo forte influência direta e indireta no conjunto geral da econômica. [...]"

Dourados, município investigado neste trabalho, pertence ao estado de Mato Grosso do Sul e encontra-se na porção meridional do centro-sul do estado, que está localizado na região Centro-Oeste do país (Ver Mapa 1).

Conforme já apontado, a “desconcentração industrial” de Fernandes (2021) e o processo de “desindustrialização” de Medeiros (2021) ocorreu no Brasil após as reformas econômicas adotadas durante a década de 1990, perdurou nos anos seguintes e levou à crise do setor industrial de ponta no Brasil. O fenômeno deve ser compreendido de maneira multifatorial diante da complexidade dos eventos, o que cabe ressaltar é que como parte desse complexo processo, o crescimento econômico e a diversificação/especialização produtiva presente no estado do Mato Grosso do Sul está, entre outros fatores, associado à desindustrialização paulista.

Silva e Gomes (2016) retratam alguns fatores que contribuíram para esse processo observado no estado,

A industrialização de Mato Grosso do Sul pode ser explicada por meio de uma reunião de fatores que podemos assim esboçar: estruturas de transporte e logística, disponibilidade de recursos hídricos, estrutura fundiária e a política de incentivos fiscais. Desse último fator, tentamos, aqui, sublinhar a importância entre os anos de 2000 e 2014, após a criação da Lei nº 93/2001⁷. Esse contexto, por mais que tenha instigado a instabilidade jurídica entre outras unidades federadas, por outro lado, fomentou a atividade industrial no estado de Mato Grosso do Sul e ainda reestruturou espacialmente a indústria [...]. (Silva e Gomes, 2016, p. 186).

Para Gomes (2016), o estabelecimento de pólos de desenvolvimento no estado, objetivou estimular um desenvolvimento mais abrangente e diversificado. A autora constata que “nesse contexto, Três Lagoas, Campo Grande, Dourados e Corumbá são escolhidos como pólos de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul, haja vista, serem os principais centros urbanos” (p. 84.).

Em síntese, tem havido, ainda que de forma pouco expressiva, um processo de industrialização do estado, apoiado pelas condições historicamente reunidas: extensão do mercado do sudeste, incentivos fiscais, pólos de desenvolvimento, para elencar apenas alguns.

No próximo item, investigaremos em específico os dados sobre o desenvolvimento industrial no município de Dourados.

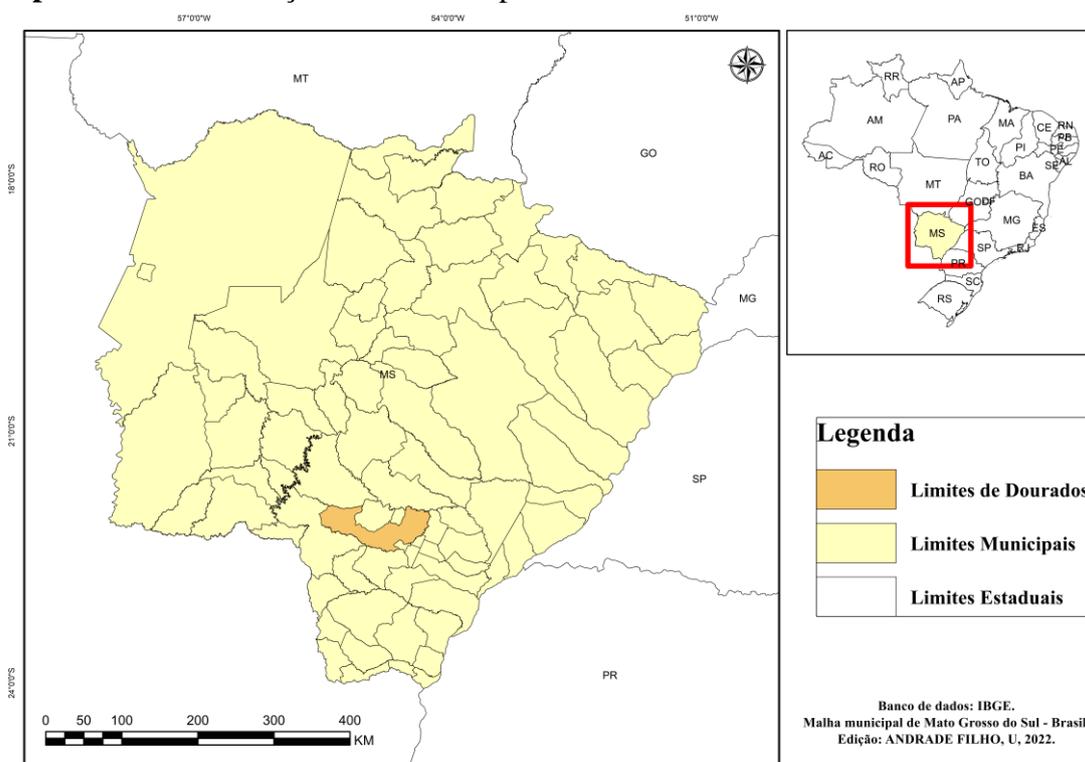
⁷ A Lei 93/2001 criou o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda e ficou conhecido como “MSEMPREENDEDOR”, a lei foi instituída em 5 de novembro de 2001 pelo governador José Orcírio.

1.3 - O Desenvolvimento industrial em Dourados.

Os eventos pontuados até então, influenciam diretamente na organização da geografia econômica e no uso do território douradense. Santos (1988) explica que a materialidade do espaço carrega consigo elementos históricos anteriormente acumulados no território.

O município de Dourados é o segundo maior em número de habitantes do estado com população estimada de 243.367 para o ano de 2022, representando cerca de 7% da população total do estado, atrás apenas da capital Campo Grande. O município tem a 28ª maior extensão territorial do Mato Grosso do Sul, conforme dados do IBGE 2023.

Mapa 1 – Localização do município de Dourados – Mato Grosso do Sul.



Organizado por Umberto de Andrade Filho, 2022.

As políticas de desenvolvimento adotadas em meados da década de 70, reorganizaram o arranjo produtivo do município de Dourados e nos municípios por ele polarizados. O intenso processo de mecanização do campo, a intervenção do Estado com políticas públicas principalmente no tocante à implantação de infraestruturas, repercutiram diretamente na dinâmica urbana da região, como aponta Silva (1992).

As novas técnicas provenientes da internacionalização da produção substituíram, em parte, a agricultura tradicional dos colonos⁸ por uma agricultura mecanizada, atraindo cooperativas de capital nacional e, posteriormente, corporações econômicas nacionais e internacionais, especializadas na produção de grãos e a expansão das agroindústrias.

Segundo Dantas e Souza (2005).

Desde a segunda metade da década de 1970, mais especificamente após a implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (II PND, 1975/79), a Região da Grande Dourados passou a ser concebida como área alternativa de desconcentração industrial, o que motivou inclusive a implantação do distrito Industrial de Dourados, em 1982. (Dantas e Souza, 2005, p. 3980).

Além do II PND, foram elaborados outros programas governamentais que ajudaram a construir a dinâmica industrial presente em Dourados. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) elaborou, em 1976, o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Grande Dourados⁹ (PRODEGRAN). O programa foi elaborado com objetivo de constituir o novo arranjo produtivo regional, para fornecer melhor qualidade em assistência e infraestrutura, como aponta Abreu (2005):

As metas e objetivos do PRODEGRAN eram fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, apareceriam algumas proposições como: incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate à erosão urbana e intensificar a infraestrutura capaz de potencializar essas realizações. (Abreu, 2005, p.161).

A autora destaca que o pacote de metas e objetivos traçados pelo programa incluíam as principais demandas para a produção na região, elas eram: maior capacidade de armazenamento, expansão da infraestrutura elétrica, melhores meios de transporte para escoamento da produção, incentivos para melhorar qualidade e

⁸ Durante meados do século XX o município de Dourados foi considerado sede da Colônia Agrícola Nacional (CAN), ela tinha como objetivo ampliar a densidade demográfica da região, fortalecer a ocupação capitalista na zona de fronteira e ocupar economicamente, com a expansão da lavoura e da política de colonização implantada pelo, então presidente, Getúlio Vargas. Para mais informações sobre a CAND, recomendamos a consulta de Santana Junior (2009).

⁹ De acordo com Abreu (2005), os municípios que compõem a Região da Grande Dourados são: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.

quantidade de serviços de assistência técnica e criação de centros de pesquisas direcionados ao setor para correção do solo e ganho de produtividade na região.

Goldenstein e Seabra (1982) ao estudar a dependência, industrialização, Estado e novas dimensões da regionalização, dissertam que

[...] na medida em que o modo de produção capitalista se aprofunda em uma formação econômica-social, aprofunda-se também a divisão social do trabalho e territorial do trabalho e, nesse sentido, a criação-transformação e desenvolvimento da organização urbana é produto e condição de sua produção. (Goldenstein e Seabra, 1982, p. 45).

Castillo *et al* (2016) ao investigarem as regiões do agronegócio, as novas relações entre campo-cidade e a decorrente reestruturação urbana, chamam atenção para o fato de que “a fragmentação do espaço agrícola decorre da seletividade dos investimentos produtivos e das ações do estado na implementação de infraestruturas”. (Castillo *et al*, 2016, p. 269).

Algo que Lamoso (2018, p.3) também pontua ao descrever que “é parte da estratégia de acumulação das grandes corporações subordinar o planejamento estatal a seus interesses na definição de eixos de circulação e implantação de infraestruturas de transporte e energia, principalmente”. Em um segundo momento, a autora destaca que

Nos territórios monopolizados por *commodities*, os investimentos na infraestrutura seguem o interesse dos agentes; não há um plano de longo prazo para desenvolvimento de condições competitivas e diversificação produtiva, o plano é ocasional e de curto prazo. (Lamoso, 2018, p. 6).

Nesse contexto, a economia de Dourados e sua região polarizada, especializou-se economicamente na produção de cereais (soja-milho) voltada ao mercado externo (exportação de *commodities*), a dinâmica produtiva do campo é composta por múltiplos fatores determinantes, sejam eles físicos como o caso da topografia favorável à mecanização, regime pluviométrico e clima propício para o cultivo lavouras de grãos, como os fatores sociais e políticos que contribuíram e continuam a contribuir para a dinâmica produtiva que se organiza com a predominância das condições dadas pelo período do meio “técnicos-científicos-informacional” (Santos, 1998).

Oliveira e Martins Junior (2016, p. 237) ressaltam que na região polarizada por Dourados destaca-se o papel desempenhado pelo agronegócio, fortemente apoiado na modernização da agricultura (já apontada anteriormente), na modernização da pecuária de corte e no complexo agroindustrial de processamento de grãos, embora a dinâmica ainda seja muito dependente dos subsídios estatais e das oscilações da economia nacional e internacional.

Elias (2011) investiga a relação do agronegócio com as novas regionalizações no Brasil através das Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), a autora constata que “a produção agrícola e agroindustrial intensiva exige que os espaços urbanos próximos ao espaço agrícola racionalizado se adaptem para atender às suas principais demandas” (Elias, 2011, p. 159). Em seu trabalho, fica evidenciado que umas das características das RPAs em território brasileiro é a especialização da dinâmica produtiva territorial para atender a produção hegemônica da economia agrária.

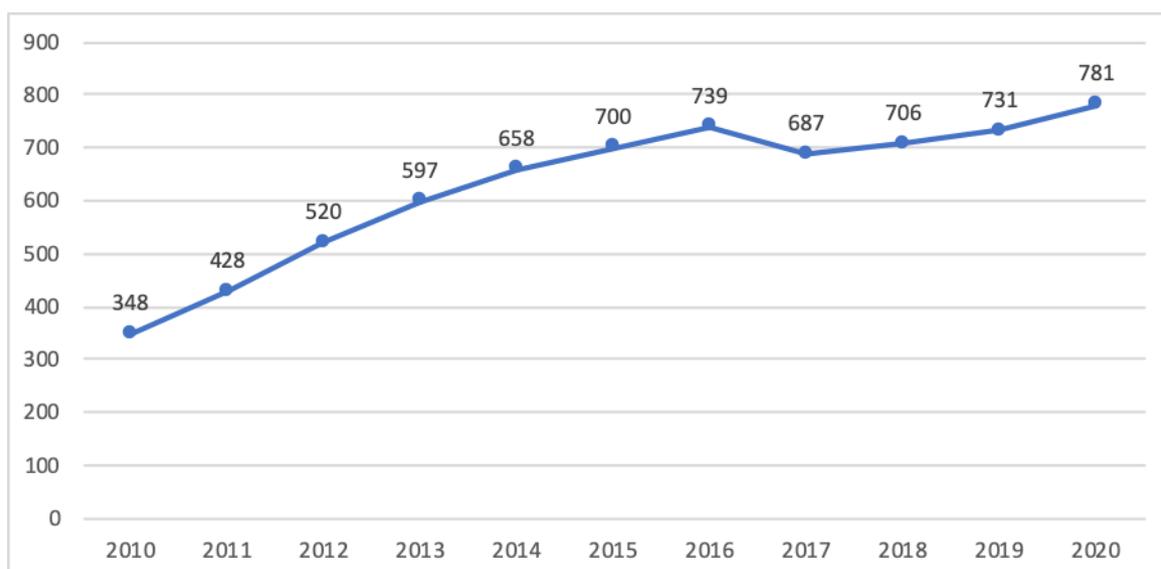
As cidades adjacentes à produção agropecuária modernizada abrigam agentes de diferentes circuitos da economia urbana para atender às exigências do campo modernizado, desde a pequena casa de comercialização de ferramentas para reparos no maquinário agrícola, caminhoneiros autônomos e sedes modestas de sindicatos rurais, até grandes concessionárias de empresas transnacionais de colhedoras e plantadoras, *tradings* agrícolas, agroindústrias, bancos, escritórios de influentes associações setoriais e sindicatos patronais, empresas de logística, centros de pesquisa biotecnologia, e toda a gama de agentes que prestam serviço de veterinária, agronomia, engenharia genética, administração, meteorologia etc. (Elias, 2011, p. 159).

O município de Dourados tem as características mencionadas por Elias (2011).

Castillo e Frederico (2010), ao investigarem os impactos da dinâmica regional e da globalização sobre os espaços competitivos agrícolas no território brasileiro destacam que “a exacerbação da especialização regional produtiva caracteriza um tipo de região funcional aos mercados internacionais” (Castillo e Frederico, 2010, p. 19). No entanto, os autores alertam que “a vulnerabilidade de regiões funcionais atreladas aos mercados internacionais, sempre sujeitas a fatores externos que não podem controlar nem mesmo prever” (Castillo e Frederico, 2010, p. 23).

Diante desse cenário territorial particular, que tem a presença do agronegócio globalizado (Elias, 2011), nos instiga a compreender porque houve uma expansão industrial, diferente do processo de desindustrialização mensurado para economia brasileira, como apontado por Andrade Filho (2021). No município, observa-se o fenômeno de expansão das atividades industriais, o que podemos comprovar com os dados apresentados no Gráfico 5, organizado com dados obtidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (SEMADE/MS).

Gráfico 5 – DOURADOS-MS – Evolução do número de indústrias entre 2010 e 2020.



Fonte: SEMADE, 2023.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O Gráfico 5 demonstra a evolução no número de unidades industriais presentes em Dourados. É possível observar que o município vem passando pelo processo de expansão industrial e que o número de indústrias mais que duplicou no recorte temporal estudado. Quando os dados são desagregados e analisados em particular, demonstram quais são os setores industriais que apresentaram maior crescimento no município, como poderemos ver a seguir:

Quadro 1 – DOURADOS – Principais subsetores industriais com maior quantidade de unidades entre 2010 e 2020.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indústria da Construção de Edifício	22	43	67	91	106	112	125	113	110	106	116
Indústria Diversas	21	28	36	41	45	47	75	46	51	57	61
Indústria Metalurgia, Exceto Máquinas e Equipamentos - Outros Produtos de Metal	9	11	18	25	29	29	44	44	48	45	49
Indústria de Produtos Alimentícios - Laticínios	18	19	20	18	24	26	32	37	39	41	47
Indústria de Impressão e Reprodução de Gravações	33	33	36	38	44	48	47	45	43	46	45
Indústria da Construção - Obras de Infraestrutura em Geral	2	13	19	18	23	35	10	36	41	43	45

Fonte: SEMADE, 2023.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

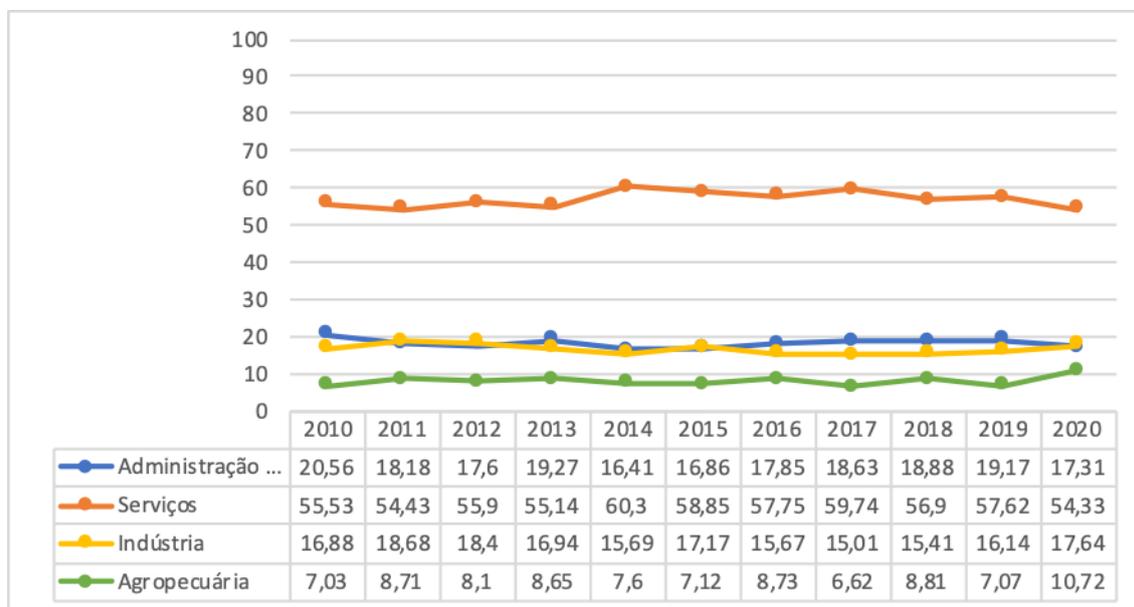
No Quadro 1, chama atenção a indústria de construção de edifícios que é o setor que apresentou maior crescimento, contabilizando 116 unidades em 2020, quase o dobro do setor de indústrias diversas que no mesmo ano teve 61 unidades; o setor de indústria de metalurgia, exceto máquinas e equipamentos contabilizou 49 unidades; a indústria de produtos alimentícios – laticínios teve 47 unidades; a indústria de impressão e reprodução de gravações chegou a 2020 com 45 unidades e a indústria de construção – obras de infraestrutura em geral contabilizou 42 unidades no município.

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹⁰, elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, de forma direta, considera como “setor da construção”: a indústria de construção de edifícios, obras e infraestrutura e serviços especializados de construção, além de, indiretamente, movimentar outros setores da economia de forma por meio de publicidade e comércios em geral.

¹⁰ A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo; para mais informações basta consultar: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros/cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae>.

Diante dos dados apresentados no Quadro 1, chama a atenção que, entre os seis setores industriais que mais cresceram em Dourados, dois setores estão diretamente ligados ao setor da construção, sendo eles: construção de edifícios e obras de infraestrutura em geral. Além dos setores de metalurgia, exceto máquinas e equipamentos e impressão e reprodução de gravações que acreditamos estarem indiretamente relacionando-se com a expansão do setor industrial da construção civil em Dourados.

Gráfico 6 – DOURADOS - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (%) de 2010 a 2020.



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN).
Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O Gráfico 6 demonstra, em ordem de grandeza, a predominância do setor de serviços, seguido pelo setor industrial com desempenho semelhante ao setor administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e, por fim, temos a participação da agropecuária na composição do VAB municipal. Como é possível observar, a metodologia utilizada pelo IBGE para composição do VAB municipal difere da composição do VAB nacional e estadual, no entanto, não interfere diretamente na

análise do fenômeno estudado nesse trabalho, a participação da indústria na dinâmica econômica do município de Dourados¹¹.

O setor de serviços, mesmo apresentando pequena perda de participação quando no comparamos o ano inicial 55,53% (2010) com o final 54,33% (2020) manteve-se como o principal agente econômico; o setor industrial apresentou ligeira expansão na composição dos valor quando comparamos o ano inicial 16,88% (2010) com o final de 17,74% (2020); o setor intitulado como administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social apresentou perda de participação quando repetimos o exercício de comparar o ano inicial 20,56% (2010) com o final 17,31% (2020); O setor da agropecuária aumentou sua participação nos valores quando comparamos desempenho do ano inicial 7,02% (2010) com o ano final 10,72% (2020).

Com base nos dados apresentados no decorrer desse capítulo, é possível observar particularidades e semelhanças na dinâmica econômica de Dourados quando comparada com a dinâmica estadual e nacional. Infelizmente, devido a falta de acesso e disparidades metodológicas, não conseguimos acesso aos dados específicos que compõem o VAB da indústria em Dourados para fins comparativos dos setores industriais presentes no município.

No próximo capítulo apresentaremos fatores que contribuíram para explicar o dinamismo da construção civil no município de Dourados, como as políticas públicas habitacionais adotadas no território brasileiro.

¹¹ Afim de evitar prejuízos metodológicos e distorções interpretativas, manteve-se a metodologia aplicada pelo IBGE na composição anual do VAB municipal de Dourados.

Capítulo II

PROGRAMAS HABITACIONAIS COMO FATORES DE EXPANSÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

O Brasil durante sua história já teve diversos programas habitacionais e, conseqüentemente, sua relação com a indústria da construção civil é direta. Neste item, abordaremos alguns dos programas recentes que terão seus efeitos observados na expansão da construção civil no município de Dourados.

Teixeira e Carvalho (2005), ao tratar a construção civil como um possível instrumento para o desenvolvimento econômico, alertam que um dos grandes desafios para o desenvolvimento é escolher o setor para colocar os investimentos, visto que

[...] a falta de recursos suficientemente disponíveis pode ser contornada com a indicação de setores estratégicos [...] a preferência deve recair sobre as atividades que maximizam as expansões econômicas diretas ou induzidas em outros setores. (Teixeira e Carvalho, 2005, p. 10).

A construção civil é um setor que se estrutura a partir de uma extensa e complexa cadeia produtiva. O setor demanda direta e indiretamente muitos insumos, equipamentos e serviços para construção de moradias e infraestruturas no geral. Uma de suas características é o uso intensivo de mão de obra nos canteiros de obras, serviço predominantemente braçal. A demanda social por obras da construção civil no Brasil é influenciada, também, pelo déficit de moradias acentuada a partir do modelo desenvolvimento dos centros urbanos, como aponta Santos (1993).

A construção civil vem sendo estimulada por agentes públicos e privados que se complementam na dinâmica cadeia produtiva do setor. Nesse capítulo, trataremos dos principais agentes responsáveis pela expansão industrial da construção civil no município de Dourados entre os anos de 2010 e 2010.

2.1 A participação de políticas públicas na expansão da construção civil.

No Brasil, a construção civil como política pública com intuito de atender a demanda social por moradia, está presente na agenda do governo federal desde meados do século XX. A primeira iniciativa foi a instituição nomeada

como Fundação Casa Popular, em 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. A Fundação tinha como objetivo a redução do contingente populacional alocado em favelas.

O programa acabou tendo pouca abrangência no território nacional devido às limitações orçamentárias, no entanto, foi a primeira iniciativa de cunho governamental direcionada ao setor construção civil brasileiro.

Em agosto de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que teve como objetivo facilitar o financiamento habitacional e fomentar o setor da construção civil no país. Com a criação do Banco, foi sancionada a Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964 que regulamentou o mercado imobiliário brasileiro, assim, criando maior seguridade aos investidores. Alcantara Junior (2019) aponta que o Banco Nacional de Habitação conduziu o mercado imobiliário brasileiro por meio do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH)¹², entre os anos de 1964 a 1984. O público alvo dos financiamentos, em sua maioria, eram pessoas de classe média, principalmente funcionários públicos¹³. Em 1968 foi criado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) como caderneta de poupança para crédito imobiliário de financiamentos habitacionais via BNH.

O mesmo autor aponta que o Sistema de Financiamento Habitacional pode ser explicado em três grandes fases: a primeira fase durou sete anos, de 1964 a 1970. Neste período, o sistema vivenciou seu auge, ampliando a quantidade de recursos direcionados ao setor da construção civil; durante a segunda fase, o sistema começou apresentar gargalos e iniciou o processo de enfraquecimento devido o descontrole inflacionário, constantes reajustes dos valores dos financiamentos que estavam atrelados ao aumento da taxa de juros da dívida externa, além dos impactos sofridos diante da crise do petróleo; a terceira e última fase do sistema foi marcada pelo enfraquecimento do mercado imobiliário nacional agravando a decadência do sistema na década de 1990, no ano de 1997, o sistema foi substituído pelo Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI)¹⁴.

O direito à moradia foi assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), o artigo estabelece que o direito à moradia é uma competência

¹² A garantia do financiamento do sistema era por meio da hipoteca do imóvel.

¹³ Policiais, professores, médicos entre outros membros do funcionalismo público.

¹⁴ A garantia do financiamento é mediante alienação fiduciária.

comum entre a União, Estado e Municípios. A Constituição Federal (CF) disserta sobre a necessidade de promover programas capazes de fornecer a construção de moradias, melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico¹⁵ em território nacional. No entanto, cabe ressaltar que a constituição traz consigo apenas interesses e objetivos compostos pelo pacto social, mas para a execução de programas e políticas públicas direcionadas aos objetivos propostos é necessária disposição política e orçamento para a efetivação dos direitos estabelecidos na CF de 1988.

Nishimura, Freitas e Almeida (2018) escrevem que durante os anos de 1980 e 1990 as políticas habitacionais não foram incentivadas de maneira expressiva, com isso, o déficit habitacional do país aumentou.

Para compreender o conceito de déficit habitacional, temos como base a definição criada pelo extinto Ministério das Cidades¹⁶ (2011), que inclui também como déficit as moradias sem condições de serem habitadas devido seu deterioramento e riscos estruturais; coabitação familiar forçada, quando mais de uma família ocupando a mesma casa; adensamento excessivo, onde três ou mais pessoas ocupando o mesmo quarto; e, quando o valor pago pelo aluguel é superior a 30% da renda familiar.

Em fevereiro de 2001 foi aprovada a Lei N. 10.188, que propôs a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Ele tinha como objetivo facilitar a construção e reformas de moradias. Como meta, o programa objetivou a melhora do bem-estar social além da criação de diversos postos de empregos diretos e indiretos.

De acordo com Nishimura, Freitas e Almeida (2018) o PAR, inicialmente, foi organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, posteriormente, ficou sob o controle do Ministério das Cidades e passou a ser financiado através da Caixa Econômica Federal.

No entanto, o programa não ficou sob responsabilidade exclusiva do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. De acordo com os autores, ocorreu envolvimento dos demais entes governamentais como Estados, Distrito Federal e Municípios. O Programa de Arrendamento Residencial envolve a articulação e distribuição de responsabilidades: os municípios ficaram com a responsabilidade de indicar os locais para implantação dos projetos habitacionais e indicação de famílias

¹⁵ Para mais informações sobre o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, consultar: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641309/artigo-6-da-constituicao-federal-de-1988>.

¹⁶ Extinto em 2019 pelo presidente Jair Messias Bolsonaro e recriada em 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

beneficiárias, aos estados e Distrito Federal coube a redução de tributos e taxas para incentivar empresas de bens e serviços para realização das obras, dentre outras funções preestabelecidas para o beneficiamento do programa.

Nishimura, Freitas e Almeida (2018) também apontam que o programa é operado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que foi criado exclusivamente para a execução do PAR, além de também utilizar valores de outros fundos como Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Fundo do Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Assistência Social (FAS) dentre outros fundos utilizados para operacionalizar o programa.

Inicialmente, os recursos foram direcionados apenas para municípios com mais de 250 mil habitantes, posteriormente para municípios com mais de 100 mil habitantes. Os mesmos autores retratam que, como resultado, o PAR tornou-se mais viável em cidades médias¹⁷, visto que um dos fatores determinantes para construção das moradias é o valor do m² no espaço urbano, quando comparado com m² nas metrópoles brasileiras, as cidades médias apresentam preços relativamente mais baixos.

[...] o programa de financiamento habitacional, PAR, consegue promover no mercado de trabalho da construção civil uma melhora considerável nos postos de trabalhos. E nos anos subsequentes também proporciona o desenvolvimento econômico deste setor com o aumento de renda dos trabalhadores. (Nishimura, Freitas e Almeida, 2018, p. 512).

Essas afirmações dos autores serão observadas na pesquisa em Dourados, e relatadas nos próximos capítulos.

Em 28 de janeiro de 2007, foi lançado o programa que transformou o panorama geral do setor da construção civil no país, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC promoveu um pacote de investimentos direcionados aos setores considerados estratégicos da economia brasileira, como afirma a Secretária do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC).

[...] O programa tinha como objetivo aumentar o gasto público federal em investimento e sinalizar para o setor privado uma carteira de projetos estruturantes para a qual o governo poderia não apenas entrar como investidor direto, mas também como facilitador do crédito para o setor privado [...] (Monteiro Neto, 2021, p.57).

¹⁷ Para melhor compreensão das discussões acerca do conceito de Cidades Médias, recomendamos consulta ao acervo da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME). Disponível em: <https://recime.com.br>.

Ele pode ser dividido em dois grandes pacotes de investimentos, o Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC 1) e o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), ambos pacotes foram sancionados durante o segundo mandato (2007-2010) de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PAC 1 e PAC 2 tiveram como objetivo a retomada do planejamento e execução de obras com viés social, energético, logístico urbano e propôs estimular o crescimento econômico do país.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi idealizado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2007, quando o cenário geoeconômico e geopolítico internacional encontrava-se instável devido à crise iniciada no mercado financeiro dos Estado Unidos entre 2007-2008, que acabou por provocar uma recessão global no ano de 2009. Foi nesse contexto de iminente recessão financeira dos mercados globais que o governo federal idealizou o programa para aquecer a economia e buscou reorganizar a matriz econômica nacional.

Alcântara Junior (2019) aponta que o PAC 1 promoveu investimentos superiores aos 650 bilhões de reais de 2007 a 2010 e o PAC 2, lançado em março de 2010, projetou investimentos de aproximadamente 1,59 trilhões de reais em setores considerados estratégicos da economia brasileira. Como veremos com dados sobre financiamento pelos bancos públicos, esses recursos também foram significativos para a expansão da construção civil no município de Dourados.

Rotta e Reis (2018) destacam que os programas, projetos e ações dos PACs foram organizados a partir de três Eixos: infraestrutura e logística; infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana.

Os autores ressaltam que mais de 55% dos investimentos do ano de 2007 até o ano de 2016 foram direcionados aos programas relacionados à infraestrutura social e urbana divididos nos Eixos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida e Água e Luz Para Todos¹⁸.

Ao analisar o programa, os autores retratam que “O PAC procurou articular múltiplas demandas, em uma matriz intersetorial, com vistas a regular e orientar o processo de desenvolvimento, com prioridade a projetos de médio e longo prazo”. (Rotta e Reis, 2018, p. 8-9).

¹⁸ Além disso, aproximadamente 34% dos investimentos foram direcionados aos programas de infraestrutura energética que incluem: a geração e transmissão elétrica, refino e petroquímica, gás natural e fertilizantes, além da indústria naval; e cerca de 10% dos investimentos foram empenhados no programa de infraestrutura logística que incluem: rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para construção e melhoria de estradas.

No entanto, ponderam ao destacar que

É necessário deixar claro que a lógica geral da orientação dos investimentos nesta área foi direcionada para a ativação dos processos produtivos, especialmente via construção civil, e para a incorporação dos indivíduos ao processo de consumo, via financiamento habitacionais (Rotta e Reis, 2018, p. 9. Grifo nosso).

Entre os eixos dos programas relacionados à infraestrutura urbana e social, o Eixo Minha Casa Minha Vida contemplou: o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a urbanização de assentamentos precários e financiamentos habitacionais.

O modelo macroeconômico do período ficou conhecido como neodesenvolvimentismo ou social-desenvolvimentista. Uma das principais características do modelo é a ampliação dos gastos sociais por parte do Estado, assim, aumentando o acesso e oferta de serviços públicos essenciais para a população e por consequência ampliando o bem-estar social da população. Para Calixtre e Fagnani (2018, p. 329) é o desejo do Estado transformar uma sociedade subdesenvolvida e reduzir as desigualdades.

A política social é expressão de uma estratégia nacional de transformação da economia e da sociedade de um país cujos passado e presente estão marcados por estruturas autônomas de reprodução de desigualdade e de subdesenvolvimento. Portanto, a política social integra o conjunto de demais políticas e ações necessárias ao estabelecimento de uma estratégia desenvolvimentista. (Calixtre e Fagnani, 2018, p. 329).

Pochmann (2010) chama atenção para o fato de que

Com a interrupção da hegemonia das políticas neoliberais, o Brasil voltou a recuperar a trajetória de construção do projeto de sociedade salarial. Isso ficou mais bem caracterizado pela forte elevação do emprego formal assalariado formal, bem como pela importância do movimento de ascensão social. A mudança na estrutura social brasileira somente ganhou dimensão a partir de 2004. (...) p. 52.

É com o interesse de melhorar as condições sociais e superar parte das mazelas presentes na formação socioespacial brasileira, além da expansão de empregos via construção civil que o PMCMV surge como política pública direcionada à população de baixa renda no país.

O Programa Minha Casa Minha Vida 1 (PMCMV 1) foi lançado pela Lei Complementar Federal nº 11.977. Ele promoveu expansão do crédito habitacional e de longo prazo para investimento em infraestrutura com taxas de juros menores e subsidiadas para pessoas com baixa renda no país. O PMCMV foi organizado pelo Ministério das Cidades. Gonçalves Junior *et al* (2014) apontam que as diretrizes do programa foram: a redução do déficit habitacional, distribuição de renda e inclusão

social, dinamização do setor da construção civil e geração de emprego e renda. A dinamização do setor da construção civil foi bastante significativa no caso estudado, como veremos posteriormente.

O PMCMV foi organizado entre a União, Estados, Municípios, empreendedores e movimentos sociais. Juntamente com a criação do programa foram organizados os fundos garantidores de recursos, sendo eles: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Os fundos ficaram responsáveis por amortizar as possíveis inadimplências. O banco que ficou responsável pela análise e concessão dos financiamentos foi a Caixa Econômica Federal.

Uma das características iniciais do programa foi o financiamento direcionado apenas de casas novas, justamente por conta do interesse em estimular o setor da construção civil e a economia do país, como aponta Gonçalves Junior *et al* (2014).

Alcântara Junior (2019) destaca que a União ficou com a responsabilidade de mapear as cidades em território nacional para alocar os recursos e solicitar os projetos para as construtoras. A Caixa Econômica Federal ficou responsável pela análise dos projetos, acompanhamento da execução da obra, fiscalização do cronograma para liberação de recursos e aprovação do empreendimento quando concluído. Aos estados, municípios e entidades sem fins lucrativos ficou a função de cadastramento e seleção das famílias para contemplação. Ele foi dividido em dois subprogramas: Programa Nacional de Moradia Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Moradia Rural (PNHR).

O mesmo autor destaca que o PMCMV 1 dividiu as famílias passíveis de participação do programa em duas Faixas, sendo elas: a primeira foi representada por famílias com renda de até 3 salários mínimos e a segunda por famílias com renda de 3 até 10 salários mínimos. Como condições complementares para acesso ao financiamento pelo PMCMV, as famílias contempladas não poderiam obter casa própria ou financiamento vigente; não ter sido beneficiado no passado em programas relacionados a habitação; o registro do imóvel deveria ser feito em nome da mulher e o pagamento inicia-se na entrega da moradia.

Outro aspecto importante sobre o PMCMV 1 foi a prioridade de investimentos para capitais e regiões metropolitanas com mais de 100.000 habitantes, visto que o déficit habitacional dessas regiões é maior. O programa também estabeleceu tipologias para os empreendimentos: casas térreas com 35 m² e apartamentos com 45 m².

O Programa Minha Casa Minha Vida surgiu como ferramenta anticíclica do governo frente a crise econômica internacional, mas também se destaca pela proposta social. Com a meta de construir 1 milhão de moradias à população de baixa renda (Assunção, Queiroz e Coutinho, 2020, p. 40).

Além disso, o programa criou limites de valores de acordo com a localidade do empreendimento: em metrópoles os valores financiados não poderiam ultrapassar 130.000 reais; em cidade com mais de 500.000 habitantes o valor máximo era 100.000 reais; em cidades com menos de 500.000 habitantes o valor limite era de 80.000 reais.

Alcântara Junior (2019) retrata que a primeira fase do programa teve fim no início de 2011. A primeira versão do programa deu lugar ao Programa Minha Casa Minha Vida 2 (PMCMV 2), nessa nova versão, o programa reformulou algumas normas e reajustou os valores das faixas, além de expandir a área de ação do programa para municípios com menor número de habitantes.

[...] municípios com população de 20.000 até 50.000 habitantes seriam passíveis de contemplação [...] desde que 70% seja da população urbana, crescimento populacional entre 2007 e 2010 tenha sido maior que o estado, taxa maior que 5%, cidades atingidas por situações de emergência ou calamidade e regiões impactadas por grandes empreendimentos. (Alcântara Junior, 2019, p. 30).

O PMCMV 2 reajustou as faixas com novos valores e acrescentou mais uma, dividindo em 3 faixas: a faixa 1 do programa foi direcionada para famílias com renda de até 1.600 reais; a faixa 2 do programa contemplou famílias com renda de até 3.275 reais; e a faixa 3 para famílias com renda de até 5.000 reais.

As repercussões geradas pelo programa no mercado de trabalho e nos setores econômicos foram quase imediatas “de 2009 a junho de 2013 foram entregues mais de 1.247.859 unidades em todo país. Essas unidades se dividiram em 711.378 da primeira fase e 538.481 da segunda” (Alcântara Junior, 2019, p. 30).

Em 2016 foi lançada a terceira versão do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV 3). O programa foi aperfeiçoado, alterou regras para construções, corrigiu valores, traçou novas metas e, como principal novidade, trouxe uma nova faixa de financiamentos. O PMCMV 3 contou com 4 faixas, sendo elas: a faixa 1 do programa foi direcionada para famílias com renda de até 1.800 reais; a nova faixa 1,5 do programa contemplou famílias com renda de até 2.600 reais; a faixa 2 do programa atendeu famílias com renda de até 4.000 reais; e a faixa 3 do programa foi direcionada para famílias com renda de até 9.000 reais mensais.

As cidades médias têm características importantes para o sucesso do programa, com demanda por residências, disponibilidade de terrenos com preços mais acessíveis, além de possuir o setor da construção civil relativamente bem estruturado [...] o PMCMV estimula a economia não só nas grandes cidades, o que contribui para a descentralização do crescimento. (Gonçalves Junior *et al*, 2014, p. 180).

De modo geral, o programa destinou investimentos com subsídios direcionados ao financiamento de novas unidades habitacionais para famílias de baixa renda, assim, reduzindo o déficit habitacional do país, além de estimular o setor da construção civil diante do cenário de crise econômica que assolava as cadeias produtivas e as finanças globais.

O Programa Minha Casa Minha Vida vivenciou anos de expansão orçamentária até o ano de 2016, ano no qual ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff. Após a retirada da presidenta do poder executivo e a posse do vice-presidente Michel Temer, as diretrizes econômicas foram modificadas para uma abordagem macroeconômica ortodoxa. O Programa começou a passar por um processo de redução de contratações e convênios para novos empreendimentos, principalmente após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos para a formulação do orçamento público¹⁹. Em 2019, com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro, o programa passou por novas restrições orçamentárias devido o redirecionamento de prioridades adotadas pelo novo governo eleito.

No dia 12 de janeiro do ano de 2021, o Governo Federal sancionou a Lei nº 14.118, que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela²⁰. A Lei repaginou o PMCMV reformulando as modalidades de financiamento, subsídios de juros, valor orçamentário direcionado ao programa e objetivos, sendo que alguns dos novos objetivos foram a regularização fundiária e renegociação de dívidas dos beneficiados já contemplados pelo PMCMV, além de modificar a nomenclatura do mesmo para Programa Casa Verde e Amarela.

Em 15 de fevereiro de 2023, o reeleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) revogou as portarias que instituíram o Programa Casa Verde e Amarela e revitalizou o PMCMV. O programa voltou a conceder subsídios às populações de baixa

¹⁹ Para mais informações sobre o a Emenda 95/2016, consultar: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/teto-de-gastos-o-gradual-ajuste-para-o-crescimento-do-pais.pdf/> - acessado em 15/02/2023.

²⁰ O acesso a letra da Lei é possível ser consultada pelo site: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14118-12-janeiro-2021-790986-norma-pl.html> - acessado em 15/02/2023.

renda da Faixa 1. A estimativa do governo é de que 50% das 2 milhões de unidades habitacionais previstas até 2026 sejam destinadas a populações dessa faixa com subsídios de 85% a 95% aos financiamentos, reforçando o caráter inclusivo do PMCMV para combate do déficit habitacional.²¹

Com a nova fase do programa revigorado, em 2023, o subsídio para famílias de baixa renda nas faixas 1 (renda mensal de até R\$ 2.640) e faixa 2 (até R\$ 4,4 mil), passou de R\$ 47,5 mil para até R\$ 55 mil. A taxa de juros cobrada para famílias com renda mensal de até R\$ 2 mil passou de 4,25% para 4% ao ano, para as regiões Norte e Nordeste, e de 4,5% ao ano para 4,25% ao ano para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O valor máximo do imóvel que pode ser comprado na faixa 3 (mais alta), para famílias com renda entre R\$ 4,4 mil e R\$ 8 mil, passou de R\$ 264 mil para até R\$ 350 mil. Esse valor vale para todo o país, e não somente para as cidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo (que atuam em regime diferenciado devido ao valor do lote urbano). O teto dos imóveis para as faixas 1 e 2 do Minha Casa Minha Vida, por sua vez, ficará entre R\$ 190 mil e R\$ 264 mil - de acordo com a localização do imóvel.

Todos esses programas e políticas públicas foram relevantes para a expansão da construção civil. No recorte empírico da pesquisa, nos deteremos aquelas implementadas até 2020.

A seguir, abordaremos, de forma mais particular, as políticas públicas habitacionais implementadas no município de Dourados.

2.1.1 As políticas habitacionais no município de Dourados de 2010 a 2020.

Como já foi apontado anteriormente, em março do ano de 2009, o governo federal lançou o PMCMV compondo o eixo de infraestrutura urbana e social do PAC, com isso, os efeitos do PMCMV podem ser contabilizados a partir do ano de 2010.

²¹ Para mais informações sobre o novo PMCMV, consultar:
<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/15/quem-pode-participar-do-novo-minha-casa-minha-vida.htm>.

Neste item, abordaremos como a política habitacional traçada na esfera federal, foi implementada no município de Dourados. Houve uma relação direta e significativa das políticas e seus consequentes programas habitacionais.²²

No Quadro 2, apresentamos os empreendimentos, a quais programas federais estão relacionados, ano de contrato, número de unidades, valores investidos pelo Governo estadual, União e pelo orçamento do poder local. (Quadro 2).

²² Os dados apresentados foram fornecidos pela Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB/MS) em atendimento ao ofício pessoal, que justificou a necessidade dos dados para esta dissertação.

Quadro 2 – DOURADOS-MS – Informações sobre os empreendimentos habitacionais que receberam investimentos entre 2010 a 2020.

Nome do empreendimento	Programa	Empreiteiras	Tipo	Ano de contrato	Número de Unidades	Ano de entrega	Investimento R\$ estadual	Investimento R\$ federal	Investimento R\$ municipal
Residencial Dioclécio Artuzi	PMCMV FAR	LC Braga	Urbano	2010	465	2012 (238) 2013 (227)	783.067,00	35.100.000,00	
Residencial Harrison Figueiredo I	PMCMV	COPLAN	Urbano	2012	232	2014	1.038.850,49	10.904.000,00	
Residencial Harrison Figueiredo II	PMCMV	COPLAN	Urbano	2012	240	2014	536.731,79	11.280.000,00	
Residencial Harrison Figueiredo III	PMCMV	COPLAN	Urbano	2012	250	2014	1.534.090,10	11.750.000,00	
Residencial Dioclécio Artuzi III	PMCMV FAR	LC Braga	Urbano	2012	450	2016	2.090.218,87	21.144.056,95	
Condomínio Vila Roma I e II	PMCMV FAR	ENGEPAR	Urbano	2013	512	2016	3.181.907,77	29.184.000,00	1.024.000,00
Condomínio Vila Roma III	PMCMV FAR	ENGEPAR	Urbano	2014	288	2016	1.873.706,46	16.416.000,00	267.115,62
Agricultor Tradicional	PNHR	COOPHAF	Rural	2014	16	2015	34.000,00	484.500,00	
Residencial Ildefonso Pedroso	PMCMV FAR	COPLAN	Urbano	2014	512	2018	1.686.999,39	29.184.000,00	1.376.000,00
Residencial Campina Verde II Mod. I	PMCMV - FDS	Meu Lar CRF	Urbano	2014	200	2019	1.412.000,00	11.400.000,00	353.000,00
Residencial Campina Verde II Mod. II	PMCMV - FDS	Meu Lar CRF	Urbano	2014	153	2019	612.000,00	8.721.000,00	
Agricultor Tradicional	PNHR	COOPHAF	Rural	2016	11	2018	48.500,00	346.500,00	
Cond. Residencial Itapiranga I	FAIXA 1,5	RG Engenharia	Urbano	2017	18	2019	64.802,88	1.890.000,00	
Cond. Residencial Itapiranga II	FAIXA 1,5	RG Engenharia	Urbano	2017	46	2019	179.377,42	4.830.000,00	
Cond. Residencial Ravena I	FAIXA 1,5	ENGEPAR	Urbano	2017	70	2018	275.151,34	7.350.000,00	
Cond. Residencial Ravena II	FAIXA 1,5	ENGEPAR	Urbano	2017	68	2019	239.351,53	7.140.000,00	

Cond. Res. San Marino I	FAIXA 1,5	ENGEPAR	Urbano	2018	103	2019	463.279,49	11.536.000,00	
Cond. Res. San Marino II	FAIXA 1,5	ENGEPAR	Urbano	2017	127	2019	541.087,00	14.224.000,00	
Cond. Res. San Marino III	FAIXA 1,5	ENGEPAR	Urbano	2018	45	2019	202.567,05	5.040.000,00	
Cond. Quintas de Lisboa Fase CDE	FAIXA 1,5	Baucon Empr. e Constr. Ltda	Urbano	2018	27	2020	124.928,54	3.024.000,00	
Residencial Positano	FAIXA 1,5	ENGEPAR	Urbano	2019	41	2020	185.490,58	4.592.000,00	
Villa Mileto I	FAIXA 1,5	EFICACI	Urbano	2019	1	2019	2.734,22	112.000,00	
Loteamento Guassu	PMCMV FAR	COPLAN	Urbano	2018	200	2019	4.118.024,20	15.450.000,00	1.235.641,46
TOTAIS					4.075		21.228.866,12	261.102.056,95	4.255.757,08

Fonte: AGEHAB, 2022.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

Com os dados apresentados no Quadro 2, constatamos que o município de Dourados recebeu 23 empreendimentos sendo 21 através dos PNHU e 2 PNHR durante o período estudado. No ano de 2010 foram entregues 465 unidades urbanas; em 2012 foram 1.172 unidades; em 2013 foram 512; no ano de 2014 foram entregues 1.169, sendo 1.153 moradias urbanas e 16 moradias rurais; em 2016 foram entregues 11 unidades rurais; entre os anos 2017, 2018 e 2019 foram entregues 746 unidades urbanas.

Durante o período 2010-2020, conforme os dados fornecidos pela AGEHAB, foram construídas 4.075 moradias no município de Dourados, sendo 4.048 habitações urbanas e 27 rurais através de políticas públicas habitacionais, por meio da construção dos empreendimentos, ao todo, foram investidos R\$ 286.586.680,15 na construção de moradias de interesse social, repercutindo na geração de empregos de forma direta e indireta.

Sobre o tema, Leão (2016) escrever que

A construção civil é muito importante para o desenvolvimento econômico e social, pois gera produção, emprego, renda, qualidade de vida e inclusão social e este setor vem se destacando nos últimos anos e ganhando espaço nem estado que já foi movido pelo setor primário. (Leão, 2016, p. 23).

No entanto, se trata de um processo que não ocorre sem contradições e elas são intrínsecas ao desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista. Ao analisar uma das problemáticas que têm relação com a expansão do setor da construção temos o papel do setor imobiliário na acumulação urbana. Barboza e Gomes (2016), com base em Lefebvre (2008), concluem que o setor imobiliário funciona como um amortizador de crises cíclicas do capitalismo e, ao mesmo tempo, um imobilizador do capital nele investido, portanto, investir em imóveis constitui uma opção segura.

Calixto e Redón (2022) e Calixto, Silva e Bernadelli (2022) ao investigarem os impactos do PMCMV na produção do espaço urbano do município, destacam o protagonismo de empreiteiras de com sede em Campo Grande na execução dos projetos do programa, chamando atenção para as empresas Engepar Engenharia (Faixa 1, 5 e 3) e RG Engenharia LTDA (Faixa 2). Os pesquisadores também chamam a atenção para o fato de que

Quando consideramos os empreendimentos do PMCMV em Dourados, podemos afirmar que eles reforçam a reprodução de um modelo de localização periférica e descontínua, concentrando as unidades habitacionais, principalmente, na porção sul e sudeste, e ampliando as distâncias socioespaciais no interior da cidade. (Calixto e Redón, 2022, p. 44).

Para além das empreiteiras citadas pelos autores, a Coplan Engenharia e LC Braga incorporadora também possuem sede em Campo Grande. A empresa Engepar Engenharia possui escritório fixo no município de Dourados, embora sede da empresa seja na capital do estado; já a empreiteira Baucon Empreendimentos e Construções tem sede em São José dos Pinhais, no estado do Paraná.

Portanto, em Dourados houve atuação de grupos e empreiteiras que vieram de fora, atraídas pelas licitações empenhadas para a construção de moradias de demanda social no município, que também influenciaram a expansão da indústria da construção civil, como veremos adiante.

2.2– A expansão da indústria da construção civil no período de 2010 a 2020.

Partimos do pressuposto de que o setor da construção civil possui condições de influir no crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil. Os estudos e debates realizados por diversos pesquisadores nas últimas décadas, destacam os efeitos multiplicadores do setor da construção civil nas cadeias produtivas locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Ao investigar a construção civil como instrumento do desenvolvimento no Brasil Teixeira e Carvalho (2005, p.11), relatam que “é incontestável que os investimentos em construção civil, por meio da ampliação das disponibilidades de energia, transporte e telecomunicações, são precondição essenciais para o desenvolvimento econômico”.

As mesmas autoras defendem que,

A indústria da construção é uma atividade econômica que complementa a base produtiva e exerce forte impacto na sustentação do desenvolvimento econômico-social. [...] O produto da construção civil aumenta a produtividade dos fatores de produção e cria um entorno favorável e eficiente à produção, estimulando os investimentos privados e permitindo vantagens comparativas importantes ao parque produtivo nacional, o que justifica o apoio à indústria da construção civil como prioridade, uma vez alcançada, de forma não discriminatória, todos os setores da economia (Teixeira e Carvalho, 2005, p. 23).

Assim, amparado na literatura, adotamos a concepção de que a construção civil desempenha papel fundamental para o desenvolvimento de forças produtivas, por meio da construção de infraestruturas capazes de fomentar a expansão de produção e bens produzidos. Além disso, “a construção civil é fundamental como instrumento de política pública para a geração de emprego e renda, dada sua magnitude de contribuição para o

crescimento econômico” (Teixeira e Carvalho, 2005, p. 24). Os efeitos sobre o emprego serão abordados oportunamente nesta dissertação.

Como foi destacado na introdução, com base na classificação adotada pelo IBGE, as atividades econômicas que formam o Valor Adicionado Bruto (VAB) são agropecuária, indústria e serviços. O setor da construção civil compõe a participação nas atividades da indústria, juntamente com: indústrias extrativas; indústrias de transformação; eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, conforme classificado pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN).

Leão (2016, p. 19) destaca que “a indústria da construção civil se diferencia da indústria de transformação por ter características não homogêneas e não seriadas de produção, tendo a influência de fatores climáticos no processo construtivo”.

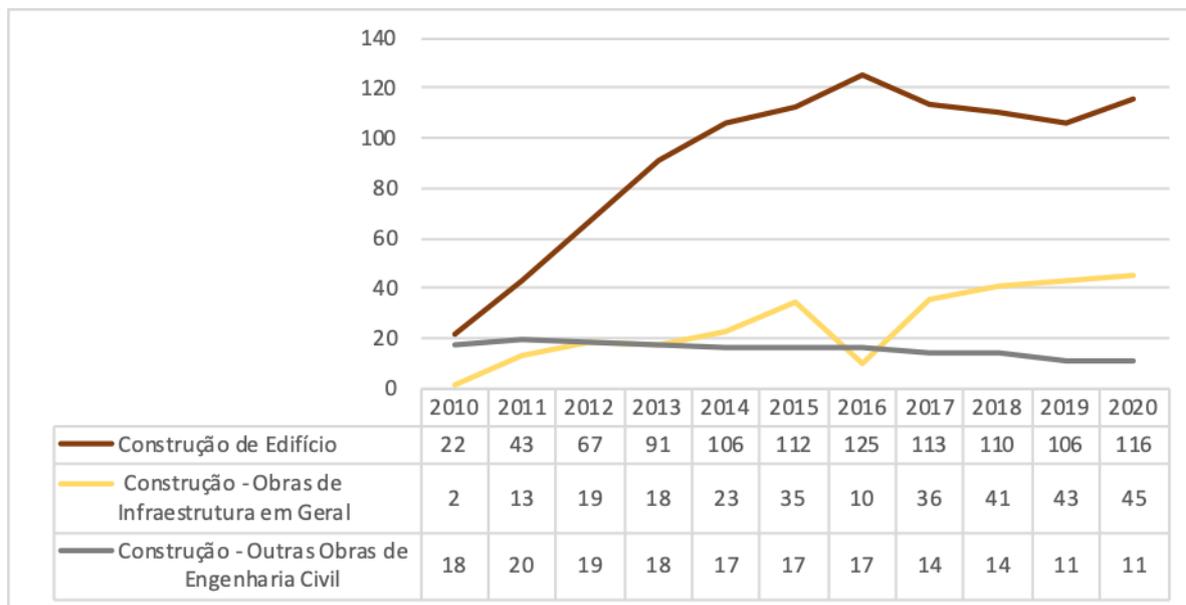
De acordo com Nunes *et al* (2020)

A cadeia produtiva da construção é subsidiada em seis subsectores, que são respectivamente na ordem de maior participação ativa na economia nacional: construção, indústria de materiais, comércio de materiais, outros fornecedores, serviços e obras de infraestrutura e equipamentos. (Nunes *et al* 2020, p. 4 apud CBIC, 2020).

O setor da construção civil, de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômicas (CNAE) 2.0, compreende diretamente a construção de edifícios em geral, obras de infraestruturas e serviços especializados para construção. Com base na classificação do CNAE 2.0, os dados sobre a indústria da construção civil no município de Dourados são disponibilizados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (SEMADE/MS).

Os índices que retratam o desempenho industrial em Dourados-MS demonstram expansão do setor da construção civil entre os anos de 2010 (42) e 2020 (172). Entre os três subsectores que classificam a construção civil, o único que apresentou redução no período foi o de outras obras de engenharia civil (Ver Gráfico 7).

Gráfico 7 – DOURADOS-MS - Desempenho dos subsetores da construção civil presente no município entre 2010 e 2020.



Fonte: SEMADE, 2023.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O Gráfico 7 demonstra o processo de expansão dos subsetores da construção de edifícios e obras de infraestrutura em Dourados. O subsetor de construção de edifícios, no ano de 2020 foi o setor com maior quantidade de unidades no município; o subsetor de obras de infraestrutura em geral, no ano de 2020, foi o 6º maior em quantidade de unidades presentes; já o subsetor de obras de engenharia civil com a perda de unidades durante o período, em 2020, ficou em 20º no tocante à quantidade de unidades²³.

Consideramos que o setor da construção civil também afeta indiretamente múltiplos setores produtivos devido à sua extensa demanda de produtos e mercadorias durante o processo produtivo (Quadro 3). “A extensa e complexa cadeia produtiva da construção civil exerce forte alavancagem econômica nos setores que lhe servem de formuladores de insumo, sendo importante indutora do crescimento para estas atividades” (Teixeira e Carvalho, 2005, p. 21).

Fato corroborado por Fialho *et al* (2014) ao destacarem que

A indústria da construção sofre influências de um conjunto de fatores que se relacionam dinamicamente com o setor. Políticas econômicas que proporcionam o crescimento de renda familiar e do emprego, aumento do crédito ao consumidor, maior oferta de crédito imobiliário

²³ Em 2020, conforme dados da SEMADE, o município de Dourados contou com 48 setores industriais.

e manutenção da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversos insumos da construção foram responsáveis pelo crescimento do setor nos últimos anos. A indústria da construção civil exerce influência sobre diversos setores da economia, seja através da alta taxa de geração de emprego, renda e impostos, ou pela geração de demanda em outros setores. O papel da construção civil como vetor do crescimento econômico é usualmente mensurado pelo tamanho relativo do seu produto como proporcionalmente à renda nacional e por sua ampla rede de ligações setoriais e elevado efeito multiplicador de emprego. Outra característica deste setor é a baixa demanda por importações, o que não pressiona a balança comercial com o aumento de sua atividade (...). (Fialho *et all*, 2014, p.1105. Grifo nosso).

O Quadro 3 é composto por todos os subsetores industriais presentes em Dourados durante o recorte temporal da pesquisa, conforme observado, sua composição diferencia em três os subsetores industriais, sendo eles: subsetores com relação direta com a atividade da construção civil são as atividades econômicas diretamente relacionadas à construção civil, como já apontado anteriormente pelo CNAE 2.0; subsetores com relação indireta com a atividade da construção civil são os subsetores que não são classificados diretamente com a construção civil, mas sua atividade produtiva fornece insumos e mercadorias compõe indiretamente as atividades da construção civil; e os demais subsetores industriais corresponde às atividades industriais que consideramos não compor a cadeia produtiva da construção civil.

Quadro 3 – DOURADOS-MS - Evolução da quantidade de unidades por subsetores industriais entre 2010 e 2020.

- Subsetores com relação direta com a atividade da construção civil.
- Subsetores com relação indireta com a atividade da construção civil.
- Demais subsetores industriais presentes em Dourados.

Variável	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Construção de edifício	22	43	67	91	106	112	125	113	110	106	116
Diversas.	21	28	36	41	45	47	75	46	51	57	61
Metalurgia, Exceto Máquinas e Equipamentos - Outros Produtos de Metal.	9	11	18	25	29	29	44	44	48	45	49
Produtos Alimentícios – Laticínios.	18	19	20	18	24	26	32	37	39	41	47
Impressão e Reprodução de Gravações.	33	33	36	38	44	48	47	45	43	46	45
Obras de Infraestrutura em Geral.	2	13	19	18	23	35	10	36	41	43	45
Produtos Alimentícios – Outros.	17	17	18	22	23	29	36	31	34	44	42
Confecção de Roupas e Artigos do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas.	18	30	38	48	49	47	53	42	44	39	39
Móveis com Predominância de Madeira.	17	21	28	32	39	41	41	36	36	32	33
Minerais Não Metálicos - Artefatos e Produtos de Concreto, Cimento e Semelhantes.	17	21	22	27	31	31	28	22	24	26	28
Produtos de Químicos.	15	15	16	20	20	21	22	12	10	26	28
Produtos Têxteis Diversos.	1	2	4	11	11	11	13	12	14	16	21
Máquinas e Equipamentos.	18	20	25	29	29	30	17	17	15	16	20
Confecção Artigos de Vestuários Roupas Íntimas.	16	20	24	24	23	23	23	20	19	19	17
Móveis com Predominância de Metal.	2	2	3	4	4	6	8	11	12	15	16
Produtos Borracha e de Material Plástico.	14	18	16	14	15	15	15	14	14	14	16
Produtos de Madeira – Outros.	7	7	9	10	11	12	12	11	11	13	14
Minerais Não Metálicos - Estruturas Pré-	3	3	5	8	9	9	11	12	12	11	13

moldados de Concreto Armado.											
Outras Obras de Engenharia Civil.	18	20	19	18	17	17	17	14	14	11	11
Metalurgia, Exceto Máquinas e Equipamentos - Estruturas Metálicas.	4	4	7	9	10	10	9	7	7	8	11
Minerais Não Metálicos - Extração de Outros Não-Metálicos.	3	3	5	6	6	6	6	6	6	8	9
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos.	3	3	3	3	3	3	2	5	8	9	8
Produtos Alimentícios - Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal.	12	12	12	11	11	9	9	8	10	10	8
Produtos Alimentícios - Produtos de Panificação.	1	5	6	6	7	4	4	5	5	6	8
Produtos Alimentícios - Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis.	7	8	8	8	9	11	12	11	7	6	7
Preparação de Couros e Artefatos - Artigos Para Viagem e Calçados.	2	3	3	3	3	4	4	3	3	4	6
Produtos Alimentícios - Abate de Suínos, Aves e Pequenos Animais.	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	6
Veículos Automotores, Peças e Acessórios - Reboques e Carrocerias.	3	5	7	7	8	8	8	5	6	6	6
Construção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica.	7	3	3	3	3	4	4	5	5	5	5
Metalurgia, Exceto Máquinas e Equipamentos - Esquadrias de Metal.	3	4	3	3	2	2	2	4	5	5	5
Minerais Não Metálicos - Extração de Britamento, Aparelhamento de pedras e outros.	3	2	2	2	3	3	3	3	3	3	5
Minerais Não Metálicos - Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento associado.	4	4	5	5	6	8	8	6	5	6	5
Produtos Alimentícios - Farinha de Milho e Derivados, Exceto Óleos de Milho.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Construção de Rodovias e Ferrovias.	0	0	1	2	2	4	4	3	3	3	3
Minerais Não Metálicos - Artefatos de Cerâmica e Barro Cozido para uso na Construção.	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3

Produtos Alimentícios - Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados.	0	0	0	3	5	6	2	2	2	2	3
Confecção de Calçados, Artigos para Viagem Bolsas de Qualquer Material.	2	2	2	1	2	2	3	3	3	3	2
Preparação de Couros e Artefatos - Calçados de Couro.	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
Produtos Alimentícios - Óleos Vegetais Refinados.	4	3	3	3	3	3	6	5	6	6	2
Produtos Alimentícios - Torrefação e Moagem de Café.	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Produtos de Madeira - Serrarias Com Desdobramento de Madeira.	1	1	1	2	2	2	3	3	3	2	2
Bebidas.	1	2	2	2	3	3	3	2	2	2	1
Combustíveis e Biocombustíveis - Fabricação de Álcool.	3	3	3	2	1	1	1	11	10	1	1
Metalurgia, Exceto Máquinas e Equipamentos - Artigos de Serralheria, Exceto Esquadrias.	0	0	1	2	2	2	2	1	1	1	1
Produtos Alimentícios - Abate de Bovinos.	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Produtos Alimentícios - Produtos de Carne.	2	4	5	1	1	1	1	1	1	1	1
Produção Florestal - Carvão Vegetal - Florestas Plantadas.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Produtos de Madeira - Serrarias Sem Desdobramento de Madeira.	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
Minerais Não Metálicos - Fabricação de Produtos Cerâmicos	1	1	2	2	1	2	2	2	1	0	0
Preparação de Couros e Artefatos - Curtimento e Outras Preparações.	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0

Fonte: SEMADE, 2023.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

Com base nos dados, é possível notar a significativa presença do setor da construção civil no processo de expansão industrial de Dourados, influenciando direta e indiretamente o desempenho do setor na dinâmica econômica do município.

Gonçalves Junior *et al* (2014) apontam que

[...] existe uma complexa articulação entre os agentes por meio da cadeia produtiva do setor, ligando desde fornecedores de matérias-primas, serviços e outros insumos até atividades que trabalham os produtos imobiliários prontos, como hotéis, aluguéis, administração e consultorias. A identificação das inter-relações entre os agentes da cadeia possibilita dimensionar o setor de forma completa e avaliar o impacto resultante de seu encadeamento para trás e para frente. (Gonçalves Junior *et al* 2014, p. 181).

Ao agregarmos os dados e analisamos o desempenho dos subsetores que compõem direta e indiretamente a cadeia produtiva da construção civil em Dourados, constatamos que o setor passou por expansão no número de atividades relacionadas a indústria da construção civil de 98 unidades em 2010 para 302 em 2020, crescimento superior aos 208 %.

2.3 - Os bancos públicos como principais agentes financiadores do setor imobiliário.

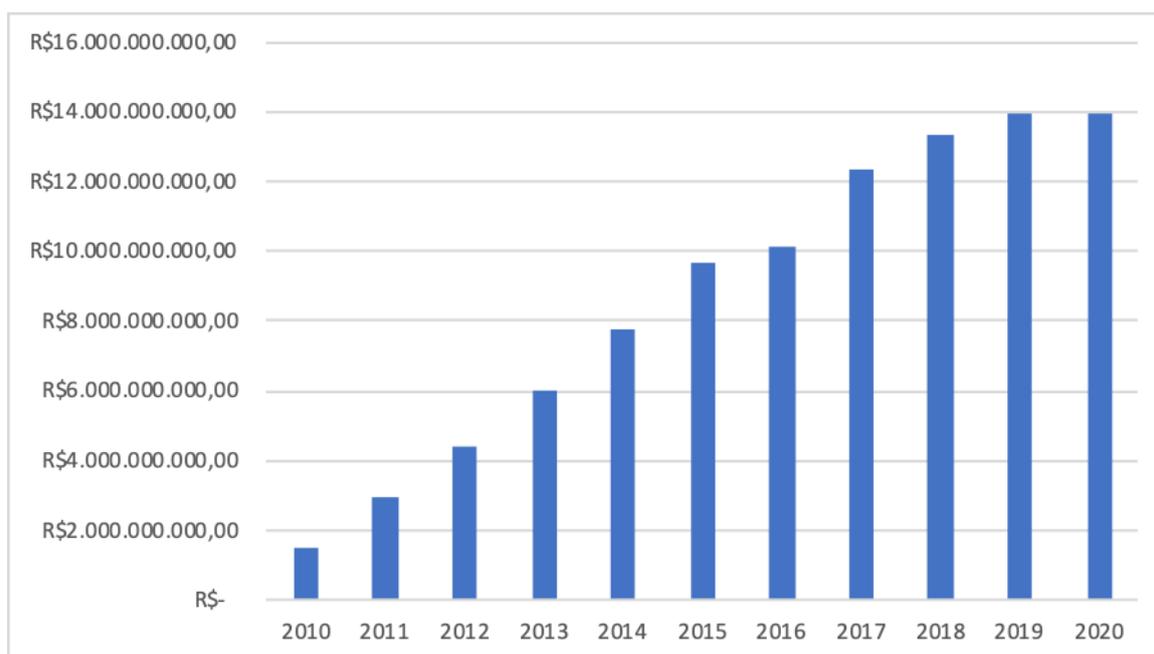
Ao analisar o desempenho do setor da construção civil no município de Dourados, notamos a importância da expansão dos financiamentos de bancos estatais na concessão de linha de crédito para o setor imobiliário. Organizamos os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil que retratam os valores concedidos para o setor imobiliário do município entre 2010 e 2020 para demonstrar a expressão dos investimentos.

A partir dos dados apresentados, é possível observar o protagonismo da Caixa Econômica Federal (CEF) como principal agente financiador da construção civil, totalizando o montante de R\$ 95.925.825.148,00, contabilizando cerca de 95% dos valores; o Banco do Brasil S.A. (BB) demonstrou um desempenho menor na concessão de linhas de financiamentos ao setor imobiliário, totalizando R\$ 3.888.752.446,00, cerca de 5% do total, pois é o banco público com mais perfil para financiamento de safras, apoio às atividades produtivas.

Os valores que são direcionados ao financiamento imobiliário repercutem no setor da construção civil e influenciam direta e indiretamente o desempenho de toda cadeia produtiva que compõem a indústria da construção. Ao todo, durante os 11 anos, foram direcionados ao financiamento imobiliário no município de Dourados R\$ 99.814.577.594,00.

Não podemos deixar de chamar atenção para o papel fundamental desempenhado pelos bancos públicos na concessão de linhas de crédito para o financiamento imobiliário, embora o município conte com diversas agências do setor privado como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Kirton Bank (que encerrou suas atividades em 2016). Nenhum dos bancos da iniciativa privada participou da modalidade do financiamento imobiliário, conforme dados obtidos pelo Banco Central do Brasil.

Gráfico 8 – DOURADOS - Evolução anual do financiamento imobiliário oriundo da Caixa Econômica Federal entre 2010 e 2020.



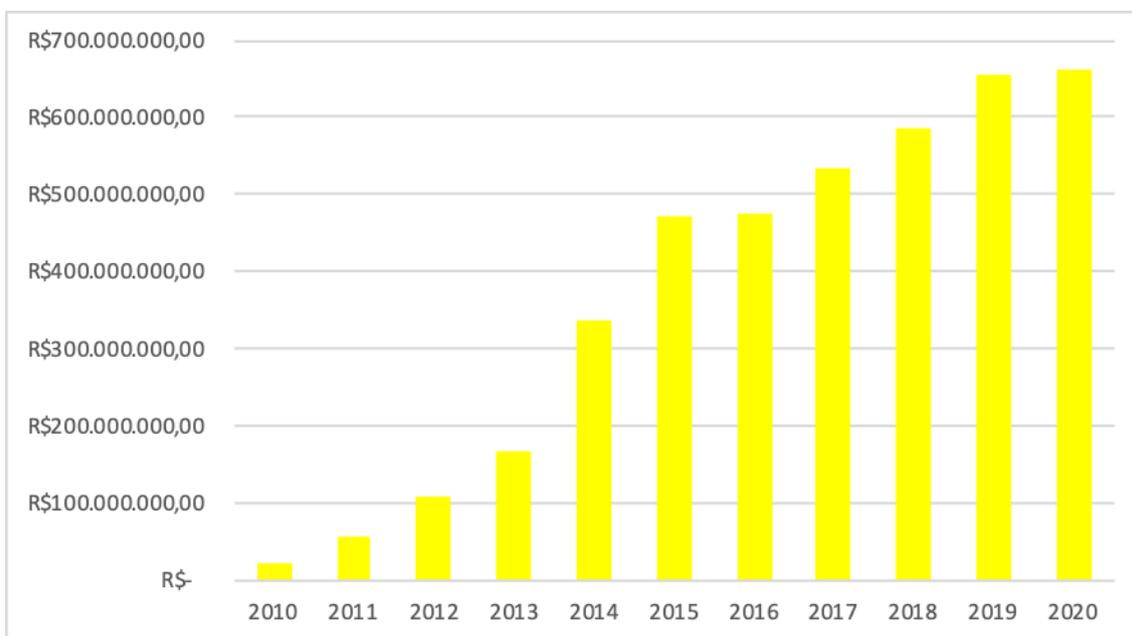
Fonte: Banco Central, 2023.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O Gráfico 8 apresenta a evolução anual do montante direcionado ao financiamento imobiliário pela Caixa Econômica Federal em Dourados, no ano de 2010, foram creditados R\$ 1.489.275.140,00; em 2011, os valores subiram para R\$ 2.926.058.488,00; em 2012, os valores subiram para R\$ 4.400.273.289,00; em 2013, os

valores subiram para R\$ 5.973.699.317,00; em 2014, subiram para R\$ 7.752.870.102,00; em 2015, subiram para R\$ 9.651.465.667,00; em 2016, subiram para R\$ 10.102.447.982,00; em 2017, os valores subiram para R\$ 12.358.336.020,00; em 2018, os valores subiram para R\$ 13.305.448.890,00; em 2019, os valores chegaram a R\$ 13.975.503.472,00; em 2020, os valores sofreram leve retração quando comparamos com o ano anterior e ficou em R\$13.952.140.412,00. Quando comparamos o ano de 2010 com o ano de 2020, observamos uma expansão superior aos 836% nos valores anualmente disponibilizados pela CEF através do financiamento imobiliário no município.

Gráfico 9 – DOURADOS - Evolução anual de financiamento imobiliário oriundo do Banco do Brasil entre 2010 e 2020.



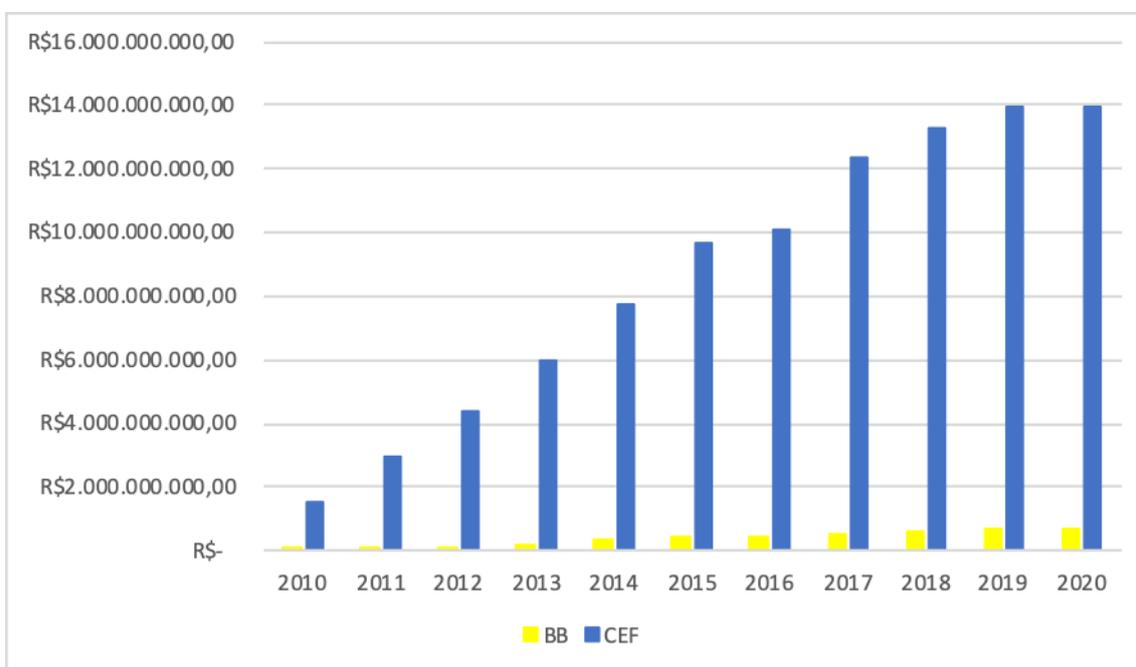
Fonte: Banco Central, 2023.

Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O Gráfico 9 é composto por valores anuais direcionados ao financiamento imobiliário pelo Banco do Brasil S.A., no município de Dourados, no ano de 2010, os valores creditados foram de R\$ 21.789.608,00; em 2011, os valores subiram para R\$ 54.422.088,00; em 2012, os valores subiram para R\$ 107.566.282,00; em 2013, os valores subiram para R\$ 165.708.696,00; em 2014, subiram para R\$ 335.542.616,00; em 2015, subiram para R\$ 468.885.197,00; em 2016, subiram para R\$ 473.060.208,00; em 2017, os valores subiram para R\$ 532.637.119,00; em 2018, os valores subiram para

R\$ 584.395.942,00; em 2019, os valores foram para R\$ 653.662.230,00; em 2020, os valores chegaram a R\$ 658.702.788,00. Ao realizarmos o exercício de comparar os valores financiados para o setor imobiliário em 2010 com os valores de 2020, em números gerais, observamos que os valores aumentaram em aproximadamente 3.000%. No apanhado geral dos 11 anos analisados, o banco creditou ao financiamento imobiliário do município R\$ 3.888.752.446,00.

Gráfico 10 – DOURADOS - Evolução anual dos volumes de financiamentos imobiliários oriundos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em comparativo entre 2010 e 2020.



Fonte: Banco Central, 2023.
Organizado por Umberto de Andrade Filho.

O Gráfico 10 apresenta valores direcionados ao financiamento imobiliário anualmente no município de Dourados. Os dados apresentam a expansão do crédito em ambos os bancos e o maior protagonismo da CEF no incentivo ao financiamento imobiliário, isso pode ser explicado pelo papel estratégico desempenhado pelo banco como principal financiador do setor da construção civil nacional. O banco oferece linhas de crédito acessíveis com juros competitivos e subsidiados, departamentos especializados na análise de projetos e concessão de crédito para o financiamento habitacional que incluem: compra, construção e reforma imóveis através dos serviços

prestados, além de oferecer prazos para pagamentos de até 35 anos²⁴. O BB também expandiu os valores concedidos ao financiamento imobiliário ao município, embora em menor quantidade. O banco oferece modalidades semelhantes aos financiamentos concedidos pela CEF como modalidades direcionadas a compra, construção e reforma de imóveis, além do caso prazo de pagamento em até 35 anos²⁵.

O município de Dourados contava com duas agências bancárias da CEF em 2010 e chegou ao ano de 2020 com quatro agências bancárias da CEF, todas as agências participaram da concessão de crédito para o financiamento imobiliário; já o BB contava com cinco agências bancárias em 2010, em chegou a 2020 com a mesma quantidade de agências bancárias, embora apenas quatro agências concederam crédito ao financiamento imobiliário.

A expansão dos valores concedidos ao financiamento imobiliário pelos bancos públicos durante o período, aproximadamente 100 bilhões de reais, estimularam a expansão da indústria da construção civil e contribuíram diretamente para o desempenho setor da construção no município de Dourados.

No próximo capítulo, apresentaremos informações sobre o desempenho do comércio varejista da construção civil na dinâmica econômica de Dourados, as principais características do setor e a espacialização dos estabelecimentos comerciais no município.

²⁴ Para mais informações sobre as modalidades de financiamento imobiliário do banco, consultar: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/Paginas/default.aspx>.

²⁵ Para maiores informações sobre as modalidades de financiamento imobiliário do Banco do Brasil S.A., consultar: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/financiamentos/financiamento-de-imoveis#/>.

Capítulo III

O COMÉRCIO VAREJISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Neste capítulo, analisamos o desempenho das atividades comerciais relacionadas ao setor da construção civil na cidade de Dourados. Apresentaremos os efeitos da expansão da indústria da construção, das obras habitacionais públicas e do crédito imobiliário em abundância, abordados nos capítulos anteriores, diante do comércio varejista de materiais da construção civil no município.

Objetivamos compreender a dinâmica do setor para dimensionar o espraiamento dos estabelecimentos comerciais e seus desdobramentos no desempenho quantitativo do setor comercial/terciário da construção civil em Dourados.

Primeiramente, antes de analisarmos o desempenho dos comércios varejistas relacionados ao setor da construção civil em Dourados, torna-se necessário estabelecermos que, o comércio como conhecemos hoje, continuo em toda parte, como destaca Huberman (1981), percorreu um longo processo histórico para conseguir firmar-se como importante agente político e disciplinador dos lugares.

O autor destaca que com o surgimento de feiras esporádicas com produtos trazidos por mercadores através do Mediterrâneo à Europa Ocidental, através da navegação e caravanas terrestres, nos séculos XI e XII, provocaram uma gradativa mudança de hábitos sociais e o surgimento de uma nova classe com interesses políticos de mercadores oriundos de vilarejos onde ocorriam as feiras.

A atividade comercial fortaleceu o uso do dinheiro como ferramenta de troca de mercadorias, pois

(...) o uso do dinheiro torna o intercâmbio de mercadorias mais fácil e, dessa forma, incentiva o comércio. A intensificação do comércio, em troca, reage na extensão das transações financeiras. Depois do século XII, a economia de ausência de mercados se modificou para uma economia de muitos mercados e com o crescimento do comércio, a economia natural do feudo autossuficiente do início da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão. (Huberman, 1981, p. 26).

Com a decadência da sociedade feudal europeia e a iminência dos comerciantes burgueses capitalistas nos centros urbanos em expansão, os conflitos de interesses políticos e sociais ampliaram “(...) na luta pela conquista da liberdade da cidade, os mercadores assumiram a liderança. Constituíam o grupo mais poderoso e lograram para suas associações e sociedades todos os tipos de privilégios” (Huberman, 1981, p. 35).

Em um momento seguinte, o autor aponta que “os direitos que os mercadores e cidades conseguiram refletem a importância crescente do comércio como fonte de riqueza” (Huberman, 1981, p. 35).

Nesse momento, é importante observar o comércio como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista²⁶ e que através da atividade econômica comercial surge uma classe política e econômica bem articulada com destacado protagonismo na formação e organização dos territórios.

No decorrer da história, com a constante expansão dos comércios de mercadorias devido às transformações nos processos produtivos, logísticos e tecnológicos decorrentes do maior domínio técnico e social da natureza, que está no cerne do modo de produção capitalista, os hábitos de consumo sofreram efeitos dessas mudanças e o comércio ampliou participação como agente fundamental para a reprodução do capital e social.

O comércio forma-se como elo vital para as cadeias produtivas, garantindo que os produtos produzidos sejam distribuídos e que cheguem aos consumidores finais dos bens e serviços, assim, ele exerce o papel de intermediário das relações de troca e atua como elemento articulador da reprodução do capital e obtenção de lucros.

Como parte desse processo de expansão das relações comerciais, Santos (1988, 1993 e 2000) chama atenção para o fato de que a globalização interligou as relações econômicas de todas as partes do globo terrestre e que essas relações buscam racionalizar a produtividade e consumo. A racionalização dos territórios ocorre de acordo interesses dos detentores do capital e com a projeção de maior capacidade de gerar excedentes de produção, esses diversos lugares distantes territorialmente articulam-se por meio dos sistemas de engenharia logística e informacional organizado pelos agentes hegemônicos do sistema capitalista²⁷.

O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começam com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação. (Santos, 1988, p. 5).

²⁶ “(...) o dinheiro só se torna capital quando é usado para adquirir mercadorias ou transação que dá (ou promete dar) lucro, esse dinheiro se transforma em capital.” (Huberman, 1981, p. 141).

²⁷ “Os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional” (Santos, 1996, p. 163).

Como ponto de partida, devemos estar cientes que o comércio como conhecemos é fruto de um longo processo histórico que reúne transformações ambientais, econômicas, ideológicas, políticas e sociais que são decorrentes do modo de produção capitalista cada vez mais globalizado, interdependente e complexo. Acreditamos que ele deve ser

Entendido enquanto atividade produtiva, o comércio no contexto da globalização, tem sido um dos elementos mais dinâmicos para a produção de novos conteúdos materiais e imateriais que vêm interferindo na produção do espaço. Como é um elemento integrante da vida urbana e faz parte da natureza social do homem o ato de trocar, o comércio tem ganhado cada vez mais força e visibilidade ao longo dos tempos, sobretudo a partir da intensificação da circulação dos fluxos informacionais e do desenvolvimento tecnológico e científico. (Silva, 2019, p. 4).

No próximo item, comentaremos, brevemente, algumas características e transformações do comércio varejista nacional ocorridas nas últimas décadas, principalmente após a abertura econômica e comercial advinda do processo de liberalização econômica a título de introdução e contextualização do comportamento do comércio varejista no município de Dourados.

3.1 - Comércio varejista brasileiro: transformações após anos 1990.

No Brasil, o processo de urbanização ocorrido durante o curso da segunda metade do século XX²⁸, a estabilização monetária e controle inflacionário conquistado com o Plano Real de 1994, além da abertura comercial e flexibilização de tarifas para produtos importados, proporcionaram um ambiente propício para o crescimento e dinamismo do comércio varejista no mercado interno nacional durante a virada do século e início do século XXI. O setor ampliou sua capilaridade passou a atrair investimentos de empresas multinacionais interessadas em investir no mercado brasileiro.

O desempenho do setor terciário brasileiro foi impactado diretamente com a chegada de novos produtos importados nas gôndolas, novas formas de gestão e organização no varejo. O consumo nos centros urbanos passou por nova reestruturação.

²⁸ Para mais informações indicamos a consulta ao trabalho de Santos (1993) acerca da urbanização brasileira.

Santos e Gimenez (1999) destacam que “as alterações de comportamento e hábitos dos consumidores têm sido fundamentais na promoção das significativas mudanças no comércio varejista” (Santos e Gimenez, 1999, p. 83).

Logo após o processo de abertura econômica ocorrida no Brasil, durante a década de 1990, diversos segmentos do setor varejista nacional passaram por reestruturações a partir da chegada de novos agentes, ampliando a financeirização dos processos econômicos e oligopolização, com a presença das maiores redes do setor. Isso se torna mais compreensível a partir do trabalho de Santos e Gimenez (1999) que observaram esse fenômeno ocorrendo nas maiores redes de supermercados nacionais e dissertam que “há, no Brasil, uma tendência à concentração” (Santos e Gimenez, 1999, p. 87).

Esse cenário impulsionou o desempenho comércio varejista, com a chegada de grandes *players* do varejo mundial, principalmente no segmento de redes supermercadistas, trouxeram novas práticas de gestão empresarial e reorganizaram a competitividade do comércio nacional, os impactos desse movimento foi sentido em um primeiro momento em grandes redes nacionais e com menor intensidade e maior tempo nos circuitos com menos intensidade de capital. Além dos supermercados, alguns comerciantes de expressão internacional, como a Leroy Merlin (especializada em materiais de acabamento) também aportaram no Brasil.

Santos (1979) trabalha esse fenômeno de maneira geral ao conceituar a Teoria dos Dois Circuitos Urbanos. Ele analisa a dualidade e a complementaridade gerada entre o Circuito Superior e o Circuito Inferior da economia urbana e afirma

O Circuito Superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região o que os abrigam e tem por cenário o país ou exterior. O Circuito Inferior, formado de atividade de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (Santos, 1979, p. 16).

Nesse contexto, durante a década de 1990 e anos seguintes, surgiram diversos esforços com interesse de caracterizar as transformações ocorridas no comércio nacional. Em estudo técnico realizado pelo BNDES (1996), os autores destacam “o varejo integra funções clássicas de operação comercial: procura e seleção de produtos, aquisição, distribuição, comercialização e entrega” (BNDES, 1996, p. 2).

O mesmo estudo chama atenção para a importância da política macroeconômica no desempenho do setor varejista ao ressaltar que “o volume de vendas responde de

maneira relativamente rápida às mudanças na conjuntura macroeconômica e nos indicadores mais diretos de renda dos consumidores” (BNDES, 1996, p. 2). Isso está em pauta na presente pesquisa, pois os estímulos da política habitacional foram rapidamente aceitos pelos estabelecimentos de comércio de materiais de construção civil.

Antes de continuarmos debatendo as principais transformações ocorridas na dinâmica econômica do comércio, chamamos atenção novamente para o fato de que modo de produção capitalista está no centro da produção e reprodução do espaço na atualidade, pois o consumo se faz necessário para a obtenção do lucro e reprodução do capital, integra o imaginário coletivo por meio do marketing e propaganda, além de desempenhar importante papel social e econômico para a dinâmica dos mercados. De acordo com Pintadui (2010) “o consumo ganhou uma centralidade inquestionável nos discursos produzidos sobre a sociedade.” (Pintadui, 2010, p. 182).

Ao investigar o perfil, reestruturação e tendências do comércio brasileiro diante desse processo ocorrido no mercado país, Almeida (1997) aponta que o setor comercial passou por mudanças organizacionais com a automação dos processos básicos a partir da difusão tecnológica (computadores e registradoras eletrônicas) e racionalização dos níveis hierárquicos no mercado de trabalho.

Segundo Couto e Elias (2021) o setor terciário, onde a atividade comercial está inclusa, durante as últimas décadas, passou por transformações gerenciais e produtivas, assumindo novas dinâmicas em suas atividades. Com a reestruturação produtiva, o setor ganhou cada vez mais importância e tornando-se mais complexo e interdependente com relação aos demais setores e ramos econômicos.

Gonçalves e Silva (2017) também destacam que

As atividades terciárias são na atualidade o principal motor econômico em diversas regiões do planeta tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em via de desenvolvimento. Desse modo, essas atividades agem muitas vezes como criadora e força motora do crescimento urbano. (Gonçalves e Silva, 2017, p. 102).

Couto e Elias (2021) dissertam que “a ampliação do terciário nas cidades promoveu inúmeras transformações, entre as quais a dispersão das atividades comerciais e de serviços para áreas, valorizando-as e contribuindo para a expansão territorial da cidade” (Couto e Elias, 2021, p. 40).

No próximo item, investigaremos os desdobramentos da atividade comercial que ocorreu em função da expansão da indústria da construção civil.

3.2 - O comércio como atividade produtiva estruturante do espaço urbano.

O comércio é um dos principais elementos que moldam o espaço urbano, criando centralidades e desempenhando papel fundamental na definição dos valores dos lotes urbanos.

Além da importância do comércio para a reprodução do capital e social que vimos até o momento, torna-se importante ressaltar que “O comércio é importante fonte de arrecadação de impostos para as contas públicas, participa na geração de renda e de postos de trabalho e define eixos de circulação, de valorização e desvalorização imobiliária” (Pereira e Lamoso, 2005, p. 132).

As mesmas autoras destacam que “Os estabelecimentos comerciais são pontos no espaço ou formas que conferem ao seu entorno um conteúdo de valorização e incorporam a valorização (ou desvalorização) que o espaço lhes confere.” (Pereira e Lamoso, 2005, p.133).

Pintadui (2015) faz questão de lembrar para o fato de que, o comércio ter sido elemento fundamental para a formação de centros urbanos e expansão dos mercados, segundo a autora

O comércio foi peça fundamental para o nascimento das cidades e estas permitiram o desenvolvimento das formas do comércio. Ao longo do tempo, esta relação dependência e complementariedade só veio a se aprofundar, alcançando o patamar que encontramos hoje, início do século XXI, onde as formas materiais e imateriais do comércio e da troca não têm existência a não ser pelo processo de reprodução do espaço urbano, ou melhor, pela ampliação do modo de vida urbano a todas as partes do planeta (Pintadui, 2015, p. 2).

Garcia e Pereira (2017) ao investigarem os impactos da chegada de redes supermercadistas modernas na dinâmica comercial da cidade de Jardim, localizada no interior do estado de Mato Grosso do Sul, e sua relação na produção do espaço urbano, dissertam que

Os diferentes papéis desempenhados pelos elementos que configuram o espaço urbano variam no tempo e no espaço de acordo com suas características econômicas, sociais, políticas e culturais. Nesse contexto, a atividade comercial possui uma importância incontestável, é um elemento que contribui constantemente para a configuração do espaço, para sua produção e reprodução, ocupando posição central no desenvolvimento urbano, principalmente quando se trata das radicais reestruturações que se espalham por todas as escalas geográficas. (Garcia e Pereira, 2017, p. 1-2).

Ou seja, os elementos comerciais que compõe o espaço urbano são elementos localizados em pontos estratégicos e desempenham papel centralizador de fluxos de

mercadorias com o objetivo de facilitar o acesso dos consumidores finais aos estabelecimentos comerciais, essas áreas possuem aparelhos de infraestruturas modernos e uma gama de serviços estruturados para maior fluidez e reprodução do capital.

Em um segundo momento, as autoras chamam a atenção para o fato de que

Cotidianamente novos agentes econômicos se instalam na cidade, alterando a dinâmica socioespacial e econômica do comércio, nesse mesmo ritmo, novas formas de comércio são intensificadas, promovendo uma concorrência acirrada que também modifica as interações existentes. Ainda vale destacar que a reestruturação espacial do comércio gera transformações nos modos de vida urbano, promovendo diferentes padrões de produção e consumo. (Garcia e Pereira, 2017, p. 6).

No próximo item, apresentaremos como os estabelecimentos pesquisados foram distribuídos pela cidade e afetados pela expansão da indústria, tanto em quantidade quanto em qualidade da oferta de mercadorias.

3.3 - Características do comércio varejista relacionado à construção civil em Dourados.

Como já foi abordado durante o Capítulo 1, o município de Dourados e seu contexto regional passaram por transformações econômicas e sociais com o aumento da composição orgânica do capital no campo, urbanização com oferta de serviços, principalmente relacionados aos setores de saúde e educação.

Dourados recebeu investimentos de diversos programas governamentais que modificaram a dinâmica socioespacial durante o século XX. Silva (2000) destaca que, em função da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND), o município transformou-se, ao longo dos anos 50 em diante, de um centro agropecuário com técnicas rudimentares e pouco dinâmica em principal centro de produção agrícola do estado.

Como parte desse processo, Dourados tornou-se um local promissor para atuação de incorporadoras imobiliárias atraídas pelas condições de aumento do preço da terra. Como aponta Silva (2000, p. 117) “em função da atuação especulativa daquele conjunto de agentes imobiliários na cidade, verificou-se um fato até então inédito em Dourados: a rápida subida de preços de lotes urbanos”.

Em um momento seguinte, o autor elenca as principais consequências que esse processo especulativo desencadeou no município

A atuação desses agentes especuladores desencadeou três importantes consequências na produção do espaço urbano local: a primeira foi a mudança da forma de acesso a forma urbana, que passou paulatinamente do antigo aforamento para a mercantilização do solo urbano; a segunda decorrência foi que o poder público municipal deixou de ser o fornecedor exclusivo dos lotes urbanos em Dourados. Surgiu a partir desse período uma nova modalidade de cedente: o proprietário privado de lotes urbanos. E como terceira consequência, verificou-se a introdução de uma modalidade de expansão do espaço urbano. Até a fase anterior do desenvolvimento da cidade, o lento crescimento do espaço urbano se dava por arruamento (abertura de ruas isoladas), a partir dessa nova etapa a expansão urbana se acelerou e o crescimento passou a processar pelo sistema de malha urbana (conjunto articulado de ruas) implantadas por intermédio de loteamentos diversos. (Silva, 2000, p. 118).

O efeito desses processos ocorridos durante meados do século XX interferem diretamente na forma em que a reprodução social se dá no tecido urbano de Dourados na atualidade, entre os desdobramentos desses processos temos a ampliação da vulnerabilidade socioambiental que aponta em seu trabalho Campos (2018), além da expansão de algumas áreas periférica e segregação do espaço urbano que Calixto e Redón (2022) destacam.

Silva (2000) constata uma convergência de interesses para expansão do espaço urbano na virada do século XX para o XXI a partir da chegada dos CAIs em Dourados, ele escreve que

Há uma coincidência dos interesses imobiliários com os de outros agentes comprometidos com o crescimento da cidade e valorização do solo urbano (proprietários particulares de imóveis, tanto urbanos como rurais, políticos locais, firmas construtoras, rede de comercialização de materiais de construção etc), tecendo uma verdadeira convergência de interesses comuns voltados para a promoção e aumento dos negócios imobiliários. Essa teia de interesses convergentes forma uma verdadeira rede de crescimento, cujas ações se voltam para a promoção de uma permanente expansão do espaço urbano (Silva, 2000, p. 225).

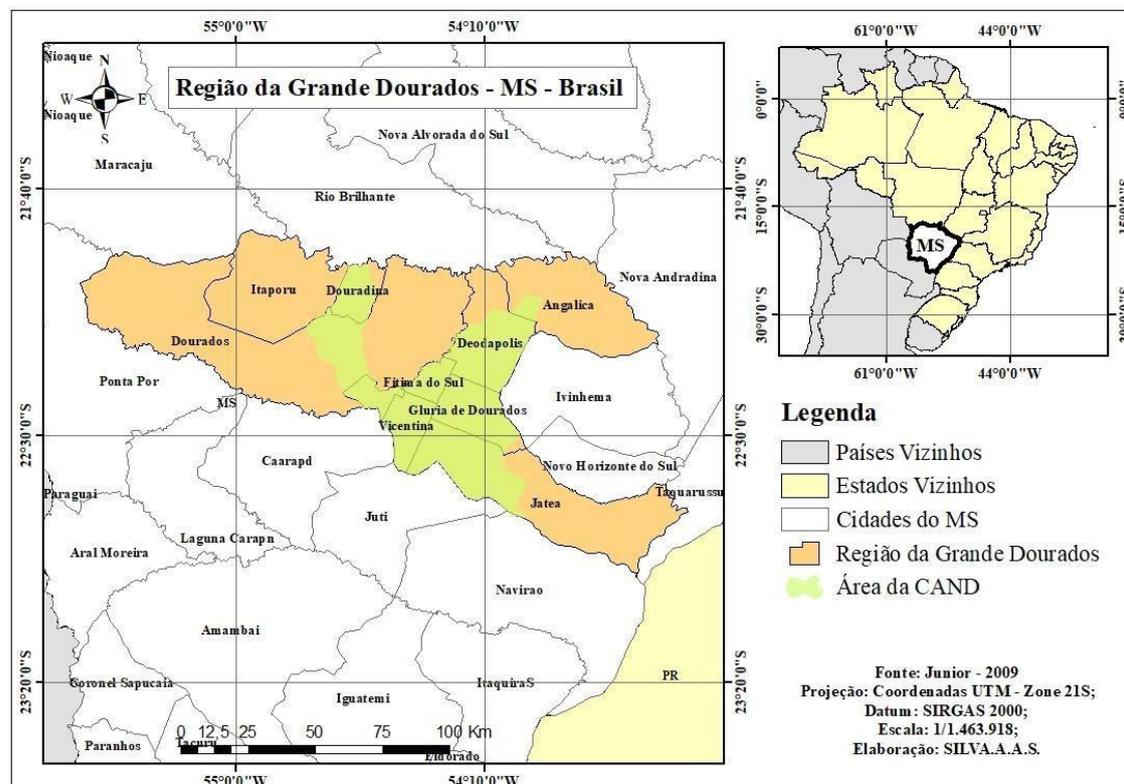
Mais recentemente, Calixto, Silva e Bernadelli (2022) ao investigarem o processo de reconfiguração da periferia de Dourados, numa perspectiva de análise do desenvolvimento do espaço urbano, corroboram a continuidade de convergência de interesses, visto que

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2011, observa-se uma forte articulação entre os interesses privados (incorporadores, proprietários fundiários, imobiliárias, empreiteiras) e as ações do poder público local. Alterações na legislação atendem aos interesses do capital imobiliário-incorporador, quando permitem mudanças nas formas produzidas (novos produtos imobiliários, a exemplo dos loteamentos fechados), promovendo transformações substanciais na borda geométrica da cidade e, por fim, alterando seu conteúdo socioespacial e a relação centro-periferia (Calixto, Silva e Bernadelli, 2022, p. 7).

De acordo com Calixto e Teles (2022) Dourados caracteriza-se como cidade média devido por conta do seu papel desenhando na dinâmica regional, por conta de sua influência econômica e política diretamente ligada aos municípios menores que se localizam próximos geograficamente. O município vem sendo ponto de encontro de investimentos de grandes redes nacionais e multinacionais para atender a demanda pulverizada na região econômica de Dourados (Ver Mapa 2).

O conceito de cidade média é geralmente definido por critérios demográficos, econômicos e urbanísticos. As cidades médias não se caracterizam como uma metrópole, embora exerça importante papel na capilaridade de atividades econômicas, e não se encaixa na definição de cidade pequena, apesar de conter regiões intraurbanas que exercem íntima relação de comunidade. Podemos, em uma ampla generalização para fins didáticos, definir a cidade média como um meio termo entre os grandes centros urbanos caracterizados pelas metrópoles e os pacatos municípios do interior. Em geral, as cidades médias possuem população de 100.000 a 500.000 habitantes, a economia é relativamente diversificada e polarizada, elas concentram investimentos em infraestrutura e serviços especializados que exercem um importante papel para a dinâmica dos municípios que a margeiam.

Mapa 2 – MATO GROSSO DO SUL - Localização da Região da Grande Dourados com destaque para área da CAND.



Fonte: SANTANA JUNIOR (2009).

Oliveira (2019), ao trabalhar a formação de eixos urbanos em cidades médias, investiga o município de Presidente Prudente, localizado interior do estado de São Paulo, e chama a atenção para a particularidade exercida pelas cidades médias ao destacar que

Há características que são específicas das cidades médias, em relação à localização de estabelecimentos comerciais e de serviços, pois a localização ocorre também em função do fluxo de consumidores das cidades influenciadas pela cidade média na rede urbana. (Oliveira, 2019, p. 28).

Em um segundo momento, Oliveira (2019), enfatiza o papel desempenhado pelas atividades comerciais que compõem as cidades médias localizadas em regiões com forte presença de atividades produtivas relacionadas ao agronegócio e como essa dinâmica contribui na polarização dos serviços prestados pela cidade média na região.

As cidades médias e as cidades cuja economia está assentada nas atividades agropecuárias são, neste início de século XXI caracterizadas pela localização

de diversos estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais ao longo de vias na periferia destas cidades (...) são diversos motivos, entre os quais a facilitação das relações com outras cidades da rede urbana e, no caso das cidades que possuem dinâmica agropecuária forte, das facilidades de acesso ao espaço rural e as cidades de rede urbana que oferecem uma gama de funções não existentes nas cidades pequenas. (Oliveira, 2019, p. 30).

Na mesma linha, Couto e Elias (2021) ao investigarem a evolução do comércio e dos serviços em cidades médias no Brasil, ressaltam que

Houve mudanças no perfil das atividades de serviço de consumo individual e coletivo, com a criação de novas necessidades, oriundas da rápida modernização das atividades agrícolas e do intenso processo de urbanização. Foi neste momento que o setor terciário adquiriu mais fortemente seu caráter complexo e dinâmico (Couto e Elias, 2021, p. 42).

Pintadui (2002) e (2010) destaca que, em síntese, as formas de reprodução do comércio varejista no espaço urbano são, antes de mais nada, formas sociais produzidas e organizadas a partir dos interesses econômicos e sociais de determinado território.

O desaparecimento dos elementos, quando colocamos a perspectiva do tempo, transfere uma importância enorme para a perspectiva da leitura pelo espaço, porque nele fica materializada a representação (...) é através das marcas no espaço que o tempo ganha “materialidade”, se assim podemos dizer; e é através dele que podemos orientar nossas ações e pensamentos. (Pintadui, 2010, p. 186-7).

Com isso posto, para que possamos dimensionar o desempenho do comércio varejista da construção civil no município de Dourados, utilizamos os dados da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul (JUCEMS).

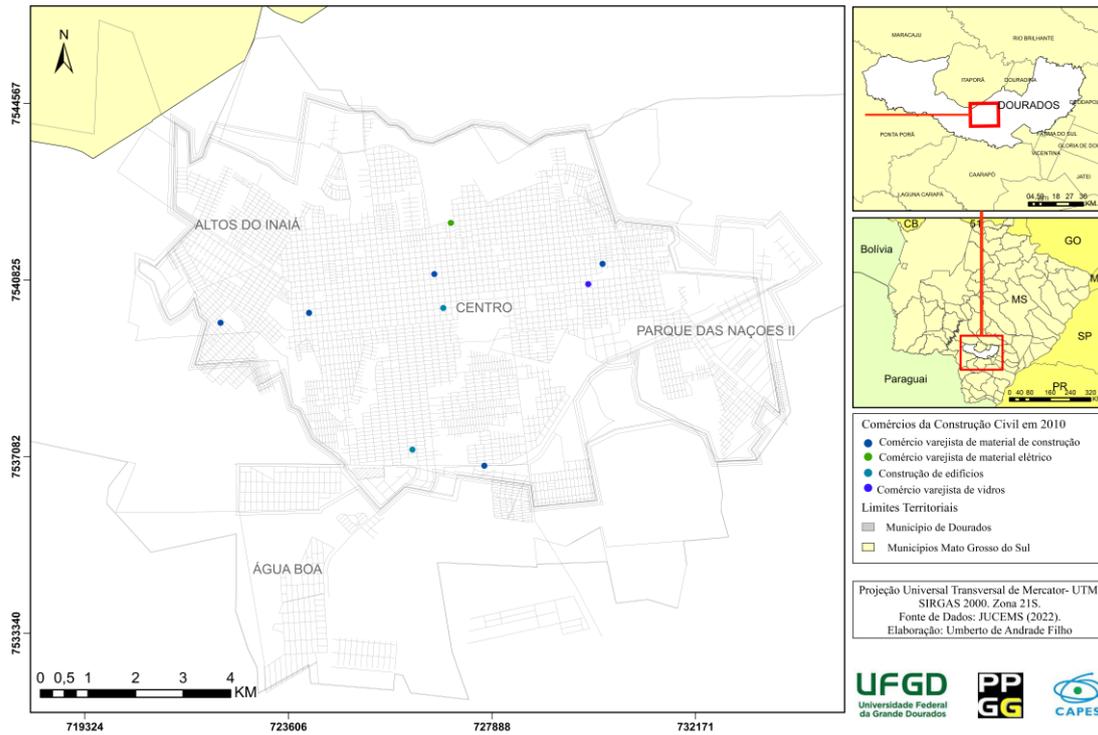
Com base nos dados, relacionamos o desempenho do setor da construção civil no número de unidades registradas que possuem relação com o comércio da construção e elaboramos uma cartografia para representar essa espacialização (Ver Mapa 3, 4 e 5).

Constatamos uma expansão quantitativa de empresas relacionadas ao comércio da construção civil no município. Em 2010, poucas unidades (9) encontravam formalizadas no município; já em 2015, nota-se uma maior quantidade (40) e variedade de empresas relacionadas ao comércio de materiais da construção civil; em 2020, a quantidade de empresas continuou seu crescimento (380) de atividades que ampliaram sua presença no interior da cidade.

O setor tem seguido um ritmo de diversificação da gama de serviços prestados, além de maior quantidade de empresas, assim, demonstrando, mesmo que preliminarmente, expansão na competitividade dos serviços relacionados ao setor terciário da construção civil em Dourados.

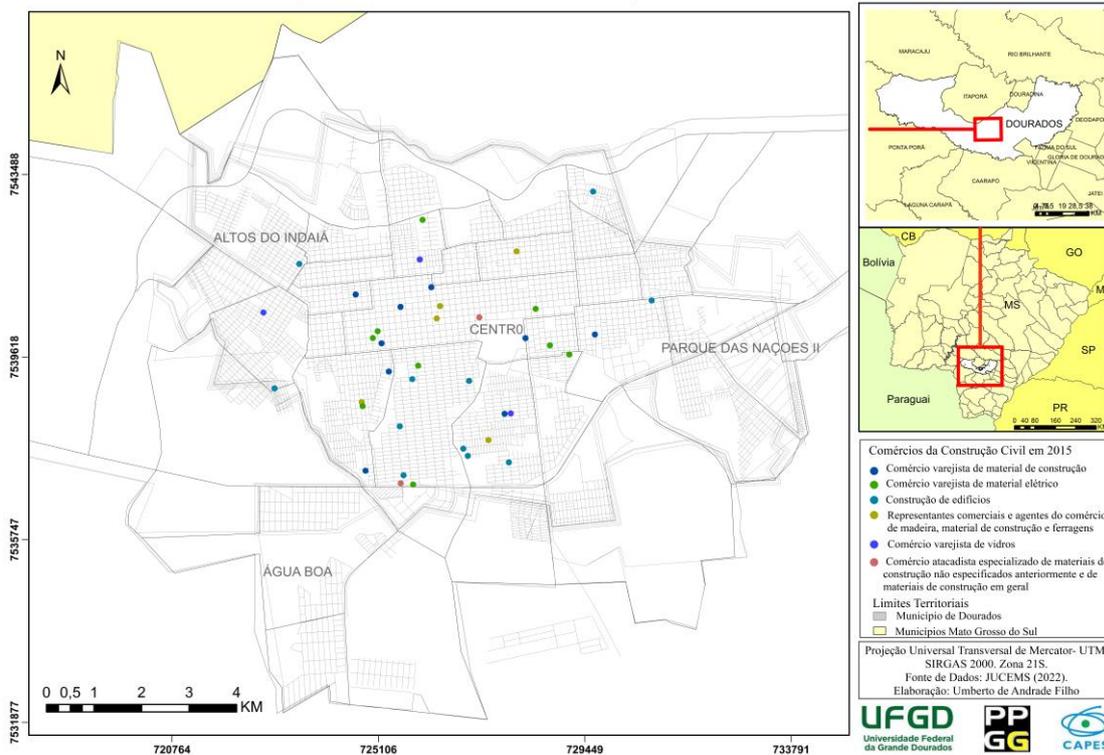
Mapa 3

ESPACIALIZAÇÃO DOS COMÉRCIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE DOURADOS EM 2010



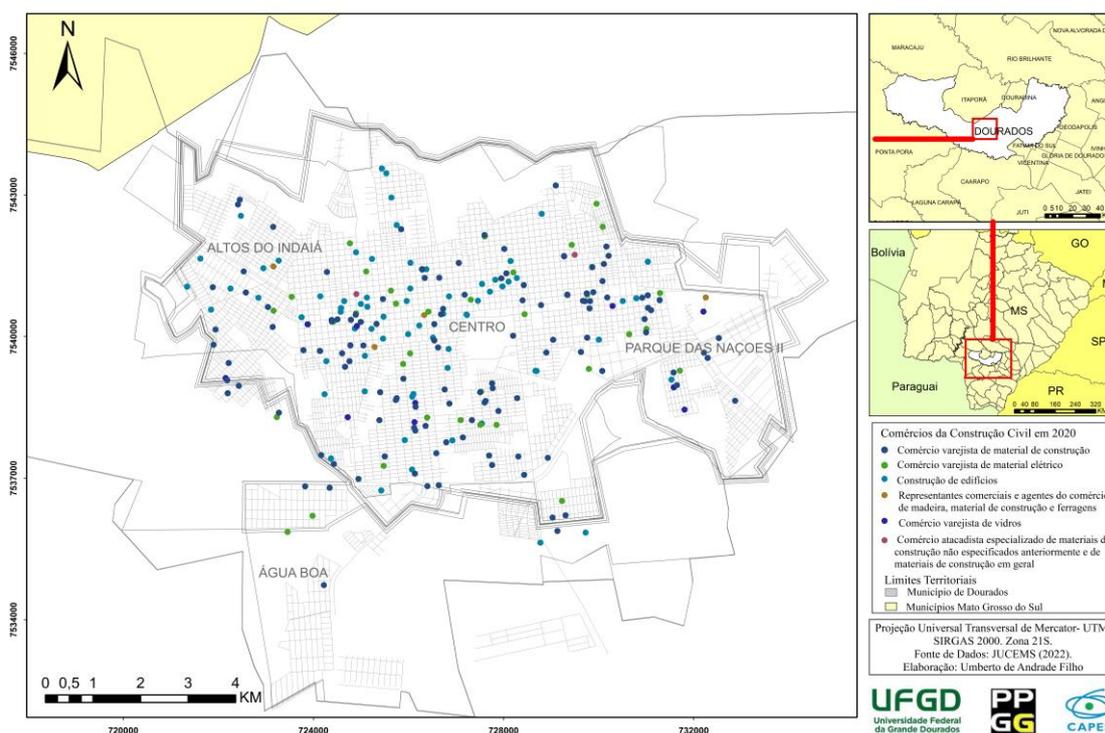
Mapa 4

ESPACIALIZAÇÃO DOS COMÉRCIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE DOURADOS EM 2015



Mapa 5

ESPACIALIZAÇÃO DOS COMÉRCIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE DOURADOS EM 2020



Os Mapas 3, 4 e 5, em comparativo, são bem ilustrativos para dimensionarmos o desempenho dos comércios relacionados à construção civil no município de Dourados. É possível observar uma significativa expansão no número de empresas relacionadas a construção civil no recorte temporal estudado, os dados reforçam o papel desempenhado pela dinâmica do setor e os reflexos do espraiamento das atividades relacionadas a essa cadeia produtiva.

Observa-se que a atividade econômica da construção civil vem sendo importante vetor para o desempenho econômico do município quando colocamos em perspectiva os comércios relacionados à construção civil, além de atender aos interesses diretos dos incorporadores imobiliários e de agentes que especulam com o preço da terra, também há inúmeras externalidades que estão no cerne do processo de desenvolvimento e reprodução do capital em Dourados.

O fenômeno destaca e reforça papel da dinâmica exercida pelo setor, visto que, a demanda por materiais de construção é dada tanto pelas obras públicas como o caso da construção e melhoria de infraestruturas, equipamentos urbanos e conjuntos habitacionais, como também pelas construções, reformas e reparos em propriedades privadas, estabelecimentos comerciais, edifícios verticais e empreendimento horizontais que estão em significativa expansão nos últimos anos no município.

No próximo capítulo, investigaremos o desempenho do mercado de trabalho formal em Dourados, afim de caracterizar os efeitos da expansão da construção civil na dinâmica dos postos de trabalhos formalizados durante o período estudado.

Capítulo IV

O EMPREGO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM DOURADOS

Neste capítulo, analisaremos o desempenho dos empregos formais nas atividades relacionadas ao setor da construção civil na cidade de Dourados. Apresentaremos os efeitos relacionados à expansão da indústria da construção, das obras habitacionais públicas, do crédito imobiliário e do aumento na quantidade de estabelecimento comerciais, abordados nos capítulos anteriores, em relação ao número de empregos formais no município.

Investigamos os efeitos relacionados à expansão na dinâmica do setor da construção e seu reflexo no mercado de trabalho formal em Dourados. Através da análise de dados sobre o desempenho quantitativo dos postos de emprego formal, devidamente formalizados, nos setores relacionados à construção civil, pretendemos avaliar a criação de empregos no município no período de 2010 e 2020.

Para formulação dos resultados obtidos no capítulo, realizamos pesquisa bibliográfica sobre a divisão internacional do trabalho; geografia do trabalho; emprego no Brasil; utilizamos dados quantitativos obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) afim de caracterizar o desempenho dos empregos formais relacionados ao setor da construção civil.

Antes de apresentarmos o desempenho dos empregos formais relacionados ao setor da construção civil em Dourados, também nos preocupamos em discutir a relação entre emprego e trabalho na formação da sociedade capitalista até a atualidade. Nosso objetivo não é debater a economia política por trás das questões do emprego, como o exemplo a exploração da mais-valia extraída dos trabalhadores pelos donos dos meios de produção, que já foi e vem sendo devidamente conceituada por Marx e discípulos ao longo dos anos. Pretendemos, neste momento, estabelecer uma construção histórica sobre o emprego, para que, a partir das discussões apresentadas, possamos situar o desempenho do emprego no setor da construção civil em Dourados²⁹.

Santos (1993), ao investigar a relação entre o trabalho e riqueza na fenomenologia do espírito de Hegel, filósofo alemão, destaca que, para o autor, o

²⁹ Para aprofundamento no tema, conferir Tomaz Junior (2011), Pochmann (2001) e (2010), Claudino e Teodoro (2020) entre outros trabalhos.

trabalho desempenha papel central na interação social dos indivíduos por meio das instituições, educação e linguagem no contexto da execução do trabalho e de sua divisão social. Embora Hegel busque analisar a consciência por trás das relações entre a dialética do senhor e do escravo, ele fundamenta que

O trabalho está no centro da reprodução real do homem e de sua autoformação. A fim de dominar a natureza e satisfazer suas necessidades, o homem trabalha a coisa a ser consumida; para tanto, precisa recalcar seus desejos imediatos e retardar o consumo, de modo que a coisa ganhe forma adequada à necessidade. Pela disciplina do trabalho, o homem se forma, torna-se culto, isto é, ganha em conhecimento técnico e teórico, elimina progressivamente sua particularidade imediata e natural, avança na universalização de sua consciência. Assim, a reprodução material pelo trabalho se reflete na formação cultural do homem. (Repa, 1996, p. 91/2).

Com isso, é possível observar que o trabalho é o exercício do poder do homem sobre a natureza por meio da técnica, afim de dominá-la e transformá-la com fins particulares e sociais. Assim, ao exercer esse domínio e reordená-la de acordo com os interesses estabelecidos socialmente, o homem, por meio de sua força de trabalho, modifica a organização do ambiente previamente estabelecido, resultando na gerando novas relações, formas e interesses.

Algo que Santos (1996) ao dissertar sobre a ontologia da relação entre o homem e a natureza em seu livro, descreve como “A principal forma de relação entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”. (Santos, 1996, p. 16).

Dessa forma, Castilho (2007) discuti apontamentos para análises de uma geografia do trabalho e explica que

O trabalho sempre foi um importante fator na produção do espaço na medida em que os homens constroem o seu lugar de trabalho, ao mesmo tempo, em cooperação e competição, com base no uso coletivo do conjunto de elementos que encontram no cotidiano das suas relações sócio-espaciais. A geografia do trabalho é, na verdade, o estudo do trabalho com fundamento da vida social, pela sua espacialidade, isto é, pela dimensão espacial do trabalho. Além de criar os lugares onde se concentram as atividades humanas, o trabalho utiliza-se do conjunto das infraestruturas existentes, implantadas pela sua própria dinâmica. Essa dinâmica obedece a intencionalidades e propósitos das classes hegemônicas que comandam o próprio movimento do desenvolvimento da sociedade. Ademais, as relações sócio-espaciais, tecidas pelo trabalho humano no e a partir do espaço geográfico – ao mesmo tempo como fixos e fluxos -, devem ser histórico-territorialmente contextualizadas. (Castilho, 2007, p. 70).

O autor complementa o raciocínio escrevendo que

Trabalho e espaço geográfico são, pois, duas dimensões da totalidade social em que os homens, ao longo da história, estabelecem um conjunto complexo de relações sociais que garantem as suas condições de vida. São as pessoas que, mediante o seu trabalho, movido por um conjunto de ações, constroem o espaço que lhes serve, ao mesmo tempo, de meio e condição à realização das suas próprias relações de trabalho e vida, fixando objetos novos e re-configurando aqueles já existentes que re-adquirem valor no âmbito das intencionalidades e dos propósitos inerentes a cada momento histórico da produção do espaço. (Castilho, 2007, p. 71).

A partir do avanço da divisão social do trabalho e complexificação dos processos produtivos, impulsionados por avanços técnicos e sociais decorrentes da crescente expansão da burguesia comercial, da iminente revolução industrial e consequente transição da sociedade feudal para o capitalismo mercantil na Europa, como mencionado no capítulo anterior, as relações de trabalho se transformaram e adquiriam novas formas e funções. Passaram de uma estrutura agrária rudimentar de servidão do escravo ao senhor feudal para uma sociedade comercial com relações entre empregados e empregadores. Esse processo modificou a forma de consumo e produção se modifica durante os séculos XVII e XIX.

A divisão internacional do trabalho representa o estágio mais avançado da anterior divisão social do trabalho. Um dos principais marcos dessa divisão internacional trabalho entre nações ocorreu com a Revolução Industrial que teve origem na Grã-Bretanha durante meados do século XVIII. Após a Revolução Industrial, a produção de bens manufaturados ganhou escala, e os países com economias voltadas para a manufatura passaram a exercer soberania nas relações comerciais com nações produtoras de produtos primários e com baixo grau transformação. Esse processo agravou as questões de desigualdade nas trocas comerciais entre nações.

A relação capital-trabalho apresenta-se, principalmente no mundo contemporâneo, como um dos motores no processo histórico de transformação do espaço e nas transformações das relações socioespaciais (...). (Claudino e Teodoro, 2020, p. 262).

O mundo de trabalho passa por transformações produtivas e de consumo ao longo do tempo, de acordo com interesses e demandas organizadas pela sociedade. Ainda sobre as transformações no mundo do trabalho, Tomaz Junior (2011) propõe reflexões sobre uma geografia do trabalho a partir de uma perspectiva crítica. Ele destaca que

(...) As bases societárias que das diferentes combinações emanam, revelam por dentro da dinâmica do processo social, o mundo do trabalho, portador de complexas relações com características espaciais e expressões territoriais que nada mais são do que os marcos do tempo-espaço da relação capital-trabalho

e as derivações e desdobramentos daí decorrentes, ou seja, o metabolismo societário do trabalho. (Thomaz Junior, 2011, p. 14).

Com o avanço das descobertas técnicas ao longo da história, os países europeus e, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América consolidaram-se como centros de desenvolvimento econômico e tecnológico. Enquanto isso, os países do Sul global ficaram dependentes da produção de matérias-primas. Nesse cenário, o Brasil era predominantemente agrário e fornecedor de matérias-primas para o centro do sistema econômico. No entanto, como mencionado anteriormente, após a Grande Depressão de 1929 e interrupções nas cadeias produtivas internacionais, o Brasil soube aproveitar os gargalos estruturais do mercado interno e conseguiu diversificar sua economia, registrando elevados índices de crescimento econômico até a década de 1970.

No próximo item, apresentaremos brevemente algumas das principais transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho brasileiro em escala nacional para contextualizar os efeitos das recentes reestruturações no mercado de trabalho.

4.1 - Transformações no mercado de trabalho brasileiro.

Quando nos debruçamos sobre os períodos históricos do trabalho no Brasil, é possível observar reestruturações profundas ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante o século XX e início do século XXI.

De forma generalizada, podemos dizer que durante o século XIX até o início do século XX, o Brasil ainda era uma nação predominantemente agrária e exportadora de matérias-primas pouco processadas, como café, borracha e açúcar. A economia era concentrada na produção agrícola, com a mão-de-obra de escravos até 1888 e posteriormente de ex-escravos libertos ao desalento das periferias urbanas em expansão.

De acordo com Pochmann (2010) de 1930 a 1970, o país passou por um significativo processo de reestruturação do trabalho, com elevadas taxas de criação de empregos formais urbanos, principalmente no setor industrial e de transformação.

O Brasil que emergiu da Revolução de 1930 caminhou no sentido da internalização da sociedade salarial, verificada nas economias mais avançadas por meio do processo de industrialização nacional. Com isso, o trabalho subordinado à velha sociedade agrária passou a sofrer importantes

modificações frente ao avanço da propriedade social, medida pela difusão do emprego assalariado com carteira assinada e pelos diversos mecanismos urbanos de proteção e segurança societal. (Pochmann, 2010, p. 12).

A Revolução de 1930 deu início a um novo ciclo de desenvolvimento na dinâmica econômica nacional e transformou o mercado de trabalho brasileiro. A partir da crise internacional e queda na demanda externa em 1929, o governo de Getúlio Vargas marcou uma nova fase na história do país, com reformas trabalhistas que moldaram as relações trabalhistas nos anos seguintes.

No entanto, cabe a ressalva de que, com o golpe militar e implementação da ditadura de 1964, as conquistas e direitos trabalhistas regrediram, juntamente com o aumento na concentração de renda que caracterizou o período. Isso ocorreu apesar do espírito industrializante ainda persistir até o final dos anos 1970, como apontam Claudino e Teodoro (2020).

No caso do Brasil, o regime autoritário, apesar de trabalhar no sentido de promover uma profunda concentração de renda que se dá entre meados dos anos 70 e início dos 80, foi consideravelmente industrializante, o que ampliou a classe trabalhadora. Esse período pode ser considerado um momento de ascensão da luta de classes no Brasil, ocorrendo greves históricas de vários segmentos, como as dos operários industriais, dos trabalhadores rurais, do funcionalismo público e diversas outras (...). (Claudino e Teodoro, 2020, p. 284/5).

Neste contexto, ainda persistia um elevado índice de formalização no mercado de trabalho, além de consideráveis índices de crescimento econômico. No entanto, o cenário começou a mudar e encontrar limitações devido erros na condução da política macroeconômica adotadas no regime militar durante meados da década de 1970 e início de 1980.

(...) a crise do financiamento brasileiro desde o início dos anos 80 terminou por subordinar a dinâmica econômica nacional à lógica especulativa do capital financeiro. Enquanto a partir da década de 1990 a abrupta abertura comercial e a desregulamentação financeira contribuíram para eliminar empregos produtivos em nome de facilidades de importar e controlar a inflação interna (...) (Pochmann, 2001, p. 127).

Durante o período de redemocratização, apesar do espírito progressista de bem-estar social e de diversos direitos fundamentais da CF, como o caso da redução da carga horária aos empregados com carteira de trabalho formalizada, a reestruturação econômica que teve início com Fernando Collor de Mello e se concretizou com Fernando Henrique Cardoso, a partir do Plano Real e com o tripé macroeconômico caracterizado pelo seu aspecto neoliberal, acabou enfraquecendo o mercado de trabalho

formal brasileiro. Embora já tenhamos discutido essas mudanças macroeconômicas e seus impactos na dinâmica do setor industrial brasileiro, cabe ressaltar os reflexos no mercado de trabalho que essa reestruturação causou nos empregos do país.

Como descreve Pochmann (2010, p. 29) “A efetividade do programa neoliberal aprofundou os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, com o crescimento combinado do desemprego³⁰, de postos de trabalho precários e do dessalariamento (...)”.

Tomaz Junior (2011), em sua pesquisa, disserta sobre o processo de reestruturação no mercado de trabalho diante das políticas neoliberais e destaca alguns dos principais efeitos do fenômeno:

É oportuno destacar que o processo de reestruturação produtiva no Brasil, enunciado nas políticas neoliberais está, de forma crescente, induzindo o crescimento e o alongamento do setor informal que inclui empregados e desempregados, sendo que diferentemente das atividades autônomas que anteriormente recebiam as caracterizações. Isto é, o setor informal não é mais simples depositário de força-de-trabalho que atua autonomamente. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal. As atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas, visto que conduzidas mais de perto pelo capital, podem ser até mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista que diferentes nexos (integração/subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação do capital, uma vez que também liberam os empresários das relações de assalariamento e decorrência, dos custos sociais fundados no vínculo empregatício. (Thomaz Junior, 2011, p. 7/8).

Portanto, de acordo com o autor, um dos principais efeitos da reestruturação do mercado de trabalho através das desregulamentações e flexibilizações nos direitos trabalhista foi a expansão da informalidade do emprego nacional, ou seja, é possível observar um significativo retrocesso nos avanços trabalhistas durante o período de hegemonia neoliberal no Brasil.

Nesse contexto, Pochmann (2001) destaca que

(...) a qualidade dos postos de trabalhos existentes tende a estar associada tanto ao desenvolvimento tecnológico e à organização do trabalho quanto às condicionalidades impostas pela regulação no mercado nacional de trabalho. (Pochmann, 2001, p. 14).

³⁰ (...) parece ser necessário lembrar que o desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais e que a inexistência de atendimento adequado ao desempregado reflete não apenas o estágio de atraso, conservadorismo e individualismo de uma sociedade, mas também o fato de o desemprego conduzir-se mais facilmente ao desespero social, à violência, às drogas; enfim, ao quadro de desemprego e de regressão numa sociedade que já tem muito desgastado o tecido social. (Pochmann, 2001, p. 124).

O autor também menciona que, os países periféricos ou semiperiféricos por não desempenharem protagonismo tecnológico e financeiro no sistema da divisão internacional do trabalho, sofrem na oferta de postos de trabalhos de maior qualidade, em suas palavras:

(...) por conta disso, são justamente os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos os que sofrem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrentes da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimentos por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais. (Pochmann, 2001, p. 34. Grifo nosso).

Por meio desses apontamentos, é possível notar algumas das principais mudanças no mercado de trabalho brasileiro durante as últimas décadas. A principal transformação observada pelos autores ocorreu nos setores formais da economia brasileira, com expansão da informalidade e subemprego³¹ no país, a partir das mudanças de regulação e flexibilização do mercado de trabalho após a década de 1990. Para Gala e Roncaglia (2020) os efeitos perduram e refletem na qualidade dos postos de empregos gerados durante as décadas seguintes, onde os empregos industriais perderam espaço e migraram para o setor de serviços pouco complexo.

4.2 - O papel da cidade e da construção no mercado de trabalho brasileiro.

Como mencionado no capítulo anterior, a cidade desempenhou papel fundamental para as transformações ambientais, econômicas e sociais ocorridas nos últimos séculos. Ela também foi importante para aumento da divisão social do trabalho, como comenta Castilho (2007)

Surgida como lugar de troca de bens e conhecimento, no âmbito do processo de concretização da primeira divisão do trabalho entre atividades de produção agrícola e as de serviços, a cidade passou também a concentrar, sobretudo, a partir do século XIX, atividades de produção industrial, tornando-se espaço privilegiado da concentração do trabalho. Hoje, a cidade tende, outra vez, a concentrar os serviços fundamentais ao novo capitalismo industrial, em função da diversificação e aumento da divisão do trabalho. (Castilho, 2007, p. 72).

³¹ (...) O subemprego e outras formas de sobrevivência respondem pela parte menos visível de excedentes de mão-de-obra porque envolvem os trabalhadores que fazem “bicos” para sobreviver e também procuram por trabalho, assim como aqueles que deixam de buscar uma colocação por força de um mercado de trabalho extremamente desfavorável (desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento). (Pochmann, 2001, p. 79).

No Brasil, o processo de expansão econômica e política de urbanização ocorrida durante o século XX levou a uma significativa ampliação da população urbana, devido ao êxodo rural, como disserta Santos (1993) sobre a urbanização brasileira. Esse fenômeno aumentou a divisão social do trabalho e a demanda por moradias e obras de infraestrutura logística para integração econômica nacional, como apontam Santos, Braga e Costa (2020) a seguir:

(...) O processo de industrialização e urbanização no século passado ampliou o espaço e a necessidade de atuação desse setor para a construção, reparação e manutenção de infraestrutura física ampliando consequentemente o debate acerca do papel que a construção desempenha nessas economias (...). (Santos, Braga e Costa, 2020, p. 35).

Portanto, à medida que as cidades crescem e se desenvolvem, aumenta a necessidade de novas obras e investimentos. Esse fenômeno expressa significativa relação entre o crescimento do emprego no setor com crescimento econômico e populacional das cidades, visto que

(...) a construção civil apresenta um elevado potencial em dinamizar a atividade econômica de economias com baixos níveis de desenvolvimento econômico sendo um importante vetor de geração de emprego e renda nessas economias. (Santos, Braga e Costa, 2020, p. 37).

Ainda sobre os efeitos multiplicadores do setor no mercado de trabalho, é possível afirmar que “(...) a construção civil é um agente de desenvolvimento econômico, por ser capaz de proporcionar emprego e renda a um grande número de trabalhadores, qualificados e não qualificados.” (Kureski, 2011, p. 132).

O papel desempenhado pelos investimentos públicos é fundamental para o desenvolvimento do setor e dinamização do mercado de trabalho na construção civil, como apontam Santos, Braga e Costa (2020)

(...) a elevada relevância que o setor de construção civil detém na geração de empregos ligados diretamente à ampliação de investimentos na economia brasileira, mostrando, consequentemente, a relação entre a expansão da atividade econômica desse setor por meio de expansões dos investimentos e dinamização do mercado de trabalho (...), (Santos, Braga e Costa, 2020, p. 44).

Os autores concluem afirmando que “(...) a expansão de investimentos públicos que afetem diretamente a atividade econômica do setor de construção civil possui alto retorno em termos de empregos.” (Santos, Braga e Costa, 2020, p. 44).

Pretendemos investigar o desempenho do mercado formal a partir dos investimentos realizados nos últimos anos em Dourados para dimensionar o desempenho do mercado de trabalho no município.

Cabe ressaltar que, de acordo com relatório realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), publicado em 2020 sobre a construção civil e os trabalhadores nas últimas décadas, em âmbito nacional, é constatado que

O setor da Construção Civil amarga resultados negativos desde 2014, impactado principalmente pela Operação Lava Jato, iniciada em março daquele ano. As principais empreiteiras do país, envolvidas na investigação, registraram forte recuo nas suas atividades, o que, conseqüentemente, também afetou negativamente emprego no setor da Construção Civil e de atividades correlatas. (DIEESE, 2020, p. 5).

O relatório destaca a perda de dinamismo no mercado de trabalho em quase todos subsetores da indústria da construção, em especial no de Serviços Especializados para Construção e Construção de Edifícios de 2014 a 2019, já o subsetor de Obras de Infraestrutura, apresentou recuo na participação de 2012 a 2014, no entanto, de 2014 a 2016 e 2018, registrou aumento significativo na composição total de ocupados no setor. Investigaremos o desempenho do mercado de trabalho do setor em Dourados no próximo item.

No entanto, cabe ressaltar que o setor da construção civil tem como característica a alta rotatividade nos vínculos empregatícios, devido particularidades na contratação e periodicidade na demanda por construções e reformas, além necessidade de constante investimento de capital para manter o setor aquecido. Conforme o DIEESE (2020, p. 21), “Os vínculos de trabalho formal no setor da Construção Civil caracterizam-se pela curta duração, em parte influenciada pelas peculiaridades das atividades do setor (...)”.

Essa alta rotatividade de funcionários e flexibilização dos vínculos empregatícios são características fundantes do setor da construção, em especial no subsetor de Construção de Edifícios, pois

As estratégias de flexibilização acabam, entretanto, por representar um saldo positivo para as empresas, na medida em que se revelam particularmente eficazes para, simultaneamente, diminuir os custos e assegurar um controle acrescido sobre o trabalho. (Queiroz, 2017, p. 29).

Em síntese, ao analisar o desempenho do setor da Construção Civil em escala nacional, o relatório da Diesse (2020) conclui que

O setor da Construção Civil é dependente de investimentos públicos e privados. Seu desempenho também depende bastante do crédito. Sem a retomada consistente e continuada dos investimentos, o setor tende a manter a tendência de retração ou baixo crescimento verificada nos últimos anos. A redução do crédito, sobretudo para pessoas físicas nos últimos anos e a piora no mercado de trabalho como um todo – com elevado desemprego – também tem impacto bastante negativo no desempenho desse setor. Junto a isso, a flexibilização das condições de saques das contas de saques das contas do FGTS, tanto ativas quanto inativas, significa redução numa das fontes de recursos mais robustas para a Construção Civil seja para o setor imobiliário, como para saneamento, mobilidade e infraestrutura. (DIEESE, 2020, p. 32).

Como já foi debatido nos capítulos anteriores, o desempenho da Indústria da Construção município de Dourados demonstra um comportamento distinto do cenário nacional. Não foi observada retração nas atividades do setor, mas sim expansão nos subsetores de Construção de Edifícios e Obras de Infraestrutura. Isso se deve a um significativo aumento no crédito imobiliário por bancos públicos ao setor, dinâmica econômica regional, além de obras públicas e empreendimentos privados.

No próximo item, com base nas informações apresentadas anteriormente, analisaremos o desempenho dos empregos formais em Dourados, a fim de dimensionar os efeitos multiplicadores dos dados já expostos entre os anos de 2010 a 2020.

4.3 – Desempenho do Emprego Formal no setor da Construção Civil em Dourados.

A partir das informações obtidas através do RAIS/MTE, apresentaremos informações sobre o desempenho do mercado de trabalho formal durante os anos de 2010 a 2020 para que possamos compreender os efeitos multiplicadores da expansão direta e indireta do setor da construção civil em Dourados.

A seguir, apresentaremos um primeiro quadro com informações sobre os vínculos formais exclusivamente no setor da Indústria da Construção Civil, com base na estrutura do CNAE 2.0 Divisões, sendo eles: Construção de Edifícios, Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para Construção.

Quadro 4 - DOURADOS – Desempenho do número de postos de trabalho formal dos subsetores da Indústria da Construção (2010-2020).

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Construção de Edifícios	748	909	1129	1007	1319	996	902	781	686	757	756
Obras de Infraestrutura	649	444	481	542	937	537	432	410	272	270	222

Serviços Especializados para Construção	381	529	641	730	682	638	622	661	710	637	725
Total	1778	1882	2251	2279	2938	2171	1956	1852	1668	1664	1703

Fonte: RAIS, 2023.

Organizado pelo autor

Com base no Quadro 4, é possível observar generalizada expansão no mercado de trabalho formal em todos os três subsetores de 2010 até o ano de 2013. Em 2014, o setor de Serviços Especializados para Construção apresenta ligeira queda na participação, embora, neste ano, os dados agregados sobre os empregos no setor tenham apresentado maior desempenho no mercado de trabalho formal, com 2.938 registros, com protagonismo de empregos na Construção de Edifícios (1319) e Obras de Infraestrutura (937).

No entanto, em 2015, todos os subsetores passaram pelo processo de perda de postos de trabalho em números gerais, algo que continuou até 2020, ano em que o setor passou por leve recuperação. Em comparativo, quando comparamos os números totais de empregos formais na Indústria da Construção Civil de 2010 (1.778) e 2020 (1.703), constatamos que o número de empregos formais fechou 2020 com um menor desempenho que 2010, embora durante o período no ano de o setor tenha expandido durante o período.

Algo que chama atenção é o desempenho do mercado de trabalho formal do subsetor da Construção de Edifícios que, embora tenha demonstrado maior desempenho na quantidade de vínculos em 2014 (1.319), chegou em 2020 (756) com o desempenho semelhante ao ano de 2010 (748), mesmo sendo o setor industrial com maior expansão no número de empresas (Quadro 1), em comparativo de 2010 (22) com 2020 (116).

Um dos fatores que podem auxiliar na explicação dessas discrepâncias é o elevado índice de informalidade nos canteiros de obras, onde as diárias dos serventes são negociadas por empreita e sem qualquer vínculo formal entre o pedreiro responsável da obra com o servente que auxilia diariamente na construção das obras. A informalidade do setor é acompanhada pela alta rotatividade nos canteiros de obras na Construção de Edifícios.

Outro aspecto que chamou atenção foi referente ao subsetor das Obras de Infraestrutura. De acordo com os dados de vínculos formais no município, esse subsetor foi o que perdeu maior número de postos de trabalhos formais no período de 2010 (649)

a 2020 (222), embora tenha apresentado significativa expansão em relação à quantidade de unidades industriais relacionadas ao setor (Quadro 1) de 2010 (2) a 2020 (45).

Esse fenômeno pode ser investigado futuramente por outras pesquisas que se aproximem do tema para compreender aspectos desse fenômeno. Uma possível explicação é a conclusão das obras de infraestrutura que estavam em andamento, e quando concluídas, dispensaram mão de obra.

Já o subsetor de Serviços Especializados para Construção apresentou maior expansão de postos de trabalho quando comparamos o ano de 2010 (381) com o de 2020 (725) em Dourados. Esse fenômeno pode ser inicialmente explicado pela maior profissionalização do setor a partir da terceirização de serviços relacionados a construção civil e demandas por serviços especializados em todos os processos da construção desde terraplanagem ao acabamento em gesso e pintura dos imóveis e empreendimentos imobiliários em expansão no município.

Na sequência organizamos uma breve coletânea com cinco quadros com o objetivo de caracterizar o perfil do mercado de trabalho a partir da seleção metodológica organizada pelo autor a partir da abordagem feita pelo CNAE subclasses para Dourados.

Quadro 5 - DOURADOS – Desempenho do emprego formal por atividades econômicas relacionadas ao setor da Construção Civil entre 2010 e 2020.

Atividade econômica	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação (%) de 2010 e 2020
Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	75	91	84	87	108	106	104	91	115	92	114	+ 52
Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças	0	0	0	16	16	2	2	5	0	13	6	-
Comércio atacadista de materiais de construção em geral	37	6	57	9	7	9	13	9	8	5	6	- 83,7
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	24	0	0	0	0	0	0	0	12	11	11	- 54,1
Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	15	13	17	24	11	10	7	8	3	3	4	- 73,3
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	191	281	191	177	220	176	177	168	153	202	255	+ 33,5
Comércio varejista de materiais de construção em geral	283	306	336	405	417	449	469	475	425	477	465	+ 64,3
Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	360	430	404	390	418	442	425	368	303	264	280	- 22,2
Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	69	98	86	80	86	70	76	76	87	97	93	+ 34,7
Construção de edifícios	640	763	967	866	1104	739	656	601	542	565	504	- 21,2
Construção de instalações esportivas e recreativas	29	4	23	1	0	0	0	0	0	0	0	-
Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	0	0	0	0	0	2	0	10	4	6	4	-

Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	32	48	11	13	13	15	11	19	4	21	32	0
Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	214	188	200	215	46	39	37	32	20	52	60	- 71,9
Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	6	23	13	2	0	0	0	0	0	0	0	-
Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	7	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	-
Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3	4	-
Impermeabilização em obras de engenharia civil	3	5	8	7	9	3	6	5	3	3	1	- 66,6
Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	8	12	7	3	8	8	9	17	20	8	10	+ 11,1
Instalação e manutenção elétrica	59	129	123	128	128	111	111	105	82	95	119	
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	-
Obras de acabamento em gesso e estuque	0	2	1	1	5	8	6	24	10	12	19	-
Obras de alvenaria	58	112	112	178	231	201	140	213	229	243	269	+ 363,7
Obras de fundações	23	35	54	37	35	29	20	14	12	9	11	- 52,1
Obras de terraplenagem	130	115	115	128	98	83	117	104	118	82	74	- 43
Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	188	10	11	5	11	57	35	16	34	21	19	- 89,8
Outras obras de acabamento da construção	2	3	18	2	4	2	2	7	19	16	15	+ 650

Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	212	163	69	136	118	92	82	71	47	56	58	- 72,6
Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	-
Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	38	16	10	12	10	1	1	21	28	22	22	- 42,1
Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	0	0	0	2	3	2	7	11	11	11	3	-
Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	1	0	11	14	24	28	33	25	31	28	31	+ 3.000
Serviços de pintura de edifícios em geral	14	8	36	42	51	86	129	100	66	56	52	+ 271,4
Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	20	7	5	21	22	32	10	13	43	21	20	0
Total	2738	2868	2969	3002	3204	2802	2686	2611	2435	2494	2561	- 6,46

Fonte: RAIS, 2023.

Organizado pelo autor

Como é possível notar no Quadro 5, o mercado de trabalho formal no ano de 2014 foi o mais dinâmico para a construção civil em Dourados, passando por expansão de 2010 (2.738) a 2014 (3.204), após esse período passou por constante perda de dinamismo até 2019 (2.494) / 2020 (2.561). Efeito que vai ao encontro com os dados apresentados anteriormente, apesar da expansão do crédito imobiliário para o setor em Dourados. Também é notável que, embora os dados gerais tenham perdido quantidade nos anos subsequentes a 2014, algumas subclasses do setor ampliaram postos de trabalhos formais, como o caso dos comércios varejistas de materiais de construção e obras de acabamento em gesso e estuque, entre outros, mesmo não sendo maioria.

A seguir, apresentaremos dados relacionados a Faixa Etária dos empregados formalmente registrados em cada ano no município, de acordo com a base de dados disponibilizadas pela RAIS/TEM. Será possível observar a discrepância nas informações referente quantidade total dos empregados. Acreditamos que a ausência das informações deve ter ocorrido no processo de disponibilização das informações ao banco de dados, visto que utilizamos a mesma metodologia para obtenção dos dados no mesmo dia, conforme disposto na tabela anterior e devidamente listados na introdução desta dissertação. Essa informação serve tanto para o Quadro 6, 7 e 9. Dito isso, acreditamos que esse problema não interfere na síntese da caracterização do setor, e optamos por manter as informações, apesar das notáveis diferenças nos dados.

Quadro 6 - DOURADOS – Desempenho do Emprego Formal por Faixa Etária no setor da construção Civil entre 2010 e 2020.

	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	50 a 64	65 OU MAIS	TOTAL
2010	0	37	506	414	746	416	19	2138
2011	1	53	530	485	726	444	27	2266
2012	0	43	548	467	850	459	23	2390
2013	0	34	558	478	829	492	37	2428
2014	0	31	604	501	885	527	44	2592
2015	0	38	502	438	756	488	41	2263
2016	1	27	457	410	748	491	44	2178
2017	0	20	434	404	742	470	45	2115
2018	0	21	379	398	692	442	27	1959
2019	0	20	377	406	687	455	41	1986
2020	2	20	400	452	718	447	37	2076

Fonte: RAIS, 2023.

Organizado pelo autor

A partir do Quadro 6, é possível observar que o setor da construção civil emprega formalmente os diversos grupos de trabalhadores com capacidade de empregabilidade válida. Nota-se que ocorre uma média de concentração na faixa etária de 30 a 39. Os postos de trabalhos são ocupados por jovens maiores de idade (18 a 24 anos), adultos (25 a 54 anos) até idosos de (55 a 64 anos), embora alguns estabelecimentos contem adolescentes (10 a 17 anos) e idosos com idade de se aposentar (65 anos ou mais).

A seguir, apresentaremos a média salarial declarada dos postos de trabalhos formais no município de Dourados, a fim de caracterizar a estrutura salarial que compõe o setor da construção civil.

Quadro 7 - DOURADOS – Quantidade de vínculos formais a partir da média salarial no mês de dezembro para o setor da construção Civil entre 2010 e 2020. (em salários mínimos)

	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00
2010	119	1261	658	343	102	40	44	11	1	1	0
2011	116	1239	640	467	126	47	44	14	3	0	1
2012	168	1267	675	503	112	46	45	8	6	2	2
2013	141	1165	689	574	118	48	38	13	7	2	0
2014	143	1187	717	567	178	74	43	20	3	1	0
2015	96	1023	684	547	154	60	43	12	3	0	0
2016	150	964	624	498	127	37	33	10	1	1	0
2017	114	1041	613	458	118	35	35	8	1	3	2
2018	127	850	657	435	85	32	30	11	9	2	0
2019	122	885	612	396	103	35	27	16	2	2	3
2020	127	864	638	402	94	43	27	17	4	1	1

Fonte: RAIS, 2023.

Organizado pelo autor

A partir do Quadro 7, é possível observar que a maior quantidade dos empregos formais é composta por pagamentos de 1,01 a 3,00 salários mínimos. Embora haja postos de trabalhos que paguem até 10 salários mínimos, a grande maioria dos empregos gerados no setor gravitou entre 1 e 2 salários mínimos. Quando comparamos o desempenho da média salarial dos empregos formais de 2010 com 2020, nota-se a redução dos postos de trabalho que pagam 1,01 a 1,50 salários mínimos, de 1,51 a 2,00 salários mínimos, de 3,00 a 4,00 salários mínimos e de

5,00 a 7,00 salários mínimos. Aumentou o número de vagas nos postos com pagamentos de 0,51 a 1,00 salário mínimo, de 2,01 a 3,00 salário mínimo, de 7,00 a 10,00 salários mínimos e de 10,00 a 15,00 salários mínimos em Dourados.

A seguir, apresentaremos a ocupação das vagas no setor por gênero no recorte temporal estudado.

Quadro 8 - DOURADOS – Desempenho das ocupações formais por gênero no setor da construção civil entre 2010 e 2020.

	Masculino	Feminino	Total
2010	2340	398	2738
2011	2449	419	2868
2012	2552	417	2969
2013	2608	394	3002
2014	2794	410	3204
2015	2427	375	2802
2016	2314	372	2686
2017	2244	367	2611
2018	2119	316	2435
2019	2131	363	2494
2020	2185	376	2561

Fonte: RAIS, 2023.

Organizado pelo autor

Com base no Quadro 8, podemos observar a composição do setor da construção civil em Dourados por gêneros, nota-se a maior participação do gênero masculino sendo cerca de 85% e aproximadamente 15% das vagas são ocupadas pelo gênero feminino. Como particularidade, o setor se caracteriza pelo uso do trabalho braçal no canteiro de obras e esse fenômeno pode ajudar a explicar a diferença na ocupação das vagas no setor quando observamos o critério gênero.

Por fim, a seguir, apresentaremos informações sobre os níveis de escolaridades dos ocupantes dos postos de trabalho formal para compreender os índices de escolaridade do mercado de trabalho no setor da construção civil durante o período investigado.

Quadro 9 - DOURADOS – Desempenho das ocupações formais por nível escolar agregado no setor da construção civil entre 2010 e 2020.

	Analfabeto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
2010	16	596	517	785	65	87
2011	15	667	567	899	62	83
2012	13	709	485	949	58	79
2013	9	693	462	1088	53	87
2014	11	689	408	1296	72	98
2015	7	510	387	1253	57	75
2016	10	490	372	1251	55	77
2017	7	417	354	1323	64	81
2018	11	344	334	1277	55	83
2019	6	274	268	1473	72	85
2020	8	232	259	1640	72	91

Fonte: RAIS, 2023.
Organizado pelo autor

A partir das informações contidas no Quadro 9, podemos observar que a maior parcela dos postos de trabalho vem sendo ocupadas pelos trabalhadores com Ensino Médio Completo. Quando comparamos os anos de 2010 com 2020, notamos que os empregados com Ensino Médio Completo mais que dobrou na ocupação das vagas disponíveis no setor. É possível observar maior participação de profissionais com Ensino Superior Completo e Incompleto, enquanto isso, trabalhadores com Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto e Analfabetos perderam espaço no mercado de trabalho formal no setor da construção civil. Parcela desses profissionais retirados do mercado de trabalho

formal pode ter sido absorvidos pela informalidade dos canteiros de obras devido à significativa composição dos postos de trabalhos informais que caracterizam o setor, algo que deve ser investigado com maior profundidade em estudos posteriores.

Infelizmente, a plataforma RAIS/MTE não contém informações sobre profissionais com cursos técnicos para além dos cursos de graduação, visto que o setor demanda de técnicos especialistas em todas as etapas da construção, principalmente acabamento das obras habitacionais.

Como síntese, podemos observar que o mercado de trabalho formal relacionado ao setor da construção de Dourados oscilações passou por oscilações durante o período. Contou com expansão de 2010 até o ano de 2014; após o período, o desempenho quantitativo dos postos de trabalho perdeu dinamismo e diminuiu sua participação no total de empregos no município. As principais mudanças ocorridas no emprego, para além da expansão seguida de redução, ocorreu em relação ao grau de escolaridades dos empregados no setor, além das mudanças ocorridas na composição salarial em menor escala.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo compreender os efeitos multiplicadores da expansão da indústria da construção civil na dinâmica econômica de Dourados, partimos da hipótese de que as políticas públicas habitacionais e a dinâmica econômica agroexportadora presente no município haviam contribuído para a expansão da atividade industrial durante a segunda década do século XXI.

A partir da investigação proposta, chegamos a algumas conclusões acerca dos efeitos multiplicadores da expansão da construção civil no município de Dourados: Os setores industriais da construção civil apresentaram expansão durante o recorte temporal estudado, passando de 42 em 2010 para 222 em 2020, assim, ampliando sua participação geral na composição de 12% em 2010 para 28,5% em 2020 nas atividades industriais presentes. Neste período, as obras habitacionais populares contribuíram para o dinamismo do setor, além de garantir o direito constitucional a moradia disposta na CF brasileira através do PMCMV que foi criado no ano de 2009, durante o recorte estudado, o programa disponibilizou 4.075 moradias populares no município.

Também foi possível observar o papel desempenhado pelos bancos públicos através da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil na concessão de financiamentos habitacionais anuais, os valores aumentaram de R\$ 1.511.064.748,00 em 2010 para R\$ 17.840.892.858,00 em 2020, contabilizando o montante de R\$ 99.814.577.594,00 no período estudado, os valores disponibilizados foram fundamentais para o maior dinamismo do setor. Em relação aos comércios relacionados ao setor da construção civil, notou-se, expansão e diversificação do setor entre durante o período.

Esses efeitos do maior dinamismo do setor não se refletiram no número de postos de empregos formais durante todo o período em Dourados. Notou-se expansão na quantidade de postos de trabalho formais até o ano de 2014; após o período, observamos a redução no número de empregos formais. No entanto, lembramos que o setor da construção civil tem como uma de suas características os elevados índices de informalidade e flexibilidade (contratos por obras e de curta duração), principalmente nos canteiros de obras tocados por empresas de micro e pequeno porte que movimentam a reestruturação do espaço urbano. Acreditamos que esse fato auxilia no entendimento

da ausência de efeitos no mercado de trabalho formal no município e serve como hipóteses para futuros trabalhos.

Por fim, a partir da pesquisa apresentada, podemos concluir que a dinâmica econômica do município de Dourados durante os anos de 2010 e 2020 passou pelo processo de expansão das atividades industriais e de acordo com os dados apresentados neste trabalho, existe forte relação do setor da Construção Civil como parte desse processo.

A partir da investigação aqui proposta, surgem novos horizontes de pesquisas e investigações acerca da dinâmica econômica do setor no município. Investigações que se fazem necessárias devido ao papel desempenhado pela construção civil no arranjo econômico do município e, a partir desse fato, inevitavelmente, abrem-se novos horizontes de pesquisa sobre a condição dos estabelecimentos comerciais como: Qual é o porte das empresas? Quais as modalidades de financiamento? Quantas são franqueadas e quantas são de capital local? Quais são os principais fornecedores de mercadorias (cabos, cimentos, chuveiros, disjuntores, persianas, vidros etc.) para venda nos comércios? Quantas empresas atendem os municípios vizinhos? Alguma trabalha com a modalidade de e-commerce? Quais empresas possuem websites? Quantas utilizam serviços de propaganda (rádio, tv e internet) e quais são? Entre outros diversos questionamentos que surgem com a constatação da expansão quantitativa existente durante o período. Esta é uma agenda de pesquisa aberta pelo presente trabalho, que não será explorada neste momento por fugir dos objetivos definidos.

Diante da expansão industrial da Construção Civil, surgem indagações acerca da estrutura dessas empresas como: Qual a quantidade de funcionários em cada? Quantas atende outros municípios? Quantas possuem equipamentos próprios e quantas alugam equipamentos por obra? Qual o público alvo das indústrias do setor? Quantas participaram de licitações públicas durante o período? Dentre outras questões que surgem a partir dos dados apresentados.

A partir das informações investigadas sobre o emprego no setor da construção civil em Dourados, surgem novas dúvidas sobre o trabalho no setor, como: Como se dá a divisão do trabalho por empresa? Os trabalhadores recebem algum benefício como vale alimentação, plano de saúde ou formação continuada? Quais são as jornadas de trabalho? Qual a composição dos postos de trabalho por etnia? Como são contabilizadas as horas trabalhadas? Qual a rotatividade dos postos de empregos formais? Quantos trabalhadores da construção possuem casa própria? Entre outras perguntas que surgem e

podem servir como inspiração para outros futuros trabalhos que se propuserem a investigar o emprego no setor da construção civil.

O Grupo de Pesquisa Socio-econômico-ambiental de Mato Grosso do Sul e seus pesquisadores continuam concentrando esforços por meio de agendas de pesquisas que investigam as transformações nas dinâmicas socioespaciais presentes no território Douradense e do estado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana de. **Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des)construção de uma região.** www.centrohumboldt.com.arg, 2005.

ALCÂNTARA JUNIOR, Érbes Santos de. O impacto do Programa Minha Casa Minha Vida no setor da construção civil. 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2019. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/25418>. Acesso em: 19 out. 2021.

ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Comércio: perfil, reestruturação e tendências.** Educação & Sociedade, [S.L.], v. 18, n. 61, p. 139-158, dez. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73301997000400007>.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A Construção Civil e os Trabalhadores: panorama dos anos recentes.** 95. ed. São Paulo: Dieese, 2020. 41 p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq95trabconstrucaocivil.html>. Acesso em: 19 set. 2023.

ANDRADE FILHO, Umberto de. **Caracterização das indústrias no município de Dourados – MS no período de 2007-2018.** 2021. 127 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) - Curso de Geografia, Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

ASSUNÇÃO, Ayron Vinícius Pinheiro de; QUEIROZ, Breno Dutra de; COUTINHO, Helaine Clicia L. Impactos Socioeconômicos da Atividade de Construção Civil no Programa Minha Casa Minha Vida na Cidade de Campo Grande/MS. **Revista de Ciências Gerenciais**, Campo Grande, v. 24, n. 39, p. 40-45, 21 dez. 2020. Editora e Distribuidora Educacional. <http://dx.doi.org/10.17921/1415-6571.2020v24n39p40-45>. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/7810>. Acesso em: 20 out. 2021.

BARBOSA, Adauto Gomes; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Reflexão sobre o papel do setor imobiliário na acumulação urbana. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 333-346, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160301>.

BNDES. **Comércio Varejista.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 15 p. 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. *In*: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro – RJ: IPEA, 2020.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 258-279, 11 abr. 2019. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p258>.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**, Brasília, 2010aa. 96p.

BRASIL. Obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – conjunto de dados. Portal Brasileiro de Dados abertos. Brasília: **Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento**, 2022. Disponível em <https://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento@2017-02-23T18:56:22.598895>.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **OS NOVOS VETORES DA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM UMA CIDADE MÉDIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA**. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno (org.). **O PROGRAMA MINHA CASAMINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. Porto Alegre: Totalbooks, 2021. Cap. 2. p. 35-72.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno. **O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS. OS NOVOS VETORES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: NOTAS INTRODUTÓRIAS**. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno (org.). **O PROGRAMA MINHA CASAMINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. Porto Alegre: Totalbooks, 2021. Cap. 1. p. 16-34.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SILVA, Paulo Fernando Jurado da; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Os novos vetores da produção do espaço urbano em Dourados-MS e o processo de reconfiguração da periferia**. *CONFINS (PARIS)*, v. 56, p. 1-13, 2022.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; TELES, Glauciana Alves. Desafios, práticas e saberes sobre as cidades médias: um olhar a partir de mato grosso do sul. **Trajetórias de Pesquisadores e Os Estudos das Cidades Médias em Perspectiva**, [S.L.], p. 148-179, 2022. SertãoCult. <http://dx.doi.org/10.35260/67960890p.148-179.2022>.

CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (203-214). In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (org.) **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CAMPOS, Bruno Ferreira. **A produção da natureza no processo de urbanização de Dourados (1970 – 2018): os papéis desempenhados pelo planejamento urbano e**

ambiental na reprodução das desigualdades socioespaciais. Tese de Doutorados.
Dourados: Programa de Pós Graduação em Geografia da UFGD, 2018.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. PRIMEIROS APONTAMENTOS A UMA
GEOGRAFIA DO TRABALHO. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 65-87,
2007.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne;
PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações
campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, [S.L.], v. 12, n. 18, p. 259-
282, 2016. ANPEGE - Revista. <http://dx.doi.org/10.5418/ra2016.1218.0014>.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. DINÂMICA REGIONAL E
GLOBALIZAÇÃO: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**,
[S.L.], v. 09, n. 18, p. 17-26, 30 maio 2010. Mercator - Revista de Geografia da UFC.
<http://dx.doi.org/10.4215/rm2010.0918.0002>.

CLAUDINO, Nagib Aouar; TEODORO, Pacelli Henrique Martins. Reflexões teóricas
sobre a Geografia do Trabalho: uma ode ao pensamento crítico. **Rebela - Revista
Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 100, n. 2, p. 261-292, 09
out. 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4182>.
Acesso em: 13 set. 2023.

COUTO, Edna. Maria Jucá; ELIAS, Denise. **EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DOS
SERVIÇOS EM UMA CIDADE MÉDIA NO BRASIL**. Revista GeoUECE, [S. l.], v.
4, n. 7, p. 09–35, 2021. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6922>.

DANTAS, Danilo Sanches; SOUZA, Adáuto de Oliveira. Diagnóstico da estrutura
industrial do município de Dourados (MS). In: DANTAS, Danilo Sanches; SOUZA,
Adáuto de Oliveira. **Diagnóstico da estrutura industrial do município de Dourados
(MS)**. São Paulo: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p. 3978-
3990.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de
Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. DOI: 10.22296/2317-
1529.2011v13n2p153. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>.

FERNANDES, Ana Cristina. Industrialização na periferia: marcas recentes da fantasia
desfeita no território brasileiro. In: MONTEIRO NETO, Aristides; SILVA, Raphael de
Oliveira; SEVERIAN, Danilo (org.). **Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da
indústria no século XXI**. Brasília: Ipea, 2021. Cap. 2. p. 11-17.

FIALHO, Karlo Eugênio Romero; COSTA, Heloína Nogueira da; LIMA, Sérgio
Henrique de Oliveira; BARROS NETO, José de Paula. Aspectos econômicos da
construção civil no Brasil. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO
AMBIENTE CONSTRUÍDO, XV**, 12 a 14 nov. 2014, Maceió, Alagoas, Brasil.
Anais[...] Maceió, Alagoas, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/57708>.

GALA, Paulo.; RONCAGLIA, André. **Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso**. 1. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

GARCIA, Alcimari Silva; PEREIRA, Ana Paula Camilo. **GEOGRAFIA DO COMÉRCIO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DINÂMICA COMERCIAL NA CIDADE DE JARDIM/MS**. GEOFRONTER, [S. l.], v. 1, n. 3, 2017. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/1281>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NOVA REGIONALIZAÇÃO. **Geography Department, University Of Sao Paulo**, [S.L.], p. 21-47, 1982. Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).
<http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1982.0001.0002>.

GOMES, Thayná Nogueira. **A DIMENSÃO ESPACIAL DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA NO MATO GROSSO DO SUL de 2000 a 2014**. 2016. 270 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2016.

GONÇALVES JUNIOR, Carlos Alberto; DUTRA, Ricardo de Lemos; LOPES, Ricardo Luis; RODRIGUES, Rossana Lott. O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. **Ambiente Construído**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 177-189, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212014000100014>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ac/a/7Lr8Q4sbfLfj9byJbvmRh5G/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

GONÇALVES, Tiago Estevam; SILVA, José Borzacchiello da. **Reflexões Acerca do Comércio e Consumo na Perspectiva da Geografia Humana**. Geography Department University Of Sao Paulo, [S.L.], v. 34, p. 95, 22 dez. 2017. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA).
<http://dx.doi.org/10.11606/rdg.v34i0.134427>.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. 282 p.

KURESKI, Ricardo. Produto interno bruto, emprego e renda do macrossetor da construção civil paranaense em 2006. **Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 131-142, 2011.

LAMOSO, Lisandra Pereira. A ECONOMIA NO TERRITÓRIO: ESBOÇO SOBRE POSSIBILIDADES DE REINDUSTRIALIZAÇÃO À BRASILEIRA. In: VIERIA, Alexandre Bergamin; MORETTI, Edvaldo Cesar; LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Território, Economia e Política**. [S.L.]: Totalbooks, 2022. Cap. 5. p. 78-94. Disponível em: DOI: [10.52632/978.65.88393.21.5](https://doi.org/10.52632/978.65.88393.21.5). Acesso em: 16 jan. 2023.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 408-429, 2013.

LAMOSO, Lisandra Pereira. SPATIAL PRODUCTIVITY AND COMMODITY, MATO GROSSO DO SUL - BRAZIL. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, may 2018. ISSN 1984-2201. Available at: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/rm170012>. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17012>.

LEÃO, Mariana Veríssimo Monção. Análise da qualificação da mão de obra no setor da construção civil na cidade de Dourados (MS). 2016. 47 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campo Mourão, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/6282>. Acesso em: 20 out. 2021.

MEDEIROS, Marlon Clovis. Crise e desindustrialização no Brasil atual. In: GÓMEZ, Maricarmen Tapia; PÉREZ-GUILARTE, Yamilé; MARTÍ, Francisco Javier Jover (org.). **América Latina: Repercusiones espaciales de la crisis política**. S.L: Asociación Española de Geografía, 2021. Cap. 24. p. 367-379.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Déficit Habitacional no Brasil 2008**. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 140 p.

MONTEIRO NETO, Aristides. Indústria e território no Brasil: debates, evidências e hipóteses para uma análise contemporânea. In: MONTEIRO NETO, Aristides; SILVA, Raphael de Oliveira; SEVERIAN, Danilo (org.). **Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI**. Brasília: Ipea, 2021. Cap. 2. p. 41-66.

NISHIMURA, Fábio; FREITAS, Carlos Eduardo de; ALMEIDA, Roselaine. Impacto do Financiamento Habitacional sobre o Mercado de Trabalho na Construção Civil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 4, p. 497-514, 2018. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20180024>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/64055>. Acesso em: 20 out. 2021.

NUNES, Jéssica Martins *et al.* O setor da Construção Civil no Brasil e a atual crise econômica. **Research, Society and Development**, [S.L.], v. 9, n. 9, p. 1-31, 22 ago. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7274>.

OLIVEIRA, Cássio Antunes. **A Formação de eixos Urbanos em Cidades Médias: o caso de Presidente Prudente (SP)**. Revista Geografia em Atos (Geoatos online), n. 13, v. 06, p. 28-46, 2019.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; MARTINS JUNIOR, Carlos. Estabilidade e articulação dos municípios do Mato Grosso do Sul. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Editora Íthala, 2016. Cap. 7. p. 233-264.

PEREIRA JUNIOR, E. A. A Geografia que pensa a indústria para um projeto de Brasil no século XXI. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2022.

DOI:10.5418/ra2022.v18i36.16293. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16293>. Acesso em: 8 nov. 2022.

PEREIRA, Ana Paula Camilo; LAMOSO, Lisandra Pereira. O COMÉRCIO VAREJISTA NA CIDADE DE DOURADOS-MS. **Revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 131-144, jan. 2005. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/geografia/V14N1/Artigo10.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

PINTADUI, Silvana Maria. Para uma leitura das formas de comércio varejista na cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Cidades: formas espaciais e política(s) urbana(s). 7. ed. Chapecó: **Revista Cidades**, 2010. Cap. 11. p. 179-190. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/cidades/article/view/12230/7876>. Acesso em: 06 fev. 2023.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.143-159.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Mutações das formas comerciais varejistas no espaço urbano**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 5., 2015, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Anais Enanpur, 2015. v. 16, p. 1-6. Disponível em:
<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2456/2434>. Acesso em: 09 maio 2023.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 104 p.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. v.1. p. 152.

QUEIROZ, Maria Cidália. Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Noroeste de Portugal. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [S. l.], v. 13, 2017. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2474>. Acesso em: 19 set. 2023.

REPA, Luiz. Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel. **Caderno de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S.l.], n.1, p. 91-97, 1996.

ROTTA, Edemar; REIS, Carlos Nelson do. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): retomada do protagonismo do estado na definição da política de desenvolvimento?: Possibilidades de desenvolvimento em territórios periféricos. In: **I SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 1., 2018. Anais [S.l.]. p. 1-18, 2018.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 18, n. 2, p. 89-105, 2009.

SANTOS, José Henrique. **TRABALHO E RIQUEZA NA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO DE HEGEL**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 172 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993a.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**, Críticas e Alternativas. EDUSP: São Paulo, 1978.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamento teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 3ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SANTOS, Angela Maria Medeiros M.; GIMENEZ, Luiz Carlos Perez. **Reestruturação do Comércio Varejista e de Supermercados**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, v. 9, p. 79-94, 1999.

SANTOS, Rômulo Bernardo dos; BRAGA, Julia de Medeiros; COSTA, Kaio Glauber Vital da. Uma análise sobre o potencial do setor de construção civil na dinamização do mercado de trabalho brasileiro nos anos recentes. **A Economia em Revista - Aere**, Maringá, v. 28, n. 3, p. 33-51, 2020.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **A ATUAÇÃO DAS GRANDES REDES DE COMÉRCIO VAREJISTA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**. In: SEMINÁRIO REGIONAL COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES, 4., 2019, Teresina. Anais [...]. Teresina: IV Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades, 2019. p. 1-19.

SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro da; GOMES, Thayná Nogueira. Apontamentos sobre a política de incentivos fiscais e a industrialização de Mato Grosso do Sul. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Editora Íthala, 2016. Cap. 5. p. 159-190.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Novos Rumos da Política Habitacional e o Processo de Urbanização de Dourados**. 2000. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Cap. 9.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Expansão do Complexo Agroindustrial e o Processo de Mudança no Espaço de Dourados-MS**. 1992. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. **Estado e indução da atividade industrial: considerações acerca da teoria dos pólos de desenvolvimento no espaço de Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2010. (Coleção Cadernos Acadêmicos).

TEIXEIRA, Lucilene Pires; CARVALHO, Fatima Marilia Andrade de. A CONSTRUÇÃO CIVIL COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 109, p. 9-26, dez. 2005. Semestral.

THOMAZ JUNIOR., Antônio. POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 3, 2011. DOI: [10.33026/peg.v3i0.786](https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.786). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786>. Acesso em: 17 ago. 2023.

VASCONCELOS, Helma Monteiro Viana; MATOS, Elmer Nascimento. A expressão regional da desindustrialização do Brasil no período de 2002 a 2014. **Blucher Engineering Proceedings**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-20, ago. 2019. Editora Blucher. <http://dx.doi.org/10.5151/iv-enei-2019-4.2-003>.

Base de dados pesquisados:

Agência de Habitação de Mato Grosso do Sul – AGEHAB/MS.

Banco Central do Brasil – BC.

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul – SEMADE.

Junta Comercial de Mato Grosso do Sul – JUCEMS.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.